



Documento 1/52

004.3.51.O Sessão Ordinária - CD 20/02/2001-17:06

Publ.: DCD - 21/02/2001 - 3371 AÉCIO NEVES (PRESIDENTE)-PSDB -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS ORDEM DO DIA FALA DO PRESIDENTE OU NO EXERCÍCIO DA PRESIDÊNCIA

FALA DO PRESIDENTE

Sumário

Anúncio de realização pelo Congresso Nacional, dia 7 de março do corrente, de sessão de homenagem pelo transcurso do Dia Internacional da Mulher.

O SR. PRESIDENTE (Aécio Neves) Antes de conceder a palavra ao Deputado Alceu Collares, quero comunicar ao Plenário que, acatando solicitação da ilustre Deputada Jandira Feghali, que, tenho certeza, exprime o sentimento de toda a Casa, especialmente das Sras. Parlamentares, entrei em contato com o Presidente do Senado Federal e estou marcando para o próximo dia 7 de março, em horário a ser confirmado, sessão destinada à comemoração do Dia Internacional da Mulher, em sessão, portanto, conjunta das duas Casas legislativas.



Documento 2/52

009.3.51.O Sessão Ordinária - CD 05/03/2001-15:08

Publ.: DCD - 06/03/2001 - 4112 PAULO ROCHA-PT -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Mobilização de trabalhadoras rurais no País ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Registro de e-mail sobre violência cometida contra crianças e mulheres idosas no Zimbábue, África.

O SR. PAULO ROCHA (PT-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 5 de março, inicia-se em todo o País a mobilização de mais de 70 mil mulheres em atos públicos, manifestações, encontros, seminários e debates, dando continuidade ao processo de negociações iniciado com a "Marcha das Margaridas", realizada em março do ano passado, marcando as comemorações pelo Dia Internacional da Mulher — 8 de março.

As trabalhadoras rurais irão debater temas ligados aos direitos trabalhistas e previdenciários, o combate à fome e à pobreza, a violência sexual, a defesa de uma política agrícola diferenciada para a agricultura familiar e o apoio às campanhas de prevenção de doenças sexualmente transmissíveis.



Portanto, será uma jornada de debates e de lutas que as mulheres iniciam, nesta semana, para culminar no dia 8 de março, quando comemoram o Dia Internacional da Mulher.

Na verdade, Sr. Presidente, não se trata de uma comemoração. Essa data tornou-se conhecida internacionalmente como o dia de luta da mulher, em rememoração à tragédia acontecida em 1857, em Nova Iorque, nos Estados Unidos. Então 129 operárias de uma fábrica de tecidos morreram queimadas em um incêndio simplesmente porque haviam promovido uma greve. A reação patronal foi tocar fogo nas operárias. E como naquele momento as mulheres tingiam de lilás os tecidos, hoje as mulheres hoje usam essa cor para rememorar a luta das mulheres por igualdade de direitos.

Agora também as trabalhadoras rurais se mobilizam, a fim de levar ao campo condições de vida necessárias ao futuro de seus filhos e do nosso País. No meu Estado, uma grande jornada inicia-se hoje. Haverá debates, atos culturais e de mobilização, para chamar as mulheres do campo e da cidade do meu Estado a se empenharem nesse movimento nacional de defesa dos direitos dos cidadãos, rumo a um país em que haja realmente condições de vida e igualdade para a nossa gente. É necessário resgatar cada vez mais essa luta, principalmente no campo, a fim de que tenhamos uma política agrícola voltada para a fixação do homem no meio rural e, a partir das nossas riquezas, criar condições de desenvolvimento e bem-estar social no campo.

Sr. Presidente, gostaria também de fazer registrar nos Anais da Casa que recebi e-mail dramático das mulheres do Zimbábue, em que denunciam barbaridades e violações aos direitos humanos de crianças e mulheres idosas daquele país, que são espancadas até a morte por autoridades e, às vezes, pelos próprios maridos. Ali alastra-se gravemente o vírus da AIDS, em verdadeira epidemia, cuja principal vítima é a mulher. Por isso, recebi esse apelo dramático para que todos os homens e mulheres de bem do mundo se unam ao clamor daquelas mulheres, em defesa dos direitos humanos, exigindo que a Organização das Nações Unidas mobilize os países membros, a fim de que prestem socorro às mulheres do Zimbábue.

Portanto, Sr. Presidente, solicito a V.Exa. que autorize a transcrição nos nossos Anais dessa mensagem em que as mulheres do Zimbábue exigem respeito aos direitos humanos e solicitam às Nações Unidas que se mobilizem e voltem os olhos para aquele país, a fim de que elas sejam respeitadas como seres humanos.

DOCUMENTO A QUE SE REFERE O ORADOR



Documento 3/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-15:18

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4452 PROFESSOR LUIZINHO-PT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Manifestação de pesar pelo falecimento do Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. PROFESSOR LUIZINHO (PT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero deixar registrados o nosso pesar pelo falecimento do Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, e o nosso cumprimento à família. Estivemos ontem no velório de S.Exa. e deixamos claro que, independentemente dos nossos posicionamentos, às vezes contrários, de divergências e de disputas, havia entre nós respeito mútuo. Posso dizer isso porque convivi com ele no movimento sindical, particularmente o dos professores.

Sr. Presidente, desejo ainda fazer menção ao Dia Internacional da Mulher, que se comemora amanhã, dia 8 de março. A propósito, em Santo André há um bloco de



mulheres que sai no Carnaval cantando a música "Quero mais". Quero mais respeito, quero mais dignidade, quero mais igualdade para as mulheres, na luta que desenvolvem em nosso País.

Era o que tinha a dizer.



Documento 4/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-15:56

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4470 ASDRUBAL BENTES-PMDB -PA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Manifestação de pesar pelo falecimento do Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo. Rejeição à proposta de extinção do Banco da Amazônia S.A. - BASA, da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM e de outros órgãos de desenvolvimento da Região Norte. Anúncio de apresentação de projeto de lei relativo ao estabelecimento da recuperação ambiental como principal pena referente a crime contra o meio ambiente.

O SR. ASDRUBAL BENTES (PMDB-PA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicio o meu pronunciamento prestando algumas homenagens. Ao ensejo do Dia Internacional da Mulher, dia 8 de março, quero render a minha homenagem a todas as mulheres na pessoa de uma mulher a quem tudo devo: a mulher que me gerou, que me deu educação, instrução e formação; humilde, pobre de bens materiais, mas rica em sentimentos e princípios. Guardo os sábios ensinamentos que durante a vida me legou: a



honradez, a probidade, a honestidade, o caráter, enfim, a minha formação pautada nos sábios princípios do cristianismo.

Na pessoa de minha mãe Walquiria — que Deus a tenha no lugar que merece — quero homenagear todas as mulheres deste País, para que elas sejam o exemplo de dignidade e de honra de que tanto o País precisa.

A outra homenagem não é a uma mulher, é a um homem público. O vazio desta Casa na tarde de hoje significa muito bem o vazio deixado ao Brasil pelo homem público Mário Covas — com quem tive o privilégio e a honra de conviver durante a Assembléia Nacional Constituinte — , que nos legou lições de coragem, altivez, denodo. Em todos os cargos públicos que ocupou, Mário Covas deixou a sua marca registrada de competência, inteligência, dignidade e sobretudo ética e moralidade.

Não só nesta Casa ele nos deixou lições. O mesmo ocorreu nos últimos dias de sua vida, deu-nos lição de tenacidade, garra, disposição de luta, de amor à vida. Mário Covas, o seu espírito se foi, mas você estará presente aqui e servirá de exemplo principalmente para a classe política brasileira.

Em meu nome e no de minha família, envio sentimentos à família enlutada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, pretendo falar um pouco da Amazônia. Lamento que o tempo seja curto, porque a Amazônia é tão grande, os seus problemas são tamanhos, que 25 minutos não dão mais do que rápidas pinceladas em alguns dos seus mais cruciantes problemas.

Quando se fala em Amazônia, vem à mente de alguns uma vasta região, equivalente a 43% do território brasileiro, inóspita, pouco habitada, mas, paradoxalmente, rica e promissora.

Vivemos numa região amada, querida, desejada e cobiçada, porque é a região mais rica deste País. Não se pode falar em Brasil hoje, nesta economia globalizada que aí está no início do século e do milênio, sem que se leve em consideração a Amazônia que torna o Brasil competitivo.

Não se pode falar em economia brasileira sem citar a nossa região amazônica, cujo potencial de riquezas naturais é muito grande. Lá está a maior província mineral do planeta, Carajás, cujo subsolo é rico em ouro, ferro, cobre, manganês, níquel e muitos outros minérios.

O maior potencial hídrico do País já ensejou a construção da maior hidrelétrica nacional, em Tucuruí. Brevemente, se os "ecoloucos" permitirem, superaremos essa marca com a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, no Xingu, que fornecerá energia abundante para as Regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e



Sudeste. Serão investimentos da ordem de 3 bilhões e 900 milhões de dólares, produzindo-se 11 mil megawatts de energia.

O solo da Amazônia, que não é tão fértil, sustenta um dos maiores rebanhos de gado bovino do Brasil. Graças à sua vasta extensão, pode ser a solução para a reforma agrária.

A biodiversidade é outra grande riqueza da Amazônia, que busca o seu desenvolvimento preservando o meio ambiente.

Enfim, não tenho só esperança, mas também confiança de que a região amazônica não é e nunca será um problema, mas a solução para os graves problemas do País. Contudo, para que isso aconteça, é necessário que tenhamos alguns órgãos cuja missão precípua seja promover ações que visem ao desenvolvimento de nossa região, minimizando os desequilíbrios sociais e as desigualdades regionais. Esses organismos já existem. Podemos destacar a SUDAM, o BASA, o INCRA, o IBAMA e a ELETRONORTE

Lamentavelmente, Sr. Presidente, forças existem neste mundo cujos olhos não estão voltados para a proteção ou preservação da fauna e da flora da região amazônica. Cobiçam suas riquezas e tentam retirar nossa autonomia, quebrar nossa soberania e internacionalizá-la, a exemplo do que já aconteceu em priscas eras em relação a um famoso lago. Agora usam o meio ambiente, criam áreas indígenas imensas, o que não condiz com a realidade do País, prestando um desserviço à Nação. Volta e meia, surgem os arautos do apocalipse pregando mudanças e transformações, sem prévia discussão com a população, que na realidade objetivam seu extermínio.

Não podemos aceitar passivamente certas decisões. Querem extinguir a SUDAM, o BASA, o INCRA e o IBAMA, órgãos que contribuem para o desenvolvimento da nossa região. Por baixo dos panos, há uma campanha sórdida e solerte, cujo objetivo é transformar esses órgãos em agências de desenvolvimento ou seja lá o que for. Na realidade, pretendem extingui-los para inviabilizar o desenvolvimento da Amazônia.

Analisemos o Banco da Amazônia. Vou mostrar a V.Exas., a esta Casa e à Nação que essa instituição, criada, em 1942, como Banco de Crédito da Borracha, cumpriu a sua finalidade durante a 2ª Guerra Mundial, ou seja, fornecer matéria-prima às forças aliadas, a borracha. Cumprida a missão inicial, ao fim do conflito mundial o banco passou a fomentar o desenvolvimento de novas atividades produtivas, com a denominação de Banco de Crédito da Amazônia, buscando proporcionar melhores condições de vida às populações regionais.

A drástica restrição de recursos limitou bastante a ação do banco nesse período. Nessas duas fases, conviveu com um processo de crescimento que, se de um



lado gerava ínfimos desgastes ambientais, de outro, apresentava reduzido dinamismo para atender às necessidades da crescente população regional.

Mais tarde, depois da construção de Brasília, da transferência da Capital Federal para a área central do País, da construção de grandes rodovias, a exemplo da Belém-Brasília, graças ao saudoso Presidente Juscelino Kubitschek, que facilitaram o acesso à região. Criaram-se as condições favoráveis à expansão da fronteira econômica em direção à Amazônia, mudando significativamente o processo de ocupação até então predominante.

Dentro desse quadro, mudou também a ação do Governo Federal relativamente à região, tendo em vista a integração da Amazônia à economia nacional e a redução das disparidades regionais, objetivos principais da Operação Amazônia, deflagrada em 1966.

No bojo dessas mudanças, que incluíam a estratégia de intensificar a ocupação da região, o banco sofreu nova transformação. Dessa feita, com o nome de Banco da Amazônia S.A. — BASA (Lei nº 5.122, de 28 de setembro de 1966), passa a agregar a função especial de agente financeiro da política do Governo Federal para o desenvolvimento da Amazônia Legal, área geoeconômica constituída pela Região Norte, pelo Estado do Mato Grosso e parte do Maranhão, representando 59% do território nacional, a menos populosa do País, onde, como mostrei há pouco, está a maior concentração de riquezas naturais, a resposta para os problemas nacionais.

Nessa nova fase, quando o banco atuou como agente financeiro, reforçando sua condição de indutor do desenvolvimento regional, foram mantidos importantes programas — PROTERRA, POLAMAZÔNIA, PESAC, PROBOR e FINAME — e se estimulou a implantação e a modernização de empreendimentos agrícolas, pecuários e industriais de grande impacto na economia regional, consolidando, assim, as linhas de ação experimentadas.

O trabalho do BASA é notável e digno de respeito. O último balanço, referente ao exercício do ano 2000, não apresenta um lucro excepcional, levando-se em conta o que costumam apresentar as entidades creditícias que têm por objetivo apenas o lucro, ou seja, os bancos privados. O BASA apresentou um razoável lucro de 50 milhões de reais, que corresponde a um crescimento de 16,98% em relação a 1999. Esse trabalho o Banco da Amazônia desenvolve com apenas 61 agências, ou seja, 11% de toda a rede bancária pública e privada existente na região, constituída de 557 agências. No volume de todos os empréstimos bancários, incluindo-se o crédito de fomento e as operações de curto prazo, a presença do BASA no Norte é incontestável: sua participação é de 44,5%.

Na última década, o BASA investiu mais de 3 bilhões de reais no crédito de fomento regional, beneficiando empreendimentos na agricultura, pecuária intensiva, agroindústria, indústria, turismo, extrativismo vegetal e pesca artesanal.



Só no setor rural, as aplicações superaram 2 bilhões de reais. Os mini, micro e pequenos produtores rurais e empresários urbanos recebem amplo apoio e absorvem 97% das operações contratadas pelo banco.

Na área rural, o BASA vem priorizando há anos o que hoje virou prioridade nacional: a agricultura familiar sustentável. Dos 125 mil financiamentos concedidos durante a década anterior ao setor rural, que propiciaram a geração de 554 mil empregos, 81,8% beneficiaram o agricultor familiar, atendendo-se 103 mil famílias. Nessa ação, o banco estimula o associativismo e o cooperativismo de miniprodutores antes dispersos, proporciona a expansão e a melhoria da produção, viabiliza o aumento da renda do produtor e contribui para reduzir o êxodo rural.

Concorrendo no mercado financeiro, o BASA, graças à credibilidade pública conquistada com sua ação desenvolvimentista e ao lançamento de produtos e serviços competitivos, vem aumentando cada vez mais sua captação na região. Seu saldo de depósitos acaba de ultrapassar 1 bilhão de reais. Os investidores amazônicos já percebem que a poupança que aplicam no BASA não sai da região, é reinvestida no desenvolvimento da Amazônia.

Como signatário e fundador do Protocolo Verde, o BASA adota, como estratégia para sua ação na Amazônia, um conceito de desenvolvimento sustentável que contempla não apenas os fatores econômicos e ambientais, mas considera, sobretudo, o aspecto social, isto é, a melhoria das condições de vida das comunidades da região.

Com esse enfoque, e atuando não só como agente, mas também como indutor e incentivador de parcerias, o BASA implementa programas e ações pioneiras. Dois exemplos. O BASA criou o único programa de crédito regional voltado exclusivamente para o reflorestamento e manejo florestal, possibilitando a recuperação produtiva de áreas alteradas ou em processo de degradação. Lançou também um programa de crédito específico para miniextrativistas, incluindo comunidades indígenas, permitindo-lhes o acesso, pela primeira vez, ao crédito bancário.

Ainda no seu desempenho de banco ecológico, o BASA instituiu uma política de apoio a pesquisas de tecnologia aplicadas ao aproveitamento racional da biodiversidade amazônica. Para isso, firmou convênios com 25 universidades e outras instituições qualificadas da região, para execução de 182 projetos. Nessa ação, o BASA já comprometeu 11 milhões de reais.

Com sua performance insubstituível na Amazônia, o BASA demonstra sua capacidade para responder com criatividade ao desafio que se coloca hoje para os bancos oficiais: promover, com o fomento, a redução das desigualdades regionais, compatibilizando o objetivo do lucro com as funções sociais.



O BASA representa um modelo institucional que está dando certo. E a Amazônia espera e exige que o Brasil seja suficientemente inteligente para preservar, apoiar e aprimorar o seu banco.

Ouçõ com prazer o nobre Deputado Nilson Mourão.

O Sr. Nilson Mourão - Deputado Asdrubal Bentes, estou ouvindo atentamente o seu pronunciamento. Também sou apaixonado pela Amazônia, porque nasci em Tarauacá, no interior do Estado do Acre, e me orgulho de ter crescido e me educado na região amazônica. Compartilho das preocupações de V.Exa. quando cita a política do Governo Federal em relação ao BASA e à SUDAM. No entanto, é preciso defender, ao mesmo tempo, a mudança de orientação. Não podemos permitir que o Banco da Amazônia aplique apenas 30% do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte e retenha 70% dos recursos, deixando trabalhadores rurais e empreendedores urbanos sem crédito para trabalhar. Os lucros foram publicados no último balanço, referente a 2000. Se não fosse a aplicação real do Fundo Constitucional de Financiamento do Norte, o Banco da Amazônia apresentaria desenvolvimento financeiro diferenciado. Hoje, Sr. Deputado, o Banco da Amazônia retém em seus cofres quase 600 milhões de reais. Por outro lado, gostaria de esclarecer que a SUDAM aplicou poucos recursos em meu Estado, o Acre. V.Exa. é do Pará e pode gloriar a atuação da SUDAM, que deveria ser chamada de Superintendência de Desenvolvimento do Pará, e não da Amazônia. Por último, gostaria de indagar se V.Exa. sabe quais são as forças ocultas e os interesses que se escondem atrás dessa questão e que não são expostos à sociedade brasileira. Os Parlamentares desta Casa precisam tomar conhecimento do seu discurso, sobre tema de tamanha gravidade, a fim de saberem como proceder neste plenário e nas Comissões. Muito obrigado.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Agradeço a V.Exa., Deputado Nilson Mourão, o aparte que certamente enriquece meu pronunciamento. No entanto, sem querer polemizar, devo dizer a V.Exa. que no exercício passado todos os recursos do FNO foram aplicados pelo Banco da Amazônia.

O Sr. Nilson Mourão - Não é verdade, Deputado Asdrubal Bentes.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Pelo menos é o que consta do balanço. Baseio-me em dados concretos e oficiais, que, para mim, têm fé pública. Agora, cabe a V.Exa., neste caso, contestar no momento oportuno e desmentir o balanço do BASA.

O Sr. Nilson Mourão - Ao contrário.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Vejam bem, em relação às forças ocultas, V.Exa. e eu, que somos amazônidas — V.Exa. de Tarauacá e eu de Humaitá, nascido nas barrancas do Rio Madeira — , sabemos que não é de hoje que os países ricos acabaram com suas riquezas e agora querem ditar regras aqui dentro. Eles não



querem preservar nossas fauna e flora, querem engessar-nos, impedir nosso desenvolvimento a pretexto da fauna e da flora. Lamentavelmente isso ocorre.

Ouçó com prazer o nobre Deputado Josué Bengtson.

O Sr. Josué Bengtson - Nobre Deputado Asdrubal Bentes, queremos inicialmente congratular-nos por sua presença novamente nesta Casa, pois, com toda a certeza, sua ausência foi notada. Hoje V.Exa. está de volta, representando o nosso povo do Estado do Pará. Compartilho das preocupações de V.Exa. a respeito das notícias que estamos ouvindo sobre a transformação da SUDAM em uma simples agência de fomento. Acredito que o BASA e a SUDAM têm sido instrumentos de desenvolvimento para a Amazônia. Lamentamos, sim, que, talvez por fiscalização ineficiente da SUDAM, alguns projetos fantasmas tenham sido aprovados, com recursos desviados, segundo observamos na imprensa. Mas, em relação a isso, cabe a apuração das irregularidades, e não a extinção do órgão. Não concordamos com a utilização política de instituições que deveriam ser unicamente voltadas para o desenvolvimento da região. Preocupa-nos, como Parlamentares do norte do Brasil e da Amazônia, a ameaça da extinção do BASA e da SUDAM, assim como a ameaça de extinção da SUDENE, no Nordeste. Deve haver maior cuidado para que as aplicações sejam feitas com critério e honestidade e que sejam fiscalizadas. Congratulamo-nos com V.Exa. por sua preocupação, como amazônida que é.

O SR. ASDRUBAL BENTES - Sr. Deputado, o aparte de V.Exa. será incorporado ao meu pronunciamento, porque reflete também a preocupação da bancada do Estado do Pará pela sobrevivência, manutenção e aprimoramento de organismos como a SUDAM e o BASA.

Quanto à Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, lembro que nasceu, em 1953, sob a denominação de SPEVEA — Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia. A SUDAM tem sido, ao longo de sua trajetória, criticada e injustificada. Mas, se alguém está doente, não é morto para se acabar com a doença; vamos dar-lhe remédio para que se recupere. É isso que temos que fazer com o BASA e com a SUDAM.

Esta última tem por finalidade formular, catalisar, mobilizar, induzir, viabilizar iniciativas e recursos voltados para o desenvolvimento regional. No cumprimento dessa missão, a SUDAM planeja, coordena, promove a execução e controla a ação federal na Amazônia Legal tendo em vista o seu desenvolvimento. Criaram-na como órgão de desenvolvimento, mas, lamentavelmente, não se realizou um levantamento agroeconômico-ecológico de maneira a propiciar um melhor aproveitamento das nossas riquezas naturais e um melhor aproveitamento dos recursos investidos.

Houve muita perda exatamente porque se fez, por exemplo, pecuária em área de floresta. E o desencontro das políticas governamentais à época também contribuiu



para isso. Se fosse preciso uma licença para derrubar e plantar, o IBDF não a concedia, porque não havia título. Por sua vez, o INCRA ou o instituto de terras estadual não titulava a área, obrigando os investidores a tornarem-se vilões, a derrubarem, a queimarem e a plantarem para receber seus títulos e poder dizer: "Sou proprietário. Agora posso aprovar um projeto".

Então, houve esse equívoco inicial. Mas, ao longo de meio século existência, a SUDAM tem apresentado resultados positivos nos diversos programas e projetos que constituem a sua base de ação e que são uma referência no desenvolvimento regional. Foram aprovados 736 projetos, que propiciaram aproximadamente 100 mil empregos diretos, sendo investidos aproximadamente 12 bilhões de reais. No total de projetos, 124 destinaram-se à atividade agroindustrial; 319, à agropecuária; 237, à indústria; e 66, à área de prestação de serviços.

Vejam bem, com todos os erros e desacertos que se apregoam por aí, a SUDAM tem seu lado positivo. E o que devemos fazer? Devemos lutar para que os erros sejam corrigidos e atualizado o modelo da SUDAM, que está ultrapassado. A extinção da SUDAM e do BASA será mais um crime que cometerão contra a nossa sofrida região. Como Parlamentares do Acre, Pará e Amazonas, devemos unir-nos.

Malgrado o descontentamento contra a pouca aplicação de recursos da SUDAM no Acre, Deputado Nilson Mourão, certamente o apelo de V.Exa. terá eco, e o Acre voltará a receber mais recursos da SUDAM, que esperamos não ver extinta.

A pretendida extinção da SUDAM ou sua transformação em agência de desenvolvimento sem uma prévia e ampla discussão com o quadro funcional e a comunidade certamente representará mais um inadmissível atentado contra os legítimos interesses e direitos de nossa região. Se existem erros, que sejam corrigidos. Se o modelo utilizado pela SUDAM está ultrapassado, que se modernize, sem deixar de levar em consideração as nossas peculiaridades.

Mas, além desses organismos, falava do INCRA. E desse órgão posso falar de cátedra, porque fui Superintendente do INCRA no Estado, fui Presidente do Grupo Executivo das Terras do Araguaia/Tocantins e convivi com esses problemas em nossa região. O INCRA também é um órgão injustiçado. É fruto de uma errônea política fundiária e agrária das décadas de 60 e 70, quando o Governo Federal pregava slogans bem urdidos, sugestivos, convidativos, como "vamos integrar para não entregar" ou "vamos levar o homem sem terra para a terra sem homens". Construíram a Transamazônica, que depois foi deixada ao léu. Mas, agora, graças à força da bancada como um todo, independentemente de coloração político-partidária, houve licitação para seu asfaltamento.

Então, o INCRA, ao longo desses anos, malgrado a errônea política desenvolvida àquela época, tem um saldo positivo. Por que? Se formos pela Santarém-Cuiabá, encontraremos Novo Progresso, Placas. Na Transamazônica, vamos encontrar



Novo Repartimento, Pacajás, Brejo Grande, Palestina do Pará. Tudo fruto do trabalho do INCRA, com todos os erros da política de colonização. Está aí um trabalho que ajudou o Pará a crescer e a desenvolver-se.

Hoje, prega-se a reforma agrária, que é uma necessidade imperiosa. Mas essa reforma agrária não pode ser feita da maneira como está sendo feita. Se continuar dessa forma, ela não passará do discurso. Os erros cometidos devem ser reparados, mormente agora quando o Governo Federal tem envidado esforços no sentido de implantar a reforma agrária no País e que tem na Amazônia estoque de terras suficiente para uma resposta que se faz por esperar. É preciso que o INCRA, executor da reforma agraria, se faça mais presente.

A região em que nós militamos, Deputado Josué Bengtson, é sem sombra de dúvida a mais conflituosa, o sul e o sudeste do Pará. O INCRA, por isso, criou ali uma Superintendência Especial. Ora, se ela é especial, o problema também é especial. Então, a Superintendência precisaria ser municiada não apenas de recursos financeiros, mas também de recursos humanos necessários à execução e ao cumprimento de suas metas. Lamentavelmente, isso não ocorreu. A Superintendência continua com a estrutura de um projeto, de uma unidade, não tem recursos humanos, e os recursos financeiros repassados no ano passado não foram aplicados.

Vejam bem, isto é importante. Para os senhores terem uma idéia, o INCRA previa no ano passado o assentamento de 6 mil famílias na região, e assentou apenas 1.783. O investimento para esse assentamento sustentável era de 600 mil reais, mas nada foi realizado. A previsão para a titulação de áreas era a expedição de 2.300 títulos, o que não se concretizou. Para a demarcação das áreas de assentamentos estavam orçados 3 milhões, 968 mil e 214 reais, que atingiriam 9.932 parcelas, mas as demarcações não foram realizadas. A obtenção de terras para atender a demanda previa o emprego de 40 milhões de reais, mas somente 1 milhão e 300 mil foram utilizados. Para a implantação de estradas vicinais, a meta era de 1.400 quilômetros ao custo de 11 milhões e 900 mil reais, só que apenas quarenta quilômetros foram construídos. Os recursos para eletrificação previam a execução de trinta quilômetros com um dispêndio de 210 mil reais, que também não foram utilizados.

Algo está errado. É necessário que o Sr. Ministro da Reforma Agrária e o Sr. Presidente do INCRA, Dr. Sebastião Azevedo, velho conhecido na região, pois militou na linha de frente do INCRA na Transamazônica, corrijam esses erros. Ontem os trabalhadores, insatisfeitos e revoltados com o não-cumprimento dos compromissos assumidos, prometeram ocupar novamente prédios públicos e propriedades produtivas, com o que não concordamos. Isso somente será evitado com a presença efetiva do INCRA, por meio de ações concretas no campo que propiciem ao trabalhador rural um mínimo de infra-estrutura que lhes permita se fixar à terra, tomando-a produtiva. Do contrário, a reforma agrária, tão decantada em verso e prosa, não passara de um simples discurso.



A Amazônia é grande e os problemas enormes. O IBAMA é fundamental para o nosso desenvolvimento, e o objetivo do órgão é ajudar na preservação da nossa fauna e flora, sem inviabilizar nosso crescimento. A preservação do meio ambiente é a coqueluche do momento, principalmente quando se trata da Amazônia. Os olhares do mundo inteiro estão voltados para a nossa região, não porque queiram protegê-la ou preservá-la, mas porque, esgotadas as suas riquezas naturais, pretendem nos impingir uma política ambiental que não se coaduna com as nossas peculiaridades.

Movidos pela cobiça, entendem que preservar o meio ambiente na Amazônia é engessar a atividade produtiva, com o que não concordamos. Amazônidas, nascidos e criados na região, onde vivemos, não aceitamos que alienígenas venham ditar as regras do jogo. A nós, somente a nós, compete buscar soluções que proporcionem o desenvolvimento sustentável da região, com respeito ao meio ambiente. Basta de decisões impostas de cima para baixo, sob pressão de ONGs e dos países ricos e ao calor de violenta emoção. Afinal, a razão de ser da ecologia é o ser humano.

Infelizmente, a exemplo do que ocorre com o INCRA, o IBAMA, em sua reestruturação, prevê a descentralização de suas atividades com a criação de escritórios e gerências regionais e com a participação dos Estados e Municípios envolvidos. Mas, na prática, tal não ocorre. Seja por falta de recursos financeiros, seja por falta de recursos humanos, a presença do IBAMA na Amazônia, até hoje tem-se limitado a uma atividade repressiva, deixando de agir preventivamente de forma educativa, didática e pedagógica para evitar que se pratique o crime ou a infração ambiental. É preciso, antes de mais nada, que se crie uma nova mentalidade, para o que é imprescindível a atuação preventiva do órgão, com a realização de palestras e seminários nas escolas, nos sindicatos, nas empresas, no que diz respeito à orientação, do mais humilde trabalhador rural ao mais abastado empresário, relativa à exploração de nossas riquezas naturais preservando-se o meio ambiente.

A esperança que nutrimos é que, estando o Ministério do Meio Ambiente sendo dirigido por um nordestino amazônida, Deputado Zequinha Sarney, cujo Estado tem o privilégio de integrar o Nordeste e Amazônia, e o IBAMA por um nativo da região, Dr. Hamilton Nobre Casara, profundo conhecedor dos problemas ambientais na Amazônia, com largo tirocínio nas Superintendências de Rondônia e do Amazonas, as ações daquele órgão deverão sofrer profundas e radicais transformações, de modo a satisfazer os interesses desenvolvimentistas da região.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a prova mais evidente e inquestionável da necessidade de modificações na legislação ambiental está no número de autos de infração lavrados a partir da vigência do Decreto nº 3.179, de 21 de setembro de 1999, que regulamenta a Lei nº 9.605/98, que define os crimes contra o meio ambiente. Foram 29.414 autos de infração assim distribuídos: 8.980 em 1999;



20.076 no ano de 2000; e 358 já neste exercício, correspondendo a multas no valor de 825 milhões, 982 mil e 461 reais. Ora, estando o IBAMA obrigado a encaminhar esses autos de infração à Polícia Federal e ao Ministério Público, conclui-se que serão 29.414 indiciados em inquérito policial, os quais, encaminhados à Justiça, irão superlotar as varas criminais, emperrando ainda mais o funcionamento do Poder Judiciário.

Urge, pois, a adoção de urgentes medidas que adaptem essa legislação à realidade brasileira. No momento em que está comprovada a falência do sistema penitenciário nacional, manter-se a privação da liberdade como pena principal a ser aplicada nos crimes ambientais é contribuir para o aumento do índice de criminalidade, já que a condenação dos infratores importaria no seu recolhimento aos já superlotados presídios, onde se transformariam de trabalhadores e produtores em PhDs do crime.

Por isso, apresentarei a esta Casa projeto de lei que, atentando para essa realidade, estabelecerá a recuperação do meio ambiente degradado como pena principal, incidindo a pena privativa de liberdade apenas nos casos de reincidência.

Dessa forma, estaremos contribuindo não só para a recuperação do meio ambiente, o que importará no aumento de áreas produtivas, na geração de empregos impostos e divisas, além de evitar o congestionamento de processos no Poder Judiciário.

Muito obrigado.

Documento 5/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-14:28

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4432 JOÃO MAGNO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO



Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. JOÃO MAGNO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, meu interesse principal neste pronunciamento é homenagear as mulheres por suas lutas históricas contra a discriminação e as desigualdades sociais, numa referência especial ao Dia Internacional das Mulheres. E, dessa forma, destacar o significado fundamental dessa mobilização para a consolidação de qualquer projeto democrático.

Uma afirmação de Karl Marx, na obra "A Ideologia Alemã", pode servir de porta de entrada para nossa reflexão. Vejamos o que diz o autor: "Com a divisão do trabalho (...) dá-se ao mesmo tempo (...) a distribuição desigual (...), ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo (...) na família, onde a mulher e os filhos são escravos do marido".

A reprodução desse trecho abre a possibilidade de mostrar quão centrais são as questões de gênero em qualquer projeto que proponha a igualdade política e social. Em geral, o projeto marxista é pouco identificado com a luta contra as desigualdades entre homens e mulheres. No entanto, aquela pequena citação vem lembrar que um projeto político e social que se pretenda democrático, se for conseqüente, não pode deixar de tratar das desigualdades, discriminações e violências contra as mulheres.

O trecho citado também tem o objetivo de chamar a atenção para a complexidade e a densidade histórica do problema. Marx não falava, ali, de um acontecimento recente, ou de um fato conjuntural, mas do início historicamente mais remoto das hierarquias sociais. Se há uma constante na história social da humanidade, é a divisão do trabalho por gênero, acompanhada de desigualdades nas variadas



dimensões da vida humana, de ordem econômica, política ou cultural. Os estudos antropológicos das mais diversas formas sociais estão aí para demonstrar tal fato.

Uma terceira motivação decorre da necessidade — ainda não ultrapassada, por incrível que pareça — de afastar qualquer dúvida sobre a imensa contribuição das mulheres para o trabalho social. A verdade é que, em qualquer época da história humana, inclusive nos dias atuais, a carga de trabalho que cabe às mulheres tem sido sempre superior à dos homens. Às vezes, os indicadores sociais podem dar impressão distinta, por causa da pouca relevância que costuma ser dada ao trabalho feminino.

Naturalmente, este não é o momento de tentar abranger a problemática das hierarquias de gênero em toda a sua complexidade histórica. Mas não deixarei de ilustrar, com uma passagem histórica, essa complexidade.

As primeiras indústrias recorreram sistematicamente à mão-de-obra feminina, em condições de exploração do trabalho absolutamente desumanas. Chega a ser paradoxal que justamente essa exploração, ao desfazer alguns mitos sobre a incapacidade das mulheres para certos trabalhos, e ao trazer o trabalho feminino para fora do âmbito doméstico, tenha contribuído para quebrar algumas barreiras a uma atuação social mais livre das mulheres.

Enquanto isso acontecia em outros países, no Brasil dominavam, ainda, as grandes explorações agrícolas, fundadas no trabalho escravo. É essa sociedade que Gilberto Freire irá chamar de patriarcal, com toda a razão. A descrição romanesca dessa realidade, encontrada em obras de José Lins do Rego, como "Fogo Morto", mostra-nos em toda a sua crueza a submissão das mulheres a uma vida reclusa ao âmbito doméstico.

Sras. e Srs. Deputados, em um lapso relativamente curto de tempo, as brasileiras conseguiram reverter parte dessa situação, crescendo aceleradamente, nas últimas décadas, sua participação na população economicamente ativa — indicador que capta, principalmente, os trabalhadores que entram no circuito monetário da economia. No entanto, para não esquecermos como essas questões são complexas, devemos enfatizar que, se com isso o trabalho das mulheres se torna mais visível, valorizando-se socialmente, não por isso elas deixaram de arcar com o trabalho invisível, que dificilmente consta das estatísticas oficiais, mas duplica sua jornada.

Ao mesmo tempo em que crescia sua participação na vida econômica do Brasil, as mulheres iam ocupando posições em outras áreas. Assim, hoje, há mais eleitoras que eleitores em nosso País; as mulheres já têm, em média, mais anos de estudo que os homens; e muitos espaços antes reservados aos homens começam a ser "invadidos": a Academia Brasileira de Letras, postos de direção nas empresas, casas legislativas, Judiciário...



Infelizmente, contudo, essa progressão é lenta e desacompanhada de igualdade de condições. O exemplo mais claro dessa desigualdade é a disparidade de salários, muitas vezes para o cumprimento das mesmas funções. E aí entramos no ponto crucial, na grande dificuldade do projeto democrático no âmbito das relações de gênero. Não basta a igualdade pelo alto. Claro que é muito importante que tenhamos mulheres na Câmara dos Deputados, na magistratura, em cargos de direção nas empresas, mas tudo isso ficará na superfície se não eliminarmos as imensas desvantagens que sofrem as mulheres pobres em nosso País.

Qualquer análise dos gastos públicos efetivos (não apenas do que consta do Orçamento, que já é pouco) mostrará que as rubricas destinadas ao combate a doenças que afetam principalmente as mulheres pobres são simplesmente esquecidas; que os programas destinados à proteção das mulheres contra a violência, em particular a violência doméstica, são deixados em segundo plano; que, enfim, falta muito em termos de criação de uma rede de igualdade na base da pirâmide social, a única que pode garantir que os avanços das mulheres, no longo prazo, ultrapassem os retrocessos e que a democracia se afirme em nosso País também nessa área.



Documento 6/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-17:30

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4488 NICE LOBÃO-PFL -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. NICE LOBÃO (Bloco/PFL-MA. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste 8 de março de 2001 as mulheres maranhenses, brasileiras e de todo o mundo têm a comemorar um saldo de muitas conquistas. O século XX registrou avanços sociais, políticos, culturais e econômicos, elevando a participação da mulher na sociedade, na família, na vida.

As primeiras organizações femininas surgiram no início do século, em nosso País, tendo como marco o ano de 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, pela Profa. Deolinda Daltro.



As lutas feministas se proliferaram e com elas diversas conquistas, a exemplo do direito ao voto, do combate à discriminação e ao machismo, da assistência à saúde e à maternidade, da licença-maternidade remunerada e da igualdade de salários entre homens e mulheres, para citar algumas vitórias.

Não obstante os avanços verificados, iniciamos um novo século em que as mulheres estão sendo chamadas a grandes mobilizações para garantir os direitos e ampliá-los no futuro.

Não temos escolha: ou conquistamos o poder, em todos os níveis, assumindo na prática democrática a condição de maioria da nossa sociedade, ou ficaremos em patamares inferiores, constatando dados desfavoráveis às mulheres.

Em boa hora, a bancada feminina no Congresso Nacional estabeleceu o slogan "nenhum direito a menos direitos a mais", para sintetizar o atual momento de atuação dos movimentos femininos no Brasil e as expectativas que vivenciam as mulheres brasileiras.

Direitos duramente conquistados são presentemente objetos de ataques, como se fossem entraves ao desenvolvimento da economia, do mercado, dos interesses financeiros da atualidade. As políticas públicas padecem de um viés feminino no qual se possa contemplar o pleno desenvolvimento das forças vivas da sociedade no trabalho, nas artes, na escola, nos lares brasileiros.

Os Governos de agora e do futuro não podem desconhecer a presença feminina em todos os detalhes da evolução social humana. Os resultados positivos do esforço coletivo feminino quedam-se derrotados pela ignominia da violência física e psicológica que se abate sobre a mulher, em todos os lugares do mundo.

Considerando a lentidão com que os homens majoritários nos postos de comando enxergam esta realidade desfavorável à maioria feminina, advogo a necessidade de conquistar o poder em todos os níveis do Legislativo, Executivo e Judiciário, para nós próprias estabelecermos as transformações que a maioria da Nação reclama, estancando, entre outras mazelas, os ralos e sumidouros dos recursos públicos.

Todo poder às mulheres!

Peço a V.Exa. que autorize a divulgação do meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa.



Documento 7/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-17:04

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4484 EULER MORAIS-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE COMO LÍDER

DISCURSO

Sumário

Participação do orador, na condição de representante da Câmara dos Deputados, na reunião preparatória da sessão especial da Organização das Nações Unidas - ONU, destinada à avaliação dos resultados da Conferência sobre Assentamentos Humanos, em Nairóbi, Quênia. Relatório do Comitê Nacional de Avaliação e Implementação da Agenda Habitat. Manifestação de pesar pelo falecimento do Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. EULER MORAIS (PMDB-GO. Como Líder. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ocupo esta tribuna para comunicar aos membros desta Casa minha participação, no final do mês passado, na condição de delegado brasileiro e representante da Câmara dos Deputados, na missão



brasileira que esteve em Nairóbi, Quênia, para a reunião preparatória da sessão especial da ONU que vai rever e avaliar a implementação dos resultados da Conferência sobre Assentamentos Humanos, realizada em 1996.

Os representantes brasileiros apresentaram relatório nacional, elaborado pelo Comitê Nacional de Avaliação e Implementação da Agenda Habitat, acordada em 1996. Esse Comitê é integrado por membros do Governo Federal, Congresso Nacional, comunidade acadêmica, institutos de pesquisa, organizações não-governamentais e sociedade civil organizada. O relatório aborda os temas extraídos dos compromissos e estratégias da Agenda Habitat, agrupados em seis áreas: moradia, desenvolvimento social e erradicação da pobreza, gestão ambiental, desenvolvimento econômico, governança e cooperação internacional.

O documento brasileiro mostra que, na década de 90, muitas conquistas foram viabilizadas no País por meio de iniciativas locais, políticas públicas governamentais relacionadas principalmente à formação de cultura de trabalho em parceria, ao aumento de investimentos em benefícios da população de baixa renda e à melhoria da gestão urbana local.

A Agenda Habitat foi aprovada em 1996 durante a Conferência das Nações Unidas sobre Assentamentos Humanos, em Istambul, Turquia. Os países signatários, inclusive o Brasil, comprometeram-se com um modelo de civilização em que predomine a justiça social, o combate à pobreza, o equilíbrio ambiental e a igualdade de oportunidades.

Tive a felicidade de participar dessa conferência como representante do Governo de Goiás, onde comandava a Secretaria de Solidariedade Humana, que cuidava das ações governamentais. Naquela oportunidade, pude apresentar os resultados das experiências realizadas no Governo Maguito Vilela — hoje Senador pelo Estado de Goiás —, experiências que resultaram na construção de mais de 30 mil moradias para famílias de baixa renda.

As ações desenvolvidas pelo nosso Estado, entre os anos de 1995 e 1999, combinavam exatamente as prioridades estabelecidas pela Agenda Habitat, ou seja, combate à fome e à pobreza, geração de renda, assentamentos urbanos e preservação ambiental, todas vinculadas às áreas de saúde, educação e qualificação profissional.

O programa denominado "Meu Lote, Minha Casa" viabilizava o terreno e o material para a construção de unidades habitacionais em regime de mutirão, o que contribuiu para reduzir o déficit habitacional no Estado, a migração e número de moradores de rua. Muitas dessas ações, no entanto, foram interrompidas ou desvirtuadas nos últimos dois anos em Goiás.

O relatório brasileiro, porém, aponta resultados positivos em várias regiões do País. O documento apresenta tendências do desenvolvimento urbano e a



evolução das condições de vida das cidades brasileiras entre 1993 e 1998, os principais problemas urbanos da atualidade e as soluções adotadas para enfrentá-los, além de estabelecer prioridades e linhas de ação.

As principais conclusões apresentadas na reunião preparatória realizada no Quênia ressaltam a aceleração do processo de urbanização brasileira, a interiorização do fenômeno urbano, o crescimento de cidades de porte médio e o aumento da "periferização" dos centros urbanos.

Importante constatação é relativa ao fato de que, na última década, a urbanização brasileira se deu de forma heterogênea e foi provocada principalmente pelos impactos da reestruturação econômica no País, especialmente no que diz respeito a emprego urbano e à dinâmica migratória.

O comitê nacional propõe, portanto, série de medidas que podem contribuir para reduzir as distorções criadas e gerar novo modelo urbano. Fizeram parte da delegação brasileira o Ministro Ovídio de Angelis, os Senadores Iris Rezende e Ademir Andrade, os Deputados Federais José Índio, Gustavo Fruet e Jorge Tadeu Mudalen e representantes da Presidência da República, Ministério das Relações Exteriores, IBAM, IPEA e USP.

As propostas apresentadas pelo Brasil poderão contribuir para nortear uma política global das Nações Unidas e para consolidar um compromisso nacional em torno da urgência de investimentos públicos e privados destinados a resolver a questão urbana no País, em parceria com todos os setores nela envolvidos.

Sr. Presidente, durante a reunião em Nairóbi, juntamente com o Ministro Ovídio de Angelis, tivemos a oportunidade de nos reunir com a Dra. Anna Tibayjuca, Diretora-Executiva da ONU para Assentamentos Humanos, a quem convidamos a vir ao Brasil, no início de maio. Depois de ir ao Rio de Janeiro, onde existe um centro da ONU para a Agenda Habitat, ela deverá vir a Brasília encontrar-se com o Ministro Ovídio de Angelis e visitar a Câmara dos Deputados, oportunidade em que esperamos mostrar-lhe a evolução dos assentamentos humanos em todo o País.

Destaco ainda a importância do trabalho do Ministro Ovídio de Angelis, tanto que se tem cogitado transformar a Secretaria sob sua direção no Ministério de Desenvolvimento Urbano. Na condição de Vice-Líder do PMDB e coordenador da bancada de Goiás, saliento que o trabalho de S.Exa. não só é reconhecido na Câmara dos Deputados, mas também no Senado Federal, pela seriedade e responsabilidade com que tem atendido as nossas solicitações.

Antes de encerrar este pronunciamento, Sr. Presidente, deixo registradas minhas palavras de pesar pelo falecimento de Mário Covas, nosso grande líder político.



Em nome do meu partido, presto também uma homenagem às mulheres de todo o Brasil, especialmente às goianas — mulheres bonitas, inteligentes e trabalhadoras — , que amanhã estarão celebrando o Dia Internacional da Mulher.



Documento 8/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-18:04

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4496 DR. HÉLIO-PDT -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES
COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Manifestação de pesar pelo falecimento do Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo. Propósito de encaminhamento ao Ministério da Saúde, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março -, de indicação para combate à gravidez indesejada na adolescência.

O SR. DR. HÉLIO (Bloco/PDT-SP. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero, em primeiro lugar, reafirmar minha homenagem póstuma, bem como de minha família, ao Governador do meu Estado de São Paulo, Mário Covas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como médico de crianças há cerca de 26 anos e pai de adolescentes mulheres, quero dar uma contribuição acerca da



discussão dos direitos da mulher, a propósito do Dia Internacional da Mulher, amanhã, naquilo que há de mais importante, que é a manutenção da sua própria vida nas horas adversas, especialmente quando o risco de uma gravidez indesejada

contribui para o risco de vida da mãe, bem como para uma situação geradora de violência para o futuro da criança indesejada e de convivência inadequada com a sociedade.

É necessária toda forma de proteção que busque a garantia da vida. A situação da adolescente e da jovem brasileira é hoje tão dramática, que podemos afirmar que sua vida corre perigo.

Sem dúvida alguma, neste século, a gravidez indesejada na adolescência é um dos fatores sociais mais graves contra a mulher-criança, uma vez que ela se encontra freqüentemente despreparada física, mental, emocional e financeiramente para tal responsabilidade.

Hoje, a população jovem de 10 a 19 anos constitui cerca de 22% da população brasileira. O percentual de partos ocorridos nessa faixa etária, realizados somente pelo SUS, foi de 25,8%.

A gravidez indesejada da jovem adolescente tem como conseqüência e causa vários fatores: a pobreza, as drogas, a cultura, a educação, desajustes familiares, omissão dos pais e da comunidade, mas principalmente omissão dos poderes públicos.

Quando ocorre uma gravidez indesejada, alguns caminhos seguidos pela gestante são a concepção e a tentativa de abortamento, utilizando-se sobretudo de métodos de risco, muitas vezes em mãos de pessoas inabilitadas, gerando situações gravíssimas, como perfurações uterinas e de intestinos que não raro levam essa menina à morte.

Outras situações que a acompanham são as de ordem social e criminal, pois a legislação atual, com favorecimento do uso e venda de medicamentos abortivos ilegais, permite outros atos ilegais.

Por outro lado, há de se levar em conta o custo saúde no Brasil, uma vez que o atendimento da paciente e de suas seqüelas, na maioria dos casos, faz com que as consultas ambulatoriais e as internações nos leitos hospitalares e UTIs representem um custo altíssimo para o País.

Finalmente, há o custo social do produto da gravidez indesejada, principalmente nas camadas mais pobres, em que os atos de risco e crimes são favorecidos com o aumento da morbimortalidade materno-infantil.



Comemorando o Dia Internacional da Mulher neste novo século, quero propor ao Ministério da Saúde prioridade na instituição de um programa de proteção da adolescência contra os riscos da concepção indesejada, inclusive propondo estudos para implantação, nos casos de prática de sexo inseguro e risco de gravidez indesejada, do chamado Programa de Contracepção de Emergência, já utilizado em países desenvolvidos, sobretudo na França, como método não-abortivo aliado à assistência integral multiprofissional, social, educativa e cultural, cuja maior qualidade será a promoção integral da saúde da adolescente e futura mulher.

Nesse sentido, Sras. e Srs. Deputados, estarei remetendo indicação ao Ministério da Saúde, sugerindo esta prioridade no atendimento à adolescente, em especial no combate à gravidez indesejada, dispondo para a população jovem processos e programas educativos e culturais, bem como medidas terapêuticas atualizadas, como a contracepção de emergência, conforme mencionamos anteriormente.

Encerro desejando a todas as mulheres que suas conquistas não se limitem a um campo específico. Que dêem prioridade especial à proteção da vida de milhões de jovens adolescentes expostas ao risco da gravidez indesejada e suas terríveis conseqüências.



Documento 9/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-14:34

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4436 NELSON PELLEGRINO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Homenagem póstuma ao Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo. Realização, pela Câmara Municipal de Salvador, Estado da Bahia, de sessão de homenagem à Coordenadoria Ecumênica de Serviços - CESE ao ensejo das comemorações do aniversário de criação. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. NELSON PELLEGRINO (PT-BA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu não poderia deixar de prestar uma homenagem póstuma ao ex-Deputado, ex-Senador e Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas.



Em pleno período militar, S.Exa. era Líder do MDB e teve a coragem de vir a esta tribuna defender o mandato parlamentar de um colega seu, o Deputado Márcio Moreira Alves, que queriam cassar, alegando que apenas exercia um direito sagrado à voz, garantido pela imunidade parlamentar. Ato contínuo, esta Casa não concedeu autorização para que o Deputado fosse processado. A ditadura militar, então, editou o Ato Institucional nº 5 — o AI-5 — , cassando o mandato dos dois Deputados.

Foram muitas as homenagens feitas nesta tarde. Por isso, resolvi citar essa passagem. Diversos Deputados já tiveram a oportunidade de destacar a figura do Governador Mário Covas, mas enalteço o homem digno e sério, político respeitável que fez da política uma atividade respeitada e admirada pelos brasileiros.

Esse registro da vida do político Mário Covas talvez seja de fundamental importância para nós, porque representa a defesa das prerrogativas do Congresso Nacional, do exercício da atividade e da imunidade parlamentar.

Em nome do Partido dos Trabalhadores, quero prestar a nossa nossa solidariedade à viúva e aos filhos do Governador Mário Covas neste momento difícil. A política brasileira fica menor com a sua morte.

Sr. Presidente, aproveito esta oportunidade para também prestar homenagem à Coordenadoria Ecumênica de Serviços — CESE, entidade criada em 1973, em pleno regime militar, por iniciativa de diversas igrejas: Episcopal-Anglicana do Brasil, Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Metodista, Presbiteriana Independente do Brasil, Presbiteriana Unida do Brasil e Católica Apostólica Romana, todas unidas pelos ideais e princípios do ecumenismo, da democracia e da justiça. Essa entidade não-governamental, ao longo de seus 28 anos, tem apoiado decisivamente a luta dos oprimidos na Bahia.

A Câmara Municipal de Salvador está realizando hoje, por iniciativa do Vereador Zezéu Ribeiro e da bancada do Partido dos Trabalhadores, sessão especial em homenagem à Coordenadoria Ecumênica de Serviços. Lamento que, por força do exercício do mandato parlamentar, eu não possa estar presente à cerimônia de homenagem à CESE.

Desde sua criação a CESE tem apoiado inúmeros projetos, todos de caráter popular, dentre os quais podemos destacar: Reforma Urbana e Moradia, Saúde Popular, Mobilizações Populares, Renovação Eclesial, Organização Popular e Sindical, Desenvolvimento Econômico, Reforma Agrária, Meio Ambiente, Mulheres, Negros e Povos Indígenas.

A CESE, em conformidade com sua linha de ação vem desenvolvendo diversas atividades em favor dos direitos humanos e tem funcionado ao longo de sua história como um canal de comunicação e reivindicação dos setores menos



privilegiados de nossa sociedade, denunciando o massacre do Carandiru e mais recentemente os horrores de Eldorado do Carajás.

Tem participado de iniciativas conjuntas com o Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil — CONIC, tais como a Campanha da Fraternidade Eumênica 2000, o Jubileu 2000, o Tribunal da Dívida Externa e o vitorioso Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa ocorrido em setembro de 2000, que envolveu mais de 7 milhões de participantes em todo o País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, para realizar suas atividades e viabilizar seus projetos a CESE conta com recursos das igrejas, das agências internacionais de cooperação e com o apoio do Conselho Mundial de Igrejas — CMI, estabelecendo com essa entidade uma relação de parceria em vários campos da atividade cooperante.

Ao ser criada, a CESE demarcou de forma clara os princípios que norteariam sua atuação, princípios de afirmação da vida, de promoção da plena cidadania, do desenvolvimento econômico justo e sustentável e da democracia com respeito integral aos direitos humanos.

De forma democrática e imparcial a CESE realiza trabalho de análise, apoio e avaliação de projetos de natureza social dedicados à promoção de comunidades desprivilegiadas, sem qualquer exclusividade de natureza religiosa, étnica ou político-partidária.

Pelas razões aqui expostas e em reconhecimento ao relevante papel que a CESE exerce na sociedade brasileira é que apresento moção de congratulação.

Solicito à Mesa Diretora dos trabalhos que dê ciência deste pronunciamento à CESE, ao Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil — CONIC, ao Conselho Mundial de Igrejas — CMI, à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil — CNBB, à Arquidiocese de Salvador e ainda que seja registrado nos órgãos de comunicação da Casa e divulgado no programa A Voz do Brasil.

Por último, quero homenagear as mulheres brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher, amanhã, 8 de março, quando estarei em Salvador, a fim de participar de caminhada que todos os anos as mulheres baianas fazem — sejam trabalhadoras rurais, sejam as que lutam pela igualdade de direitos.

Neste momento de tantas injustiças no País, a luta da mulher é fundamental. Além de ser discriminada — no caso das mulheres negras a discriminação é ainda maior —, a mulher enfrenta dupla jornada de trabalho, entre outras dificuldades.



Documento 10/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-15:18

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4448 WELLINGTON DIAS-PT -PI

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Regozijo com a sanção da Lei nº 10.177, de 2001, acerca de operações com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste. Tramitação na Casa de projeto de lei, de autoria do orador e de outros Parlamentares, sobre instituição do Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido. Improcedência de denúncias contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, publicadas na Folha de S. Paulo. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Apoio ao encontro promovido pela Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais.

O SR. WELLINGTON DIAS (PT-PI. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, serve esta alocução para manifestar nossa plena satisfação em decorrência da aprovação da Lei nº 10.177, de 12 de janeiro de 2001. Trata-se de



diploma legal que dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais do Norte, do Nordeste e do Centro- Oeste.

Ao lembrar que, coirmãdos com o ilustre Deputado José Pimentel e com o digno Deputado Mauro Benevides, tivemos a honra de trabalhar para a aprovação da matéria, ressaltamos, doutra sorte, que a lei em apreço se assemelha em muitos aspectos ao Projeto de Lei nº 1.114/99, que apresentamos nesta Casa em parceria com os preclaros Deputados José Pimentel e Waldir Pires.

Nosso projeto, que institui o Programa Permanente de Convivência com o Semi-Árido e dá outras providências, está em plena tramitação nesta Casa e já recebeu parecer favorável da Comissão de Agricultura. É proposta que busca solucionar o problema do Semi-Árido brasileiro, região que é assolada periodicamente pelo fenômeno da seca, conforme mostra a série histórica de ocorrências de seca no Nordeste do País de 1710 a 1993, elaborada pela SUDENE e complementada por Didier Bloch.

Em resumo, está mais do que comprovado que naquela região ocorre a cada década uma grande seca, e que, além disso, entre uma e outra grande seca há secas parciais intercaladas. Como houve a última em 1988, é de esperar que a próxima venha a tomar lugar em 2010.

A proposta visou a que nos preparássemos para isso, tendo em vista que o Semi-Árido equivale a 80% da Região Nordeste e compreende os Estados do Ceará, parte dos Estados do Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, a região setentrional do Estado de Minas Gerais bem como, mais recentemente, o Estado do Espírito Santo. São rigorosamente, nobres Deputados, mais de 115 milhões de hectares, assim como mais de 30 milhões de habitantes, cronicamente carecentes. Um número nada desprezível a merecer consideração maior do que a que vem merecendo.

Ora, se a seca é comprovadamente um conhecido e reconhecido fenômeno cíclico, como refere o pesquisador da EMBRAPA, Sr. José Herculano de Carvalho, por que continua, através dos séculos, a ser tratada como se fosse um fenômeno excepcional? Um absurdo!

Assim, o que é mister é ter uma tradição de convivência com o Semi-Árido, como sói ocorrer com a imensa maioria das regiões semi-áridas do Planeta.

Um exemplo dessa falta de tradição no Semi-Árido de nossa terra é a constatação de que, segundo pesquisas da EMBRAPA, de cerca de 1,5 milhão de propriedades rurais instaladas no Semi-Árido, tão-só 500 mil (30%, pois) dispõem de recursos hídricos abundantes e podem, assim, atravessar as secas sem sofrimento. Pior, outros exatos 30%, em face da escassez quase absoluta de água, simplesmente entram em colapso por ocasião das secas ou quando as chuvas demoram mais de um mês a retornar o que é usual. Enfim, quanto ao



restante, a escassez do líquido não é quase absoluta, mas absoluta mesmo: 40% só têm água quando chove; por consequência, a seca é-lhes verdadeira tragédia!

Ante isso, sempre incentivamos, e propusemos, a criação de consórcios entre os Municípios para a resolução conjunta dos problemas regionais. E mesmo por isso nosso projeto, sobre tratar das questões específicas da água, tais como integração do abastecimento desta e criação de cisternas, para exemplificar, passa pelo pleno aproveitamento do potencial agropastoril dos Municípios da região, tais como cultura do caju, do cajá, do umbu, apicultura, criação de caprinos, entre tantos outros.

Ora, ao analisarmos a lei recentemente aprovada, não foi senão para nosso gáudio que verificamos que seus propósitos em boa parte se assemelham aos da nossa proposta.

Embora menos específica, o que não lhe é em absoluto desdouro, é mais abrangente: abarca o Norte, o Nordeste e o Centro-Oeste. E os financiamentos que contempla se estendem a operações comerciais e de serviços, embora os juros sejam mais favoráveis ao setor rural, como não poderia deixar de ser.

Ademais, e aí de forma especial, a aprovação dessa lei veio permitir aos pequenos e médios produtores a renegociação das dívidas de financiamento com recursos dos Fundos Constitucionais do Nordeste contraídas até 5 de dezembro de 1998, e, além disso, proporciona que na região do Semi-Árido seja possível um desconto de até 50% nos juros respectivos.

Por tudo isso, meu apoio e meu aplauso, repito, pela aprovação dessa lei, apoio e aplauso estes que com certeza comungo com os eminentes Deputados José Pimentel, Mauro Benevides e Waldir Pires.

Como nada é perfeito na face da Terra, a lei não poderia deixar de ter jaça. Apenas uma: devia ter sido aprovada faz muito mais tempo! Mas temos a convicção de que pela seca de 2010 o Brasil finalmente passará incólume. Graças a ela! Que é o que se quer e o que interessa.

Outro assunto, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, queremos comentar a série de ataques que tem sofrido o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra MST, especialmente na imprensa brasileira, que tem se esforçado para agradar os poderosos de plantão, numa série de reportagens onde se verifica um ataque sistemático, por vezes sem quaisquer provas, com o único propósito de desacreditar o MST perante a opinião pública.



É o que se observa na matéria assinada pelo jornalista Josias de Souza na edição de 4 de fevereiro do jornal Folha de S. Paulo. A chamada de primeira página era forte "Documento vincula o MST a atividades irregulares", sendo seguida de um texto de abertura que fala em "cobrança de pedágio, inadimplência, escriturações duvidosas".

Manchete e lide da matéria, de página inteira, tornavam tudo ainda mais sensacional. Falavam em "porções do MST (...) irrigados com verbas públicas", "apuração", "achados". Isso sem falar na decisão, vulgar e insultuosa, de grafar a sigla do movimento com cifrão (M\$T) no lugar do S.

Como a imensa maioria das pessoas lê apenas chamadas, manchetes e lides, o serviço estava feito. Porém, quem se deu ao trabalho de ler tudo só pôde decepcionar-se, como aliás ocorreu com o próprio jornalista: "os novos relatórios decepcionam. São rasos, ligeiros, (...) superficiais", escreveu o articulista na pífia conclusão de um texto que iniciara bombástico.

Nada dizem, poderia acrescentar. E muito do que insinuam nada tem a ver com o MST. É tudo muito estranho.

Sr. Presidente, quando o MST ganhou visibilidade nacional, diga-se por defender uma causa que a sociedade considera justíssima, seus dirigentes foram questionados inúmeras vezes sobre as fontes de recursos do movimento. As respostas foram públicas: "Além de convênios específicos com entidades e igrejas, para levar adiante projetos de saúde e educação, o MST recebe 3% do valor da produção daqueles trabalhadores que já foram assentados e desejam contribuir com o movimento".

O MST foi o primeiro a dizer, com orgulho, que era financiado por sua própria base social, sem ter sobre ela nenhum poder de pressão. É possível que ninguém tenha levado a explicação a sério; afinal, ainda se buscava descobrir versões modernas de financiamentos externos com outros objetivos.

Quando a imprensa constatou que a informação divulgada pelo próprio Movimento era verdadeira, armou-se um circo, sob a denominação de "desvio de dinheiro público", conforme publicou a própria Folha, tudo com o evidente propósito de lançar o MST na vala comum dos escândalos.

É necessário que se reponha a verdade: o dinheiro é do assentado. Como qualquer outro agricultor, ele paga ao Banco do Brasil, com juros, tudo o que tem direito a sacar para custear sua safra. Os detratores do MST dizem que os juros são inferiores aos do mercado e que, portanto, há um subsídio implícito e que 3% dos recursos são indevidamente repassados ao MST. Ora, Srs. Parlamentares, os latifundiários também recorrem ao Banco do Brasil e também recebem crédito agrícola com juros inferiores aos de mercado e financiam suas próprias entidades de classe, além de inúmeros candidatos. Esta Casa tem presenciado a pressão de



muitos ruralistas, que, muitas vezes sem razão, querem renegociar suas dívidas, quase sempre às custas do Tesouro. Podemos ainda citar outros exemplos, como as grandes empresas, muitas delas estrangeiras, que recebem recursos do BNDES em condições vantajosas ou então têm acesso a subsídios explícitos, a fundo perdido, sem que suas contribuições e financiamentos despertem quaisquer acusações. Nunca é demais lembrar que as maiores contribuições declaradas à Justiça Eleitoral pela campanha do candidato Fernando Henrique Cardoso vieram de bancos e de ex-estatais vendidas a preços vis pelo próprio FHC em seu primeiro mandato.

O preconceito de nossas elites é coisa tão arraigada que, para eles, doação de rico pode; de pobre, não. Afinal, para as nossas atrasadas elites, pobre não é cidadão. Só pode estar sendo extorquido ou enganado. É caso de polícia! Não ocorre aos "grandes" de nosso País outra possibilidade, que tantas vezes pode-se testemunhar: a de que homens e mulheres humildes, temperados pela luta, desejem continuar apoiando um movimento que os resgatou de uma vida sem quaisquer perspectivas. Um movimento que educa seus filhos em mais de mil escolas, transforma jovens acampados em técnicos agrícolas, elabora projetos, monta cooperativas, produz sementes, ajuda a comercializar as safras, mantém mais de cem mil famílias acampadas, lutando pela terra e pressiona o Governo a fazer algumas concessões.

É importante registrar que a contribuição de cada um é pequena. São 3% de cerca de R\$7 mil, valor médio dos empréstimos aos que estão na terra, ou seja, R\$210 por ano, R\$17 por mês. Sabe-se também que muitos não contribuem, evidenciando o caráter facultativo da contribuição ao Movimento.

Mas nada disso parece importar aos formadores de opinião em nosso País. Nada disso parece importar às elites que querem manter o Brasil eternamente no atraso, quando se sabe que muitos países hoje chamados de desenvolvidos fizeram sua reforma agrária ainda no século passado.

Ainda no dia 4 de março de 2001, no mesmo jornal Folha de S.Paulo, o mesmo articulista Josias de Souza, mais uma vez, investe contra o MST. Mais uma vez, a sigla do Movimento está grafada com o \$. É um desrespeito com milhares de famílias, espalhadas por todo o Brasil, que lutam pela reforma agrária! Faz, mais uma vez, uma série de denúncias, sem apresentar a versão do outro lado. Não se sabe a opinião dos líderes do Movimento sobre o que está citado como "malfeitorias já detectadas". O articulista cita auditorias realizadas pelo Ministério da Fazenda. Não se sabe, nem ele informa, se o MST respondeu às possíveis irregularidades, e de que forma. Se convenceu ou não. Se irregularidades foram detectadas, quais foram as providências adotadas pela secretaria federal de controle do já citado Ministério?

Enfim, é um rol de acusações sem que se dê o direito de contestação à outra parte. Ficamos só com a versão do jornalista. Todos sabemos os erros que se



podem cometer quando não se investiga a fundo e se acredita nas versões apresentadas, muitas vezes por autoridades querendo apenas a luz dos holofotes da TV, apresentando o nada.

Não podemos mais tolerar essa série de injustiças com o MST. Queremos chamar a atenção da sociedade para a justiça da reforma agrária. Queremos deixar registrada nossa indignação com as mentiras que diariamente são divulgadas a título de "denúncias" contra o MST. À imprensa, a quem respeitamos e sobre a qual não pairam dúvidas acerca da importância de ser livre e plural, queremos que continue a investigar, a buscar a verdade, a fiscalizar toda e qualquer aplicação errada dos recursos públicos. Mas que seja responsável, que busque insistentemente livrar-se dos preconceitos arraigados, que persiga sem temor a imparcialidade e que não se acovarde diante dos poderosos. Um país verdadeiramente livre se faz com uma imprensa livre e responsável. Mas também com ética, com a verdade e com dignidade daqueles que não se curvam diante de uma ordem social injusta e de exclusão.

Para que se faça justiça, grande parte das informações aqui abordadas, devemos creditar ao articulista César Benjamim, idéias com as quais concordamos plenamente e que deixamos registradas nos Anais desta Casa.

Ainda outro assunto, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, desde 1910, ano em que foi instituído o dia 8 de março como sendo dia de luta das mulheres em homenagem às operárias têxteis que morreram queimadas em Nova Iorque em 8 de março de 1857, a história combativa das mulheres tem sido cotidiana, contra a opressão vivenciada na vida, no trabalho, nos espaços públicos e privados.

Hoje, devido ao aumento de exclusão social desenvolvida através das políticas governamentais, todos os dias tem sido dia de luta tanto para homens como para mulheres que vivem em seu cotidiano a exclusão, o desemprego, a retirada de direitos sociais, o arrocho salarial e a falta de qualidade e condições de uma vida digna. Podemos dizer então que atualmente homens e mulheres estão em pé de igualdade, no que se refere às péssimas condições de vida.

Organizadas e articuladas em movimentos sociais, sindicais, classistas, feministas, etc., nas áreas urbanas e rurais, as mulheres brasileiras continuam buscando seus direitos, e encampam campanhas que lutam contra as políticas neoliberais dos governos; contra o desemprego; pela redução da jornada de trabalho, sem redução de salário; pelo combate à violência contra as mulheres; pela garantia de serviços públicos de qualidade, como creches, escola, saúde; contra as reformas da Previdência e Administrativa; pela paternidade responsável; pela criação de mecanismos que assegurem a participação eqüitativa de mulheres nos processos de geração de emprego e renda, como forma de combater a pobreza no Brasil, majoritariamente feminina; pela garantia de oportunidade de



acesso das mulheres a todos os níveis de educação e seu caráter não discriminatório; pela implementação de políticas governamentais na área da saúde que possam atender as mulheres em todas as fases de seu ciclo vital, com ênfase no respeito aos direitos reprodutivos e saúde no trabalho; pela adoção de mecanismos de ações afirmativas que estimulem a representação paritária de homens e mulheres nas instâncias de deliberação e de decisão, especialmente políticas.

Portanto, Sr. Presidente, no próximo dia 8 de março estaremos mais uma vez comemorando o Dia Internacional da Mulher, e neste meu pronunciamento quero homenagear a todas as mulheres do Brasil que ao longo dos anos vêm conquistando espaços cada vez maiores dentro do cenário social de nosso País.

Manifesto também nosso apoio e parabéns às mulheres que participam de encontro promovido pela Articulação Nacional das Mulheres Trabalhadoras Rurais, que reúne esta semana as mulheres do campo de mais de vinte Estados, e celebram, refletem e reivindicam saúde pública, previdência social e educação com qualidade; a proibição da entrada de produtos transgênicos em nosso País; o rompimento do acordo do Brasil com o FMI, pela soberania nacional; o cancelamento da política de importação de alimentos; reforma agrária e política agrícola, entre outros temas importantes.

Não posso deixar de parabenizar e homenagear a bancada feminina no Congresso, que tem dado a sua contribuição à luta das mulheres por direitos iguais e plena cidadania.

Parabéns também às nossas mães que nos deram o dom da vida; às nossas professoras, que nos ensinaram o prazer da leitura e da escrita; às nossas esposas, que sempre nos compreendem, nos apoiam e nos incentivam; às nossas secretárias e funcionárias da Casa, que tão prontamente viabilizam o nosso trabalho.

Por tudo isso, ao encerrar, consigno desta tribuna meu apoio e meu aplauso às mulheres, que, na garra, na articulação dos movimentos, lutam contra o inconformismo, na defesa dos interesses das mulheres trabalhadoras.



Documento 11/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-18:24

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4498 GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES PELA
ORDEM

DISCURSO

Sumário

Manifestação de pesar pelo falecimento do Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de Março.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, tive o privilégio de ser Vice-Líder de Mário Covas durante a Assembléia Nacional Constituinte. Ontem, no seu velório e, hoje, vendo pela televisão a cerimônia de seu funeral, pude crer ainda mais que Mário Covas, na história, não precisava ter morrido, até porque sua firmeza, seu caráter, sua honestidade cobriam muitos dos defeitos que nós, políticos, temos perante a sociedade brasileira. Por isso, lamento muito. O Brasil não perdeu apenas Mário Covas. O Brasil perdeu um pouco da sua história, a história daqueles que lutaram



pela redemocratização, a história dos políticos de coragem. A coragem de Mário Covas, junto com a do Dr. Ulysses, que também já se foi, assim como a de Franco Montoro e tantos outros, não era apenas a história de coragem da época da ditadura.

Acompanhei, ainda jovem, em Caruaru, em 1970, os cães e as metralhadoras da covardia daqueles que estavam usurpando nosso País, mas que não amedrontaram Mário Covas. Recentemente, já enfermo, também não teve medo de sair às ruas para enfrentar multidões que protestavam.

Sr. Presidente, queremos deixar aqui, em nosso nome, em nome do nosso partido e daqueles que lutaram pela redemocratização do País, nossa homenagem à figura de um homem sério que deixa seu nome na história.

Aproveito a oportunidade para homenagear também as mulheres brasileiras. Queremos render a todas elas nossa homenagem pelo Dia Internacional da Mulher.



Documento 12/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-15:16

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4448 ANA MARIA CORSO-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia internacional da Mulher - 8 de março. Defesa da aprovação de projeto de resolução sobre estabelecimento de percentual mínimo de Deputadas na composição da Mesa Diretora e das Comissões Permanentes da Casa.

A SRA. ANA MARIA CORSO (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, este 8 de março marca a luta de milhões de mulheres que, através da história, se dedicaram de corpo e alma a combater abusos e a lutar por uma nova sociedade. Uma sociedade onde homens e mulheres sejam iguais em seus direitos e onde a diferença entre os sexos seja respeitada como requisito básico na construção da felicidade.

Nós, mulheres, conquistamos espaços que seriam inimagináveis há algumas décadas, mas ainda falta muito a ser conquistado. Nossa luta deve continuar e se engrandecer a cada dia. Quanto mais avançarmos na conquista de nossos direitos



fundamentais, mais se fará essencial continuarmos lutando, para mantermos o que foi conquistado e avançarmos ainda mais.

Temos consciência de que no início deste novo milênio o mundo vem sendo marcado pelo fenômeno da globalização neoliberal. Mais do que uma característica de mercado e de avanço tecnológico, ela tem demonstrado ser uma globalização sexista, porquanto tem ampliado a massa de mulheres pobres no mundo.

Assim, temos de inverter a lógica desse modelo cruel de globalização, que se baseia no aprofundamento das desigualdades, que confina as mulheres à marginalização, levando-as a uma exclusão ainda maior, em particular aquelas que vivem múltiplas opressões no seu dia-a-dia, por sua etnia, cor de pele, orientação sexual, classe econômica, dentre outros fatores.

Por tudo isso, mais do que nunca, neste 8 de março, temos de denunciar esse sistema que produz a exclusão, desfazer os projetos que perpetuam o ódio à diferença e justificam a violência e lutar por um mundo mais justo e mais humano. Um mundo onde a mulher tenha seu espaço garantido, com igualdade jurídica, social e cultural, com igualdade política no exercício de sua plena cidadania, enfim, um mundo solidário, democrático, de convivência pacífica, igualdade econômica na produção e distribuição de riquezas, com igualdade e dignidade na vida cotidiana.

Sr. Presidente, neste meu pronunciamento, quero abrir um espaço para solicitar o apoio de V.Exa., dos membros da Mesa e de todos os meus nobres pares nesta Casa ao projeto de resolução, de minha autoria com o nobre Deputado Orlando Fantazzini, que reserva cota mínima de 30% de cargos da Mesa e da Presidência das Comissões Permanentes para as mulheres Parlamentares.

Sr. Presidente, milhões de mulheres brasileiras nos observam. Penso que a Câmara dos Deputados pode e deve dar o exemplo e se antecipar na defesa da cidadania das mulheres de nosso País. Exemplo esse que certamente repercutiria mundialmente em todos os parlamentos.

Sras. e Srs. Parlamentares, em todas as partes do mundo, somam-se a nós bilhões de mulheres que sabem que um mundo melhor é possível, e sonham e lutam para que possamos atingir um novo e mais elevado patamar civilizatório.

No século XX, nós, mulheres, sonhamos juntas e conquistamos o direito de lutar. Hoje, mais do que nunca, parceiras no vôo e no mergulho, ousaremos abrir nossos caminhos rumo à cidadania plena.

Neste 8 de março, quero dizer ao Brasil que uma filha sua não foge à luta!



Parabéns, mulheres do meu País.

Parabéns, mulheres de todo o mundo.

São nossos todos os dias deste novo século.

Era o que tinha a dizer.



Documento 13/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-18:10

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4497 VANESSA GRAZZIOTIN-PCDOB -AM

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES
COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Conveniência de apreciação, pelo Congresso Nacional, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março, do projeto de lei sobre gratuidade do exame de DNA. Importância do trabalho realizado pela Comissão Parlamentar de Inquérito destinada à investigação de denúncias de ocupação de terras públicas na Amazônia .

A SRA. VANESSA GRAZZIOTIN (Bloco/PCdoB-AM. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste 7 de março, venho à tribuna para falar a respeito da situação da mulher, particularmente em nosso País, visto que amanhã estaremos comemorando mais um Dia Internacional da Mulher, tema que também levou o Deputado Dr. Hélio à tribuna.



Parabenizo S.Exa. pelo pronunciamento, com o qual concordo plenamente. S.Exa. milita na área da saúde e sabe quais as necessidades da população, particularmente das mulheres brasileiras, que, infelizmente, não têm recebido a atenção à saúde integral, conforme preconiza a legislação brasileira. Poucas são as mulheres que têm acesso a exames preventivos de câncer, por exemplo.

Isso é um absurdo. Não podemos permitir que isso aconteça num País que é a oitava economia do mundo. É necessário que a sociedade se mobilize. Por isso é que se comemora o Dia Internacional da Mulher.

O Dia Internacional da Mulher deve trazer, acima de tudo, a reflexão e o debate para o reforço da sua organização e luta política, que, no nosso entendimento, não deve ser desempenhada apenas pela mulher. Deve ter o apoio e a participação dos homens.

Sr. Presidente, as mulheres lutam para ser tratadas em igualdade com os homens em nossa sociedade, mas isso só será possível com a construção de uma sociedade mais justa, em que não haja mais discriminação.

Esse é o desejo não só mulheres, mas também dos homens.

Por esse motivo, a luta pelos direitos da mulher deve ser encampada por todos nós.

V.Exa., Deputado Dr. Hélio, deu um grande exemplo vindo hoje à tribuna falar sobre o Dia Internacional da Mulher. Foi muito bom ouvi-lo.

Não fosse a morte lamentável do Governador do Estado de São Paulo, Mário Covas, o Congresso Nacional estaria realizando hoje inúmeras atividades relacionadas ao Dia Internacional da Mulher, organizadas e coordenadas pela bancada feminina, que tem uma representação muito pequena no Parlamento brasileiro, muito aquém dos 50% de mulheres eleitoras do Brasil. Apesar de ser de 50% o número de eleitoras, ocupamos apenas 7% das cadeiras da Câmara dos Deputados. Dos 513 Deputados, pouco mais de 30 são mulheres. É um número pequeno que não representa a participação da mulher na sociedade brasileira.

Portanto, Sr. Presidente, quero dizer que as atividades que estaríamos realizando no dia de hoje, como uma sessão solene conjunta da Câmara com o Senado e debates sobre uma série de outras atividades, ficaram transferidas para a semana que vem.

Na próxima semana, tendo já passado o Dia Internacional da Mulher, realizaremos um conjunto de atividades que contribuirá, sem dúvida nenhuma, para o engrandecimento e fortalecimento da luta de todas nós.



Quero dizer também que faz parte da programação aprovada de forma democrática, depois de debatida, por todas as mulheres que participam do Parlamento brasileiro uma pauta para votação de alguns projetos de lei que tramitam há anos nesta Casa. São projetos relacionados aos direitos das mulheres. Ou forçamos essa votação ou esses projetos continuarão a dormir nas gavetas. E não é disso que as mulheres precisam. Elas precisam de espaço, de uma legislação brasileira que não apenas reconheça o seu direito, mas coíba a discriminação que impera no Brasil.

Entre tantos projetos, gostaria de referir-me àquele que garante à população brasileira o acesso gratuito ao exame de DNA.

Apesar de já ter sido aprovado pela Câmara dos Deputados e ido à sanção do Presidente da República, foi vetado com o mesmo argumento de sempre, qual seja de que o Brasil não tem como fazer frente à demanda financeira que um projeto de lei como esse traria, particularmente ao Sistema Único de Saúde.

Sr. Presidente, o desconhecimento do Governo Federal sobre a importância desse projeto, em grande parte, é fruto da sociedade machista em que vivemos. Eles não sabem o quanto é importante para a criança — mais do que para o pai — ter conhecimento de sua paternidade. Se isso é secundário, o que é importante nesta sociedade em que vivemos?

Penso que esta Casa legislativa deve estar sensibilizada para essa questão. Precisamos aprovar urgentemente o acesso gratuito da população ao exame de DNA, para não vermos mais milhares de mulheres reclamarem a paternidade de seus filhos e os processos não serem agilizados porque o juiz não solicita os exames.

Hoje, Sr. Presidente, o sistema público só faz o exame de DNA se houver uma solicitação do Poder Judiciário, que em 98% dos casos não o solicita.

Creio que nesta Casa não haverá problema, porque os Parlamentares brasileiros estão conscientes da importância da aprovação desse projeto de lei.

Para concluir essa minha participação, quero dizer que hoje o IBGE divulga uma pesquisa extremamente importante sobre a participação da mulher no mercado de trabalho. Hoje representamos 40% da mão-de-obra brasileira. Ou seja, 40% de tudo aquilo que é produzido no País saem das mãos de mulheres, que, infelizmente, ainda sofrem discriminação, ainda recebem, por sua condição de gênero, um salário inferior ao dos homens.

Portanto, devemos comemorar esse dia levantando e fortalecendo as reivindicações de todas nós.



Finalizando, Sr. Presidente, faço o registro de que acabei de participar de uma reunião ordinária deliberativa da CPI que trata da ocupação ilegal de terras públicas na Amazônia, conhecida por todos como a CPI da Grilagem. Nessa reunião aprovamos dezenas de requerimentos, quase todos dirigidos à organização das reuniões que a CPI deverá realizar nos próximos dias 15, 16, 17 e 18 no Estado do Amazonas, na sua Capital, Manaus.

Lá deveremos ouvir aproximadamente 35 pessoas, que, direta ou indiretamente, estão ligadas ao problema da grilagem. Vão desde Desembargador, como é o caso do Desembargador Daniel Ferreira. Não bastasse seu envolvimento com a CPI do Judiciário, está envolvido também com a CPI da Grilagem. No Tribunal de Justiça do Amazonas, desempenhando a função de Corregedor, tomou atitudes ilegais e imorais que facilitavam a ação de grileiros no Estado. Ele deverá ser ouvido. Deverá também ser ouvido Falb Saraiva de Farias, que, pelos levantamentos da CPI, possivelmente seja o maior grileiro do País, tendo se apropriado indevidamente de cerca de dez milhões de hectares de terras na Amazônia. Mais do que isso, ouviremos representantes de empresas que fizeram da grilagem o instrumento para receber recursos públicos. Vamos provar isso. Vamos ouvir pessoas que ocupam terras indevidamente e que, fruto dessa ocupação indevida, ainda tiveram seus projetos aprovados na SUDAM. Mais do que isso, recursos liberados pela SUDAM que não foram e não são aplicados. Há empresas agropecuárias estabelecidas em terras griladas.

A CPI da Grilagem vem desenvolvendo importante trabalho. Na próxima semana, estaremos no Estado do Amazonas.

Muito obrigada.



Documento 14/52

011.3.51.O Sessão Ordinária - CD 07/03/2001-14:32

Publ.: DCD - 08/03/2001 - 4434 GILMAR MACHADO-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. GILMAR MACHADO (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como Parlamentar e interlocutor das relações entre a sociedade e o Estado, não poderia deixar passar em branco essa data tão significativa que é comemorada em todo o mundo.

Em 8 de março de 1857, mais de cem operárias de uma fábrica de tecidos de Nova York foram queimadas vivas, porque lutavam pela redução da jornada de trabalho, igualdade de salários, licença maternidade, enfim, por melhores condições de vida. Em resposta às reivindicações, os patrões trancaram a fábrica com as funcionárias que estavam em greve, jogaram gasolina e atearam fogo. Em homenagem a essas trabalhadoras, foi instituído o Dia Internacional da Mulher.



De lá para cá, essa data tem sido um momento de reflexão sobre as relações de gênero, ou seja, sobre a construção social de homens e mulheres, que são educados e socializados de maneira diferente, promovendo a desigualdade na família, no trabalho, na escola, na igreja, nas esferas de poder e nas representações políticas.

Apesar de as mulheres serem cerca de 52% da população brasileira, detêm pouco mais de 20% da renda do mercado formal, pois em pleno século XXI ainda recebem salários inferiores aos percebidos pelos homens. Fala-se em feminilização do mercado de trabalho, mas as mulheres só são maioria nas profissões tradicionalmente consideradas femininas: professoras, assistentes sociais, nutricionistas, enfermeiras, recepcionistas, telefonistas e empregadas domésticas.

Ademais, a grande maioria possui dupla ou tripla jornada de trabalho, porque além de trabalharem fora, em casa, têm de assumir as tarefas domésticas de arrumar, lavar, passar, cozinhar, cuidar da educação dos filhos — em inúmeros casos, são as únicas responsáveis pelo sustento de toda a família. Se quiserem ainda capacitar-se intelectualmente, estudando ou fazendo algum curso, as dificuldades são imensas quando possuem filhos pequenos. Muitas vezes elas são impedidas, porque não têm com quem deixar as crianças. Isso evidencia que a igualdade de oportunidades ainda está para ser conquistada.

Outro fator agravante são os casos de violência tanto física quanto psicológica a que são submetidas as mulheres. Na família muitas vezes são tratadas pelos maridos, companheiros ou namorados como suas propriedades ou pessoas inferiores e não raramente são espancadas e até assassinadas. No trabalho, para serem admitidas, são obrigadas a comprovar que não estão grávidas. Quando possuem filhos pequenos, não conseguem empregos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de evidenciar que, além das relações de gênero, as mulheres negras são também discriminadas pela questão racial. As estatísticas demonstram que, no Brasil, são as mulheres negras que absorvem a maioria das vagas de serviços gerais, empregadas domésticas, babás etc. Os trabalhos que exigem maior capacitação profissional e maior grau de estudo em geral são ocupados pelas mulheres brancas. Isso é resultado de uma história de escravidão e de opressão, de um país que nunca possibilitou igualdade de condições de vida entre brancos e negros, muito menos entre homens e mulheres.

Mas essa não pode ser uma data somente de reflexão. Além da organização e da luta das mulheres, é fundamental que os detentores do poder público tomem medidas afirmativas que visem a mudar esta realidade. É necessário e urgente o investimento em políticas públicas que melhorem o atendimento específico à saúde da mulher, as condições de trabalho, a possibilidade efetiva de capacitação intelectual.





Documento 15/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-14:28

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4545 JORGE PINHEIRO-PMDB -DF

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Escalada da violência contra a mulher no País. Apoio às iniciativas da Casa em prol da população feminina.

O SR. JORGE PINHEIRO (PMDB-DF. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia 8 de março, quando o mundo comemora o Dia Internacional da Mulher, não poderíamos deixar de pronunciar algumas palavras em homenagem às mulheres.

Mães, esposas, trabalhadoras, as mulheres têm desempenhado um papel cada vez mais variado na sociedade, tornando sua presença imprescindível em todos os campos da vida moderna. Quarenta por cento do mercado de trabalho no País já é ocupado por mulheres, e a taxa de ocupação feminina continua a crescer incessantemente.



Ao contrário do que acontecia há algumas décadas, setores como as indústrias de alta tecnologia hoje dão preferência às mulheres no preenchimento de novas vagas. Esses empreendedores já perceberam que determinadas características tipicamente femininas, tais como o detalhismo e a delicadeza na manipulação dos equipamentos, fazem com que as mulheres sejam operários mais bem qualificados que os homens para o desempenho de funções nessas ultramodernas linhas de montagem.

O prestígio social das mulheres tem ultrapassado as fronteiras do mundo profissional. Segundo pesquisa realizada há cerca de um ano pelo instituto Vox Populi, a mulher brasileira é vista pela nossa sociedade como mais honesta, mais eficiente e mais confiável do que os homens. A mesma pesquisa detectou no eleitorado brasileiro uma predisposição favorável para votar em mulheres candidatas a quaisquer cargos eletivos, inclusive o de Presidente da República.

A opinião pública nacional começa a se dar conta de que as mulheres, historicamente comprometidas com a proteção dos fracos e indefesos, tendem a pôr os interesses coletivos acima das próprias ambições, desenvolvendo uma vocação natural para o trato ético da coisa pública, a preservação do interesse coletivo e a observância da moralidade administrativa.

A crescente participação das mulheres em todos os campos da vida social, nos últimos quarenta anos, tem tornado a sociedade ocidental muito mais diversificada e interessante.

Nos primeiros e heróicos momentos do movimento feminista, a mudança de antigos padrões de relacionamento entre os sexos exigiu das mulheres uma postura guerreira, de confronto com os homens. Essa fase, porém, já foi felizmente superada, e hoje é cada vez maior a parcela de homens que encaram a ampliação dos direitos femininos como importante e necessária para toda a sociedade.

Com muita sensatez e competência, as mulheres provaram que não estavam em luta de poder contra os homens; reivindicavam tão-somente o legítimo direito de construir, junto conosco, uma sociedade mais livre, mais justa e mais solidária. Conquistaram, assim, a sincera cumplicidade de uma vasta parcela de homens — entre os quais eu me incluo — para a causa feminina.

Hoje, quando damos ressonância às homenagens prestadas às mulheres no mundo inteiro, gostaria de lembrar que, a despeito dos enormes avanços alcançados, ainda há muito a ser feito pelo reconhecimento dos direitos femininos.

Nos nossos dias, parece que a mulher tem sido vítima de uma violência maior do que no passado, mas isso não é verdade. A violência contra a mulher sempre existiu; só que antes não havia a quem recorrer, e muitas vezes ela tinha medo de denunciar. Hoje, a Delegacia da Mulher, que deve ser olhada com muito carinho,



recebe aquelas que têm coragem de denunciar a violência da qual são vítimas. Lamentamos profundamente que 80% das agressões contra as mulheres sejam praticadas por seus próprios maridos ou companheiros.

Queremos, portanto, aproveitar a oportunidade para reafirmar nosso total apoio e irrestrita aprovação a todas as iniciativas desta Casa que representem efetiva melhora da qualidade de vida das brasileiras. E agradecemos sinceramente a todas as mulheres que, ao longo dos tempos, contribuíram com ideais, palavras e sobretudo ação para conquistar um lugar mais equânime na sociedade, alterando para melhor a vida de todos nós.

Era o que eu tinha a dizer.



Documento 16/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-15:32

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4572 NAIR XAVIER LOBO-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. NAIR XAVIER LOBO (PMDB-GO. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, ocupo a tribuna hoje com a imensa responsabilidade de falar para a sociedade brasileira, em especial para as mulheres, como mulher e representante do povo goiano e brasileiro.

Nasci mulher e fiz política, o que não é fácil no País. No Dia Internacional da Mulher, permito-me dizer que, antes de subir à tribuna, lembrava-me de que, uma vez, fiz uma faixa em homenagem às mulheres goianas, que dizia: "Todo dia é o Dia Internacional da Mulher". Mas as datas são importantes para que as reflexões se tornem mais profundas.

Hoje, neste discurso que faço de improviso até para realmente dizer o que sinto no coração, não trago para a tribuna desta Casa estatísticas sobre as mulheres, seja em relação a seus avanços, seja quanto à violência que ainda sofrem. Ainda



ontem visitei o CEVAM, em Goiás, e vi mulheres ultrajadas, mulheres que sofrem com a violência doméstica que ainda existe no primeiro ano do século XXI. São mulheres pobres. Depois de apanhar em casa, não podem ir para um hotel, ou para a casa de sua mãe ou de seu pai, em Paris; não podem voltar ao lar, senão apanham novamente, e precisam das chamadas casas-abrigos. Nessa visita ontem, estive acompanhada de duas Deputadas Estaduais goianas, para ali nos solidarizarmos com essas mulheres que, ainda no nosso tempo, apanham de seus companheiros ou maridos.

Por isso inicio meu discurso homenageando as mulheres que hoje povoam as casas-abrigos, as tão poucas casas-de-maria ou CEVAMs do nosso Brasil. À mulher anônima, à heroína subjugada, com a auto-estima baixa, ultrajada, à mais anônima heroína deste País ofereço este discurso, dizendo que a data de hoje é um momento importantíssimo para ela refletir, levantar a cabeça, porque os tempos estão muito melhores para as mulheres.

Nós avançamos. Prova disso é que eu estou hoje nesta tribuna e uma Senadora alagoana pode — e aí não entro no mérito do fato — apontar o dedo para um Senador da República, chamá-lo cacique e capitão-do-mato e dizer que ela nasceu morena e pobre, mas não se curva a ninguém. São outros tempos, mulheres brasileiras!

À frente da Prefeitura de Florianópolis, uma mulher mostra ao Brasil que governa a cidade com melhor qualidade de vida deste País. Portanto, minha homenagem vai da mulher anônima às que conquistaram degraus e estão demonstrando, com seu trabalho, que a sociedade avançou, que valeu a pena, em que pesem o imenso preconceito e a discriminação que ainda existem, incluir a mulher na mesa das decisões, no contexto das decisões políticas. Elas estão nos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário, nas ONGs e na ONU. Isso faz bem ao Brasil, à sociedade e ao mundo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, meu discurso é em homenagem a todas as Marias: as que sofrem, as que ainda não conseguiram levantar a auto-estima, as analfabetas e as que conseguiram abrir caminhos e subir degraus, vencendo obstáculos a duríssimas penas.

Falo em homenagem às minhas colegas desta Casa: à grande Deputada Rita Camata, que ao Brasil deu o recado de que a mulher bonita não é apenas um rostinho. S.Exa. chegou a esta Casa muito jovem, disse logo a que veio, mostrou trabalho e prestou relevantíssimos serviços ao País e ao Espírito Santo, combatendo o preconceito contra a mulher bonita, resumido na famosa e antiga frase "bonitinha, mas ordinária". Vamos vencendo esses preconceitos. Reverencio a Deputada Maria Elvira, do PMDB de Minas Gerais, que, ao homenagear o Deputado Aécio Neves, quando de sua posse como Presidente desta Casa, cantou — cantou! São atitudes, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, muito afetas e peculiares à mente subjetiva das mulheres, à mente feminina.



Quero saudar as mulheres professoras, as mulheres religiosas e, especialmente, a mulher Zilda Arns — e eu trouxe o jornal Folha de S.Paulo exatamente para não esquecer a referência — , que consegue ser idolatrada por pelo menos 1 milhão de famílias assistidas pela Pastoral da Criança. São mulheres que conseguem levantar a auto-estima, que conseguem vencer a baixa escolaridade e a opressão.

Essa é uma mulher que o Brasil precisa homenagear e que deve ser lembrada no dia de hoje, assim como deve homenagear a heroína anônima, a primeira-dama que está ao lado do prefeito combatendo os dramas sociais, enfim, todas as mulheres que conseguiram vencer o preconceito de chegar a ter um espaço no poder, mostrando que não o fizeram na sombra de um homem.

Um outro momento interessante que quero ressaltar do pronunciamento da Senadora Heloísa Helena foi quando ela abordou uma questão que vitima todas as mulheres que colocaram a cabeça de fora para buscar mesas de decisões, seja na política, seja em qualquer segmento da sociedade. Refiro-me à democracia, não só na vida pública, mas também na vida privada, no relacionamento humano. Ela disse: "Disseram que eu votei a favor do Luiz Estevão porque eu tive um romance com ele. Nesse tipo de afirmação — disse a Senadora — eu não quero cuspir, eu quero vomitar".

Toda mulher que me ouve neste momento pode sofrer esse tipo de calúnia e sofrer retaliação e discriminação por ter chegado pelas próprias pernas, pelo seu esforço, pelo seu trabalho, a algum lugar, seja à sala de aula, seja à executiva de uma empresa, seja à tribuna do Congresso Nacional, seja a uma Câmara de Vereadores.

Quero também homenagear essas mulheres injustiçadas, que tantas vezes responderam com seu trabalho, confirmando após anos que a competência reside nelas próprias. É essa mulher que o mundo pára hoje para reverenciar.

Trago a esta Casa e a toda a sociedade uma reflexão do que as mulheres representarão daqui para a frente. Em entrevista concedida hoje, respondi a uma pergunta imensamente gratificante para mim, para meu mandato, para todas as mulheres e para os homens sensíveis, a quem também dedico este discurso, porque são nossos companheiros, sem eles não podemos viver e, acima de tudo, compreendem, na pessoa de suas esposas, companheiras, avós, mães, filhas e irmãs, a importância da mulher e o seu modo de pensar.

Disse eu, respondendo à pergunta, que o Brasil e o mundo precisam muito da mulher porque ela é líder nata e em potencial e sua liderança vai no sentido de transformar a sociedade, para avançar rumo à felicidade. Sua liderança desperta nos liderados a expectativa de melhorar o seu status quo. O grande líder é aquele que consegue liderar não só porque acredita nos seus ideais, mas também porque faz, sobretudo, seu liderado acreditar que através daqueles ideais pode melhorar seu status quo e sua vida.



Por que digo tudo isso em relação às mulheres? Por que atribuo a nós esse atributo de líder nato que pode melhorar a expectativa de vida do liderado, realizando seus sonhos? Porque a mulher luta especialmente pela paz. E aqui minha homenagem à mulher que está à frente das lutas populares, com ou sem mandato ou microfones. Ela está ali, lutando pela paz, pelo fim da violência, não só a violência cometida contra ela, mas contra seus filhos, o filho que ela carrega, pequeno ou adulto. Essa mulher é considerada pela sociedade moderna modelo de liderança que luta pela paz, pelo desenvolvimento, pelo compromisso com a verdade e com a honestidade.

É verdade. Esse é um elogio que gosto muito de receber dos meus eleitores, aos quais, neste momento, gostaria de também homenagear por terem possibilitado que esta mulher, a Deputada Nair Xavier Lobo, estivesse hoje no Congresso Nacional. Registro minha homenagem especial ao meu eleitor — homem ou mulher — , que teve a sensibilidade de atribuir um voto de confiança não só a mim, mas também, através de mim, a todas as mulheres brasileiras.

Reforçando meu raciocínio, a propósito do que disse sobre representarmos uma expectativa da liderança comprometida com a verdade e com a honestidade, quero lembrar que quando entrei na política fiquei horrorizada com ela — e toda mulher a repudia até pela sua falta de tradição de estar no poder e pelo seu jeito diferente de estar no poder.

Uma vez ouvi de alguém: "Nair, na política a palavra foi feita para ocultar o pensamento". Aí pensei: "Meu Deus, então política é uma falsidade?" Hoje, compreendo essa frase. Depois da minha luta, de todos os percalços, posso compreender, mas ainda não posso e nunca poderei compactuar. E esta também é uma diferença genuína da mente feminina: colocar o dedo no cerne da questão, ser radical com a verdade, ser radical com a honestidade, não fazer acordos espúrios — há uma dificuldade imensa na personalidade feminina para fazer isso, e o eleitor já percebeu. Não estou aqui absolutamente dizendo que os homens assim o fazem, mas que a política que se implantou e que foi feita muito mais pelos homens, porque o poder até hoje foi muito mais freqüentado pelos homens, assim o é.

Existe hoje uma plêiade imensa de companheiros homens na política que querem também essa transformação, que lutam pela ética, que lutam por um novo modelo que não permita mais que o povo brasileiro assista, como assiste neste momento, a um vergonhoso strip-tease moral.

Concedo aparte ao nobre Deputado Adão Pretto.

O Sr. Adão Pretto Cumprimento V.Exa. pelo brilhante discurso que faz. É muito bonito ver, no Dia Internacional da Mulher, uma mulher com grande competência como V.Exa. usar a tribuna e dizer essas palavras sinceras. V.Exa. nos faz refletir sobre a realidade que vivemos. Passa pela nossa mente o que V.Exa. disse sobre



a mulher oprimida, humilhada e que superou os obstáculos. Isso faz-nos lembrar também da companheira Marta Suplicy, que governa a maior cidade da América Latina; da mulher sem terra que, num Brasil tão grande, não tem um pedaço de terra para plantar. Faz-nos lembrar da mãe que vê seu filho chorar de fome e não tem um pão para lhe dar porque está desempregada, assim como o marido e os filhos mais velhos. Faz-nos lembrar, prezada colega e ilustre Deputada, da Margarida Alves, mulher nordestina que teve a coragem de se levantar e dizer que a mulher trabalhadora tem que ter um lugar ao sol. Por essa sua altivez foi atingida por um tiro de calibre 12, quando comia uma espiga de milho verde, na frente de sua casa. Até agora ninguém foi preso ou punido por isso. Prezada colega Deputada, parabéns por seu discurso. É muito bonito ver V.Exa. na tribuna dizendo essas verdades. Muito obrigado.

A SRA. NAIR XAVIER LOBO Obrigada pelo aparte, Deputado Adão Pretto, do PT do Rio Grande do Sul. V.Exa. é um grande Parlamentar desta Casa.

O aparte de V.Exa. chega no momento de lembrar referência que não poderia faltar em meu discurso, Marta Suplicy, com quem convivi muito perto, na LBA. Mulher corajosa e que tocou em pontos importantíssimos, como sexualidade e não-discriminação dos homossexuais. São mulheres assim que dão a este Brasil a capacidade de tirar as máscaras, de discutir toda e qualquer questão que contribua para a felicidade do ser humano, por isso temos de homenageá-las. S.Exa., nosso orgulho, enfrenta um desafio imenso: administrar a cidade de São Paulo. Minha homenagem também à mulher do campo, lembrada por V.Exa.

Quando falei sobre honestidade, referi-me ao tempo em que estive à frente da LBA — e o nobre Deputado Geovan Freitas se lembra disso, porque Sandra Vilela, sua irmã e esposa do Senador Maguito Vilela, era a Primeira-Dama do Estado — e tive de administrar o programa do tíquete de leite, um desafio. Ouvi reclamações incessantes de que se trocava o tíquete por cigarros, pinga, que ele não chegava a sua finalidade. Desta tribuna, afirmo que a solução para esse problema foi a entrega do tíquete às mães, porque sabíamos que jamais o trocariam por pinga ou cigarro, porque ele alimentava seu filho, acabava com sua fome. Essa foi a maneira mais sábia de sanear essa irregularidade. Mais um exemplo que me fez lembrar a mulher do campo, Marta Suplicy e outras.

Concedo aparte ao Deputado Geovan Freitas, do meu querido Estado de Goiás.

O Sr. Geovan Freitas Deputada Nair Xavier Lobo, o pronunciamento de V.Exa., feito com muito amor e verdade, traduz sua vida e a luta da mulher goiana, que tem também marcado posições importantes na história. E cito Dona Gersina, Cora Coralina e também V.Exa., que com certeza terá seu nome registrado na história da luta pelo social, a que as mulheres estão extremamente ligadas também profissionalmente, trabalhando em creches, orfanatos e escolas de ensino especial como psicólogas e assistentes sociais. Foi por esse motivo que também pedi para apartear a, pois este é o momento de cobrar deste Governo homenagem



permanente à mulher, com a valorização do seu trabalho. Ao apresentar um plano para os dois últimos anos de sua gestão, o Presidente da República deveria direcionar ações a essas guerreiras da luta pelo social. Se às mulheres fosse conferida a missão de acabar com a miséria, o analfabetismo, a mortalidade materna e infantil, elas dariam conta. Infelizmente, essa tarefa está a cargo dos homens, que detêm a maior parte do poder no País. Tenho certeza de que a homenagem às mulheres deve ser prestada todos os dias, especialmente dando-lhes a oportunidade de comandar e decidir mais, para que obtenhamos melhores resultados, especialmente no campo social.

A SRA. NAIR XAVIER LOBO Obrigada, Deputado Geovan Freitas. Sempre tive por V.Exa. admiração muito especial. Conheço seu trabalho desde quando era Deputado Estadual. V.Exa. vem de região importantíssima do Estado, o sudoeste goiano, e tem emprestado a esta Casa o valor e a sensibilidade de um homem público honrado, de que Goiás e toda a classe política se orgulham.

V.Exa. traz no seu aparte temas importantíssimos, como o da mortalidade infantil, e uma reflexão para o Exmo. Sr. Presidente da República, Fernando Henrique Cardoso. Gostaria muito de ver inúmeras ações sociais contidas no plano de ação do Governo Federal para os dois últimos anos de sua gestão.

Ao ler os jornais de hoje, percebi, no momento em que foi lançado o desafio "Nenhuma criança fora da escola", a necessidade que a mulher tem de trabalhar fora, com um agravante: elas ocupam 44% do mercado de trabalho, mas com remuneração média 41,3% menor que a dos homens.

Essa mulher precisa da creche, o instrumento social mais poderoso que existe, porque guarda de uma vez só a segurança psicológica da mulher, seu rendimento no trabalho, importantíssimo para a sociedade brasileira, e o futuro do País, porque a criança não corre o risco de passar o dia amarrada ao pé da mesa, em alguns bolsões de pobreza brasileiros. Gostaria muito que num pacote desses fosse feito novo desafio: "No Brasil não haverá mais nenhuma criança fora da creche", dando a toda mãe que trabalha fora o direito à segurança do seu filho numa creche.

Deputado Geovan Freitas, agradeço a V.Exa. o aparte, sabendo da sensibilidade que lhe é peculiar. O Sr. Moisés, seu pai, é uma pessoa que deve ser referência para todas as mulheres goianas, porque cuida de um trabalho social maravilhoso, em Jataí. Todas nós, mulheres brasileiras, aplaudimos homens como V.Exa. e seu pai.

Ouçó, com prazer, o Deputado Pedro Fernandes.

O Sr. Pedro Fernandes Deputada Nair Xavier Lobo, parabênizo V.Exa não só pelo Dia Internacional da Mulher, mas também pelo belíssimo discurso, feito com o



coração e que fará parte do seu arquivo. Em meio ao nome de tantas mulheres mencionadas, destaco o de Nair Xavier Lobo.

A SRA. NAIR XAVIER LOBO Sr. Presidente, passo a ler poesia dedicada às mulheres, especialmente às mães, em particular a minha. Quando decidi seguir a carreira política, além de me dedicar a todas as causas brasileiras, não poderia esquecer-me de que sou mulher. Meu compromisso, com certeza, esteve selado com a mulher no meu nascimento: tenho orgulho de dizer que minha avó, no meio de doze filhos, teve dez mulheres.

Ofereço a todas as mães e mulheres do Brasil esta poesia:

Mostra o que há em ti

Este é o momento, esta é a tua hora

Avança ou recua

Tens a palavra, é a tua vez

Mostra o que és

Diz o que tens a dizer

Revela agora a tua capacidade

Sai da sombra

O tempo do aprendizado já passou

A semente e a germinação passaram

Vamos à colheita!

Exibe o teu talento

Mostra o que fizeste dele. Fala agora ou cala-te para sempre.

Esta é uma intimação solene

Um apelo da consciência notável e impressionante

Assim como o clarim do dia do juízo final que te grita:



Estás pronta? Presta conta!

Presta conta dos teus atos, dos teus ócios, dos teus estudos,

Da tua força, das tuas obras.

Chegou a hora dos grandes corações, a era dos gênios, dos bons obreiros.

Chegou a tua hora, mulher! (Palmas.)

Sr. Presidente, solicito a tolerância de V.Exa, concedendo-me mais alguns minutos, porque o ilustríssimo Deputado Barbosa Neto, orgulho da bancada goiana que hoje faz parte da Mesa como 2º Vice-Presidente, gostaria de apartear este discurso para homenagear as mulheres.

O Sr. Edir Oliveira Permite-me V.Exa. um aparte, Deputada Nair Xavier Lobo?

A SRA. NAIR XAVIER LOBO Pois não, Deputado.

O Sr. Edir Oliveira Deputada Nair Xavier Lobo, pedi o aparte a V.Exa. apenas para dizer ao Presidente que sou o próximo orador e não vou ocupar os 25 minutos na tribuna. Então, concedo cinco ou dez minutos do meu tempo à Deputada Nair Xavier Lobo, para que continue seu brilhante pronunciamento.

A SRA. NAIR XAVIER LOBO Muito obrigado, Deputado.

Ouçõ, com prazer, o aparte do nobre Deputado Barbosa Neto.

O Sr. Barbosa Neto Nobre Deputada, realmente é preciso haver maior tolerância com o tempo, visto que há poucas mulheres Parlamentares. Quiçá no futuro haja um número maior. Hoje é um dia em que todas as mulheres merecem de toda a sociedade as homenagens, e a você, Deputada Nair — permita-me o tratamento informal, quebrando o protocolo comum nesta Casa do tratamento por V.Exa. — , que tem o carinho de todos nós goianos e de todos os seus colegas, tem demonstrado a Goiás e ao Brasil que o momento da mulher chegou e que os espaços estão, pela competência e eficiência de cada uma, sendo ocupados. Você, Deputada Nair, muito orgulha a bancada do PMDB, ao lado de outras Deputadas, como por exemplo, as Deputadas Lúcia Vânia e Lidia Quinan, também do Estado de Goiás. Que possamos também avançar nessa linha. Fui eleito 2º Vice-Presidente e proclamei deste microfone que esse é o cargo das mulheres na Mesa, porque disputei com uma mulher e vi o quanto é difícil vencê-las. Parabenizo-as, desejando-lhes sucesso e que continuem tendo a coragem de enfrentar as discriminações que ainda existem, a fim de que, cada vez mais, haja nos Legislativos federal, estaduais e municipais, nas Prefeituras, nos Governos dos Estados, espaço para a mulher, que, além de possuir toda a competência e a



eficiência de qualquer homem, ainda possui sensibilidade, qualidade inata de todas as mulheres. Que Deus as abençoe neste dia, tornando todos os dias em dia da mulher, em nome da minha colega, minha amiga, Deputada goiana, Nair Xavier Lobo. Parabéns pelo seu pronunciamento e, principalmente, pelo posicionamento firme que tem tido na Câmara dos Deputados. Muito obrigado.

A SRA. NAIR XAVIER LOBO Muito obrigada, Deputado Barbosa Neto. Quero dizer a V.Exa., político ágil, brilhante, de sucesso e ainda muito jovem, que apresenta uma trajetória de que o Estado de Goiás se orgulha, que nós, mulheres, gostamos de aprender com a mente masculina, sim. E, absolutamente, sem querer perder o nosso modelo, o nosso jeito de fazer política, apreciamos e aprendemos muito com modelos masculinos da altura e da grandeza do modelo de fazer política de V.Exa.

Sr. Presidente, ganhei mais alguns minutos e quero mais uma vez agradecer ao Deputado Edir Oliveira pelos elogios e pela tolerância de me permitir ouvir o aparte do meu ilustre e querido colega Deputado Barbosa Neto.

Quero dizer à Casa, às Senadoras, às Deputadas Federais, às Primeiras-Damas, às Prefeitas, às mulheres anônimas, às professoras, às poetisas e às artistas que o Brasil depende muito de nós e tem muita esperança em nós. É importantíssimo dizer que a nossa auto-estima não está nas mãos de ninguém, mas, sim, nas mãos de nós mesmas.

Com a bênção de Deus e com a auto-estima, acima de tudo, trabalhada, marchando em função de acreditar na felicidade, no desenvolvimento e na ação, chegaremos, se Deus quiser, ao modelo ideal para o nosso País.

Aqui ficam o meu abraço afetuoso e o meu muito obrigado à Presidência desta Casa pelo tempo a mim concedido, em nome de Goiás, em nome do Brasil e em nome da mulher brasileira.

Era o que tinha a dizer.



Documento 17/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-14:12

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4540 GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Manifestação de pesar pelo falecimento do Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo. Sucesso do Carnaval pernambucano. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (Bloco/PSB-PE. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicialmente agradeço a permuta concedida pelo Deputado Saulo Pedrosa.

Quero, inicialmente, associar-me às justas homenagens ao Governador Mário Covas, que deixou um legado para a história do País.

Muito tem sido falado, no plenário desta Casa, a respeito do político Mário Covas, Prefeito de São Paulo, embora biônico de 1983 a 1985, Deputado Federal por três vezes, Senador de 1987 a 1995 e duas vezes Governador do maior Estado



brasileiro, que infelizmente nos deixou há alguns dias. No entanto, nem essa longa carreira pública permite que se aplique a Mário Covas um rótulo fácil.

O Governador era o que se pode chamar de ser híbrido: tinha alma e essência de político e a cabeça de engenheiro, formado pela famosa Politécnica de São Paulo. No exercício da política, participou de todas as articulações principais do País, tanto antes quanto depois do regime militar.

Como administrador, tinha um instinto aguçado e milimetricamente calculado. Era capaz de citar de memória, sem consultar um único papel, números relativos a ações de várias Secretarias do Estado. No caso de porcentagens, citava, sem pensar duas vezes, até a segunda casa decimal. Em função dessa postura, conseguiu sanear o maior Estado brasileiro, após desastrosas administrações anteriores.

Outra característica admirável do Governador Mário Covas, Sr. Presidente, era a visão crítica em relação até aos seus amigos e correligionários. Quem não se lembra das famosas discordâncias em relação à política do Governo Fernando Henrique Cardoso, mais especificamente quanto ao rumo do Plano Real?

Sem dúvida nenhuma, a política brasileira fica muito mais pobre com a ausência do Governador Covas. Sua austeridade, coragem, tenacidade e todas as grandes qualidades perpetuam a imagem de um político correto. O Brasil jamais esquecerá sua vida e seu exemplo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, aproveito a oportunidade para fazer um registro a respeito do Carnaval em Pernambuco.

A riqueza e a diversidade cultural do Carnaval pernambucano têm trazido a cada ano milhares de turistas de todas as partes do Brasil, que procuram uma festa efetivamente popular e democrática, e também de outros países. Não seria demais afirmar que em Pernambuco são muitos carnavais num só. Temos Carnaval para quem quer o bom e o velho frevo, o maracatu e outros ritmos afro-pernambucanos, ou para quem quer se jogar no samba. Temos a irreverência e a malícia espontânea dos blocos de rua. O Carnaval pernambucano, do frevo, adotou a música baiana, como o baiano adotou o frevo pernambucano.

Se o folião, no entanto, não desejar brincar em Olinda e Recife, tem os folguedos do interior pernambucano. Em Bezerros, há o famoso desfile dos Papangus, o Bloco do Boi Boiola e de vários maracatus. No Município de Salgueiro, criatividade, irreverência e animação dão o tom para a mais antiga troça carnavalesca do sertão pernambucano, a Bicharada.

Em Nazaré da Mata, os lanceiros fazem a festa com seus trajes de caboclos e lanças em punho. As apresentações acontecem nas principais vias públicas da



cidade. Em Petrolina, destaca-se o Bloco Carranca Dourada, criado no Petrofolia, bem como outros blocos e troças, como Guarda Belo, a Porta, o Bode na Vara, Se Cair Fica e Segura a Pomba, entre outros.

Destaca-se ainda, Sr. Presidente, o Carnaval em Trindade, em Triunfo, em Afogados da Ingazeira e outras localidades. Mas o melhor Carnaval de todo o interior aconteceu na minha querida Sertânia, cidade em que nasci. São quatro dias de folia que engrandecem muito a minha cidade, com a presença dos Blocos H e Maluqueto, da Rádio Sertânia FM. O Carnaval do interior pernambucano iguala-se ao praticado em Olinda e Recife. Esse é o segredo de um Carnaval popular, tradicional, cada vez maior, melhor organizado e que tem trazido diversos benefícios à economia do Estado.

Em que pesem alguns acontecimentos em relação à violência, os festejos de Momo tiveram uma relativa tranquilidade neste ano.

Nos Carnavais do interior não registramos um só assassinato. Praticamente não houve violência, em um Estado violento como Pernambuco. O índice de violência em Recife não se deve ao Carnaval.

Sr. Presidente, quero dizer que o Carnaval de Pernambuco deste ano foi um dos melhores de toda a sua história, lembrando que, sem violência, o Carnaval é melhor, e é por esse motivo que o turista está visitando Pernambuco.

Finalizando, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, desejo homenagear a mulher — que ocupa espaço bem maior na sociedade — do Brasil e do mundo, por intermédio das Taquígrafas presentes neste plenário, no Dia Internacional da Mulher.

Era o que tinha a dizer.



Documento 18/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-14:16

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4542 DARCÍSIO PERONDI-PMDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Prioridade à área social na Agenda 2001/2002 lançada pelo Presidente da República.

O SR. DARCÍSIO PERONDI (PMDB-RS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, antes de mais nada cumprimento, pelo Dia Internacional da Mulher, a mulher brasileira, que avançou sobremaneira, tendo hoje um desempenho extraordinário e uma grande riqueza emocional, encarando a vivência em casa, a experiência da maternidade, do parto, da amamentação, dos cuidados com o bebê, com os filhos adolescentes, e ainda participando do mercado de trabalho como nunca, ocupando 47% do total dos empregos.

A mulher brasileira avança, e isso é fundamental para que o País possa ser mais justo, mais generoso. Sem dúvida nenhuma, isso passa pela bagagem emocional da mulher. Nós, homens, devemos cada vez mais lutar pelos direitos das



mulheres, pois não é mais uma mera questão de igualdade social, mas também de justiça social.

Mas no Brasil as mulheres, Sr. Presidente, também têm problemas a enfrentar. A cada quatro minutos uma mulher é agredida, dentro ou fora de casa. As estatísticas mostram que atualmente, a cada ano, 1 milhão de adolescentes engravidam. E ainda existe muita discriminação em relação ao trabalho da mulher.

Há muitos caminhos para a superação desses problemas, como por exemplo, melhorar a assistência à mulher no período perinatal. No Brasil, morrem de 50 a 100 de cada 100 mil mulheres por ano, em consequência da falta de assistência perinatal. A assistência tem melhorado, mais ainda é preciso melhorar muito mais. Nesta Casa, precisamos também buscar recursos para que se criem centros de abrigo para as mulheres espancadas pelos maridos, que precisam de proteção para si mesmas e para seus filhos. Enfim, precisamos lutar de verdade para que a mulher ocupe cada vez mais seu espaço no Brasil.

Sr. Presidente, hoje, às 11h, o Presidente da República lançou a Agenda 2001/2002, em que priorizou a inclusão social. A batalha destes seis anos foi no sentido de controlar o monstro da inflação, que destruía o bolso dos pobres assalariados e impedia qualquer planejamento dos empresários para a geração de empregos. Quase não havia recursos para a área social, nem investimentos externos. Hoje a inflação está sob controle. Apesar da crise cambial de dois anos atrás, crescemos no ano passado à taxa de 4,2%. Este ano o crescimento do PIB, sem dúvida nenhuma, vai ultrapassar os 5%. Há perspectivas reais de que neste ano o País avance, como no ano passado. O Presidente vai investir mais de 50 bilhões em programas voltados para o bem-estar do cidadão.

Lembro as palavras do saudoso Ulysses Guimarães: "Não é importante inaugurar obras; precisamos inaugurar pessoas". E dizia o não menos saudoso Tancredo Neves: "Enquanto houver um brasileiro sem teto e sem pão, toda prosperidade é falsa".

Nestes seis anos, o Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, homem sério, dedicado, com o coração voltado para o social, lutou para combater o câncer da inflação. Neste ano teremos um maior volume de recursos para a área social. Com o FUNDEF, melhoraram as escolas e o salário dos professores. Graças à emenda constitucional da Saúde conseguimos mais recursos para o Programa Saúde da Família, e os agentes comunitários de saúde e os hospitais recebem sempre em dia.

Na Agenda do próximo biênio, há ainda um programa de transferência direta de renda para a bolsa-escola, a bolsa-alimentação, a aposentadoria do homem do campo e o programa de erradicação do trabalho infantil.



O Brasil, portanto, está de parabéns por esse programa de governo que, nos próximos dois anos, haverá de priorizar o social, como já vinha acontecendo.

Sr. Presidente, esta Casa, o Palácio do Planalto, as Prefeituras, os Governos estaduais, enfim, nós todos existimos porque existe o cidadão. E toda a estrutura pública do atual Governo está voltada para o ser humano. Por isso, estão de parabéns todos os brasileiros.

Muito obrigado.



Documento 19/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-15:16

Publ.: - 09/03/2001 - 4557 EURÍPEDES MIRANDA-PDT -RO

PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Discriminação das mulheres no mercado de trabalho. Apoio ao projeto de lei concessivo do benefício de licença-maternidade remunerada às mães adotivas. Necessidade de combate à violência contra a mulher. Protesto contra a anulação, pela Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia, de concurso público para admissão de servidores celetistas no regime estatutário.

O SR. EURÍPEDES MIRANDA (Bloco/PDT-RO. Pronuncia o seguinte discurso.)
Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a importância da mulher no contexto social e profissional e ainda a necessidade de desencadear esforços para acabar com as desigualdades ainda existentes são os temas focalizados por Parlamentares desta Casa. Apesar dos significativos avanços, a mulher ainda vem sendo discriminada no mercado de trabalho.

Apesar de, atualmente, a mulher ocupar posições que num passado recente eram consideradas privativas de homens, ainda hoje se verifica desigualdades nas



questões salariais. É lamentável, mas infelizmente as mulheres ainda vêm sendo prejudicadas nas questões salariais.

Aproveito o Dia Internacional da Mulher para registrar meu apoio ao projeto que concede licença-maternidade remunerada para as mães adotivas. Esta é uma forma de também reconhecemos e valorizarmos essas mulheres que, num gesto humanitário de amor ao próximo, adotam crianças desamparadas pelos pais biológicos.

Quero afirmar que o Dia Internacional da Mulher serve ainda não só para reverenciar a grandeza e a importância da mulher em seus diversos aspectos, mas, da mesma forma, para refletirmos sobre como contrapor as desigualdades sociais, as injustiças, as discriminações que elas, uma das maiores vítimas da violência doméstica, ainda sofrem.

Às mulheres o nosso reconhecimento e nossas felicitações por sua existência.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a medida adotada pela Mesa Diretora da Assembléia Legislativa do Estado de Rondônia de anular o concurso público que respaldou a transformação do regime dos servidores daquele Poder Legislativo, de celetista para o regime estatutário, em 1986, foi uma medida cruel e descabida.

Os servidores do quadro permanente da Assembléia Legislativa, ao invés de terem seus trabalhos reconhecidos, valorizados, já que não recebem há mais de 6 anos nenhum tipo de reajuste salarial, foram agora mais uma vez penalizados.

Desde o primeiro dia de fevereiro, os servidores convivem com o terrorismo administrativo, com as sucessivas medidas que massacram quem efetivamente está trabalhando. Além de passarem várias horas na fila para um intitulado recadastramento, os servidores estão recebendo vale-transporte a conta-gotas. São obrigados a enfrentar filas nas agências bancárias, além da crueldade que lhes é imposta psicologicamente com as constantes ameaças ou insinuações de demissão, sempre usando como pretexto a Lei de Responsabilidade Fiscal.

O parecer da Procuradoria-Geral do Estado, que respaldou o ato da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de anular o concurso e retornar à condição de celetista os servidores da Assembléia Legislativa, é mais um equívoco dos procuradores, aqueles mesmos que opinaram pela demissão em massa de servidores do Governo Estadual. Se eles não consideraram o caráter público do concurso da Assembléia Legislativa do Estado e retornaram os servidores estatutários à condição de celetistas, por que não adotaram idêntico procedimento com relação aos servidores do Governo?

Chamo a atenção do Poder Judiciário, do Ministério Público Estadual e de todos os Deputados Estaduais para os seguidos posicionamentos da Mesa Diretora de



que não vai prejudicar quem estiver trabalhando. Isto é muito grave, pois se a Mesa Diretora anuncia concurso público, quer dizer, aberto a todas as pessoas, como pode afirmar categoricamente que quem estiver trabalhando não corre o risco de demissão?

Ao acabar a estabilidade dos servidores, todos, absolutamente todos os servidores, correm o sério risco de demissão. Assegurar aprovação no concurso é, no mínimo, temerário, pois pode caracterizar um procedimento ilícito, porquanto o concurso não pode ser uma ação de cartas marcadas.

Lamento esta crueldade da Mesa Diretora da ALE, que segue a mesma escola de Bianco e FHC. Eles não estão preocupados com mais este caos social que estão criando e que vai levar mais infelicidade para centenas de famílias.

Sr. Presidente, solicito a V.Exa. a divulgação do meu pronunciamento nos órgãos de comunicação da Casa.



Documento 20/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-15:30

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4565 WALTER PINHEIRO-PT -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Realização de movimento de mulheres em Salvador, Estado da Bahia. Precariedade do atendimento à saúde da mulher no País. Participação feminina na política nacional. Necessidade de combate à violência contra a mulher.

O SR. WALTER PINHEIRO (PT-BA. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mulheres do mundo todo estão reunidas durante essa semana para comemorar o Dia Internacional da Mulher. Elas dão continuidade às atividades da Marcha Mundial de Mulheres, ocorrida no ano passado. No Brasil, elas organizaram acampamentos em diversos Estados, reunindo companheiras da zona urbana e rural num único propósito: a defesa dos direitos e da cidadania das mulheres.

Em Salvador elas se organizaram em um grande acampamento composto por mulheres do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra) e do MMTR



(Movimento das Mulheres Trabalhadoras Rurais), juntamente com companheiras sindicais do Movimento Popular e de partidos de esquerda. Nesta quinta-feira, 8 de março, pela manhã, elas simbolizarão um grande tribunal de júri, onde o Estado será julgado por crimes de responsabilidade nos casos de violência contra a mulher. À tarde o movimento ganha as ruas da Capital, numa passeata.

Há muito contra o que protestar. Quanto à violência de gênero, os números ainda são alarmantes. Segundo pesquisa do CFEMEA Centro Feminista de Estudos e Assessoria — , na América Latina e Caribe, 25% a 50% das mulheres são vítimas de violência doméstica; 33% sofrem abuso sexual entre 16 e 49 anos, e pelo menos 45% delas são objeto de ameaças, insultos e destruição de bens pessoais.

Não é difícil comprovar essa realidade. Todos os dias, ao abrir os jornais nas páginas policiais, são diversos os casos de violência contra a mulher, a maioria crimes passionais. Isso demonstra que a violência de gênero está ligada ao poder, controle e dominação masculinos, ainda perpetuados em nossa sociedade.

Enquanto as companheiras lutam para eliminar a violência, a indústria cultural lota o mercado com músicas que estimulam o preconceito e a discriminação contra as mulheres. Um "Tapa na Cara" e um "Tapinha..." não dói em quem nunca tomou.

Na saúde vemos o quanto as políticas públicas são precárias em relação à mulher. Ainda são pequenos os programas ligados à saúde feminina. De acordo com o CFEMEA são comuns os relatos de tratamento preconceituoso e negligência em situações de aborto provocado; falta de esclarecimentos e orientações adequadas; exames ginecológicos feitos com pouco cuidado, dentre outros problemas detectados nas redes de saúde.

Na política as mulheres esse ano deram um salto e cresceram em relação a outros períodos eleitorais. De 5.559 Prefeituras, 317 são ocupadas por Prefeitas. Ainda é pouco (5,7% do total), mas é um passo, crescente provavelmente devido à política de cotas.

O movimento das mulheres tem muitos desafios pela frente. Já conseguiu inúmeras vitórias, mas mata um leão a cada dia para obter novas conquistas. O 8 de março é um marco dessa luta, quando elas demonstram seu esforço pela equidade de direitos e oportunidades.

Assim como a cidadania se constrói na prática do cotidiano, a luta contra as várias formas de violência contra a mulher deve ser diária. O respeito e a igualdade só serão conquistados quando toda a sociedade se comprometer em combater a violência de gênero, e praticar a democracia dentro dos espaços públicos e privados.

Esse é o desafio de todos nós e de nossas companheiras.



Obrigado.



Documento 21/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-14:34

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4546 ARNON BEZERRA-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Homenagem póstuma ao ex-Ministro César Cals.

O SR. ARNON BEZERRA (Bloco/PSDB-CE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste instante, gostaria de associar-me aos demais colegas que se pronunciaram aqui homenageando as mulheres pela passagem do Dia Internacional da Mulher e abraçar todas as mulheres brasileiras, particularmente as mulheres daqui do Congresso Nacional, da mais humilde servente até a mais graduada funcionária, fazendo uma especial referência às mulheres nordestinas; enfim, homenageio as mulheres brasileiras pelo seu trabalho, pela sua garra, pelo seu charme, pela graça que sempre impõem aonde chegam, com seu toque de sensibilidade.



Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, decorridos 10 anos desde o falecimento de César Cals de Oliveira Filho, venho hoje fazer um pronunciamento sobre esse grande homem.

César Cals de Oliveira Filho nasceu em Fortaleza, em 30 de dezembro de 1926, e faleceu em 10 de março de 1991, aos 64 anos de idade. Graduado pela Academia Militar das Agulhas Negras em 1946, concluiu também os cursos de Engenharia Elétrica, pelo Instituto Militar de Engenharia, e Engenharia Civil, pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 1954. Exerceu ao longo de sua vida atividades tanto na área civil como na militar, sendo reconhecidos nacionalmente os trabalhos por ele desenvolvidos. Homem simples, de idéias liberais, competente e bem intencionado nos seus propósitos de governante, em 1971 assumiu o Governo do Estado do Ceará, onde se destacou por seu trabalho voltado para o desenvolvimento, que, segundo seu ponto de vista, só se alcançava com a união entre o povo e um projeto adequado.

O povo precisava confiar no Governo e, mais do que confiar, participar dele. O slogan "Governo da Confiança" procurava transmitir aos cidadãos uma mensagem de fé no futuro do Ceará.

César Cals de Oliveira Filho implantou escritórios regionais no interior, participando do debate de problemas e encaminhando soluções, num contato direto com o povo.

Em 1975 deixou o Governo do Estado, tendo exercido uma administração marcada pela luta para mudar o perfil econômico e social do Ceará. Seu espírito inovador não lhe permitia acomodar-se.

Em 1979 tomou posse no Senado Federal, até assumir o Ministério das Minas e Energia, onde permaneceu por seis anos, desenvolvendo uma política direcionada para o aperfeiçoamento e a criação de tecnologia. Na sua administração destaca-se o empenho de promover o crescimento brasileiro. Priorizou três pontos básicos: aumentar a produção brasileira de petróleo, economizar energia de modo a reduzir a importação de petróleo e substituir os derivados de petróleo por energéticos puramente nacionais. Havia colocado o Ministério de Oliveira Neto, ex-Prefeito de Fortaleza e Deputado Federal Constituinte, e Marcos Cals, um jovem Deputado Estadual que exerce o cargo de 1º Secretário na Assembléia Legislativa do Estado do Ceará, em seu quarto mandato.

Portanto, neste instante, deixo aqui a homenagem do Ceará a César Cals de Oliveira Filho, um dos mais brilhantes Governadores do nosso Estado. A serviço da prioridade brasileira, e, ao final de sua gestão, orgulhava-se do seu trabalho.

Retornou ao Senado, onde permaneceu mais dois anos. Não tendo alcançado a reeleição, não mais pleiteou cargos eletivos.



Foi um homem que moldou sua vida na mais absoluta honestidade e no permanente desejo de ser justo, de acertar, de fazer o bem ao País e, de forma particular, ao Ceará.

Neste instante, faço das minhas palavras, tenho certeza, as de todos os cearenses que têm o orgulho de ter tido um Governador sensível, honesto e humilde.

Quero, neste instante, abraçar seus filhos César Cals

Muito obrigado.



Documento 22/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-15:16

Publ.: - 09/03/2001 - 4558 MIRO TEIXEIRA-PDT -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Lançamento, pelo Presidente Fernando Henrique Cardoso, da Agenda do Governo para o Biênio 2001/2002. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. MIRO TEIXEIRA (Bloco/PDT-RJ. Pela ordem. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, vimos hoje o Presidente Fernando Henrique Cardoso falar à Nação sobre sua Agenda de Governo para o Biênio 2001/2002.

Se analisarmos a Agenda em si, veremos que há até algumas coisas interessantes, como as políticas para as áreas metropolitanas. Não é por sermos da Oposição que vamos dizer que tudo é absolutamente irrelevante e deve ser jogado fora. Há projetos que serão encaminhados ao Congresso Nacional e debatidos por nós, do PDT. Temos uma visão absolutamente diferente daquela enfocada pelo Presidente, porém vamos apresentar nossas idéias para este debate, visando a melhor atender à população brasileira.



. Mas, Sr. Presidente, me chamou a atenção, até positivamente, o nível de politização do discurso do Presidente, porque o debate político está fazendo falta ao Brasil. Até mesmo no plenário da Câmara dos Deputados, por força da própria rigidez do Regimento, está ficando difícil travar o debate político.

Temos hoje questões gravíssimas afligindo todas as consciências democráticas, e não é útil à vida do País esse cenário de desvios, de desmandos da vida pública.

Não me refiro às denúncias. Elas podem ser úteis, sim. E são úteis. Mas há a existência de um sistema de administração que permite a suspeita da prática de irregularidades tão graves e, de repente, não temos o debate político sobre essas questões. Devemos ficar limitados ao que diz um procurador, ao que está contido em uma fita ou ao que pode estar contido no inquérito do Banco Central? Não. É dever dos partidos políticos trazer para esta Casa o debate, como despertou hoje o Presidente da República ao falar, de maneira muito veemente, que todos aqueles da base que aporem suas assinaturas no requerimento de constituição de Comissão Parlamentar de Inquérito já não serão considerados aliados.

Sr. Presidente, no Legislativo, um dos instrumentos fundamentais que a Constituição assegura para o exercício do mandato é a Comissão Parlamentar de Inquérito.

Portanto, lavro protesto dessa usurpação de atribuições, dessa tentativa de invasão das atribuições do Poder Legislativo. Instituir ou não CPI — e eu a defendo, e os partidos de oposição a defendem desde julho do ano passado, quando nos reunimos na Associação Brasileira de Imprensa —, é deliberação das Sras. e dos Srs. Deputados, das Sras. e dos Srs. Senadores.

Fica registrada, consignada a questão, a qual em oportunidade próxima poderemos aprofundar o debate, como agora V.Exa. generosamente permitiu. Agradeço a V.Exa., Sr. Presidente, e o cumprimento pelo espírito democrático de abrir espaço para que essas palavras fossem pronunciadas.

Encerro, também prestando homenagem às mulheres, às mulheres anônimas especialmente, aquelas que no dia-a-dia desempenham dupla jornada de trabalho, carregam todas as obrigações, todos os encargos, são discriminadas de todas as maneiras, vítimas de assédio e de tantas coisas. E são lembradas, hoje, Dia Internacional da Mulher.

Desejamos que nossa democracia, a evolução da nossa cultura política façam desaparecer as discriminações.

Obrigado a V.Exa.



Documento 23/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-15:24

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4560 DR. HELENO-PSDB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. DR. HELENO (Bloco/PSDB-RJ. Sem revisão do orador) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como ex-juiz de paz no Município de Duque de Caxias há mais de uma década, casamenteiro por nomeação e por doação, não poderia ficar omissos às comemorações que, neste 8 de março, se realizam por toda parte do mundo, em homenagem ao Dia Internacional da Mulher.

Lembro muito bem de minhas palavras como juiz de paz aos milhares de noivos que tiveram o prazer de me ouvir na celebração de seus casamentos. Em todas as saudações sempre coloquei a figura da mulher como o pilar principal da família. Sempre reverenciei a mulher como a verdadeira líder da célula familiar.

Intuitiva por natureza, corajosa nos momentos certos, guerreira nas horas de necessidade, altiva, doce e amorosa, a mulher sempre foi e será o centro maior da



convergência familiar. Graças ao dom recebido de Deus, ela chega ao seu ápice quando vive o sublime instante da maternidade, quando recebe a bênção divina de ser mãe.

A essa mulher, sempre enaltecida em minhas peregrinações como juiz de paz, e hoje como Deputado, matuto por natureza e fiel as minhas origens, desejo prestar as minhas mais sinceras homenagens. Esta Casa está muito bem representada pelas colegas Deputadas, que são ainda minoria no plenário, mas já se destacam por sua sapiência no trato com a coisa pública.

Conforme promessa do ilustre novo Presidente desta Casa, Deputado Aécio Neves, a mulher Deputada terá uma maior participação nas Comissões e atividades outras desta Casa do povo.

Sou, particularmente, um torcedor dessa conquista; afinal, a mulher hoje se faz presente não só na política, como também nas outras atividades profissionais. E comprovo, com alegria, que sua participação sempre enriquece o meio em que atua.

A história registra que, no início da organização da humanidade, quando se vivia em tribos, quem chefiava a família era a mulher. Entretanto, com o passar do tempo, o pai passou a ser a autoridade que controlava o terreno, a casa, o rebanho, os escravos, os filhos e, obviamente, a mulher.

A Bíblia conta que, com a subordinação política e sexual da mulher chegou também a prostituição, introduzida por Roboão, filho de Salomão.

Desde tempos remotos, para disfarçar, pregou-se que: "por traz de um grande homem, há sempre uma grande mulher". Porém, os tempos mudaram e deste meados do século passado a mulher vem dando passos gigantescos que nos faz, com satisfação, afirmar que "ao lado de um grande homem há sempre uma grande mulher".

A mulher se faz presente em todos os campos de atividade: da limpeza urbana à enfermagem, do magistério à segurança pública, do jornalismo à assistência social. E cada dia que passa, mais presente se faz na vida pública do nosso País.

Permitam-me as distintas e valorosas colegas Deputadas encerrar esse nosso preito enaltecendo a pessoa de uma mulher guerreira, a engenheira sanitária, que, de esposa de um grande líder popular, o nosso Prefeito Zito, de Duque de Caxias, alcançou, nessas últimas eleições, o galardão de sair vitoriosa numa grande disputa eleitoral, elegendo-se Prefeita de um histórico Município do Rio de Janeiro, a querida cidade de Magé. Referimo-nos à Narriman Zito, a quem rendemos as nossas homenagens, simbolizando nossos aplausos à mulher neste dia de comemorações.



A todas as mulheres brasileiras o nosso abraço, nosso carinho, nosso respeito neste 8 de março, Dia Internacional da Mulher.

E, associando-me ao poeta Vinícius de Moraes e ao Deputado Ubiratan Aguiar, não poderia deixar de dizer que, sem a mulher, eu não seria ninguém.

Parabéns às mulheres, principalmente às Parlamentares brasileiras.

Era o que tinha a dizer.

Muito obrigado.



Documento 24/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-15:28

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4564 GEOVAN FREITAS-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Apoio à municipalização dos presídios. Transcurso do Dia Internacional da Mulher
- 8 de março.

O SR. GEOVAN FREITAS (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a dramática e explosiva situação dos presídios brasileiros é tema que normalmente tem ocupado a atenção da mídia nacional. E não é para menos. Praticamente todas as semanas eclodem motins ou rebeliões nas penitenciárias pelo País afora, provocando tensão institucional e quase sempre tendo como saldo a violência, a destruição e a morte.

Os sucessivos confrontos entre as forças de segurança e os detentos têm como causa básica a completa falência do nosso sistema prisional, um dos mais arcaicos do mundo, uma verdadeira universidade do crime que não recupera nem socializa. Antes, intensifica os desajustes, agrava a situação do prisioneiro,



funcionando como uma autêntica panela de pressão e uma fonte perene de perigo e tragédia.

É absolutamente lamentável a inércia do Governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso em relação a tema de tamanha gravidade, que constantemente expõe a enorme dívida do País no campo social e as nossas persistentes deficiências no que se refere à imprescindível política no setor dos direitos humanos.

A superlotação dos presídios e as precárias condições dos detentos nada mais são do que reflexo do alarmante cenário de um país entregue ao caos urbano e à marginalidade. É difícil para as autoridades reconhecer este estágio de decadência, fruto da decomposição dos valores e do empobrecimento da maioria do povo, vítima maior das sucessivas intervenções neoliberais que monetarizaram a economia e difundiram a fome e a miséria.

Não é segredo para ninguém que a criminalidade urbana em nosso País chegou a um tal nível que muitos duvidam se o Poder Público ainda será capaz de colocar freios a seu crescimento assustador. Todas as estatísticas comprovam. Somos uma das sociedades mais violentas do mundo.

Este fenômeno que distribui medo e insegurança tem diversas causas: desemprego; êxodo rural; desestruturação familiar; má qualidade da escola pública; estímulo da violência pela televisão; descontrole sobre venda de armas de fogo; comércio de drogas ilícitas; despreparo e corrupção do aparelho policial; ineficiência da Justiça; sistema prisional ineficiente, pouco seguro e também perpassado pela corrupção; e leis demasiadamente suaves para o criminoso de alta periculosidade, principalmente se menor de idade. Alguns desses itens poderiam ser abrigados dentro do título geral da impunidade, certamente a pior doença institucional do Brasil.

De acordo com dados da publicação do IBGE intitulada "Síntese de Indicadores Sociais", no Brasil ocorrem 24 homicídios por 100 mil habitantes. Em termos comparativos, essa taxa, nos países desenvolvidos, costuma ficar abaixo de dez. Nova Iorque, por exemplo, uma cidade considerada violenta para os padrões do Primeiro Mundo, registra 9,8 homicídios por 100 mil habitantes. Temos, assim, no Brasil, mais do que o dobro do número relativo de assassinatos em comparação com essas sociedades. Na América do Sul, apenas a Colômbia possui uma taxa maior do que a nossa. Vale lembrar que, naquele país, há guerra civil, com enfrentamento constante entre exército e grupos guerrilheiros, além de parte de seu território ser controlado pelo narcotráfico.

É preocupante observar o quanto a situação brasileira se deteriorou nas últimas décadas. Em 1980, o número de homicídios por 100 mil habitantes, no Brasil, era de 13,4. Um índice mais próximo, digamos, ao da cidade de Nova Iorque. Hoje, a taxa atinge 24. Praticamente dobrou em vinte anos!



Essa guerra de guerrilhas urbana superlotou as estruturas prisionais, concebidas a partir do arcaico modelo das grandes penitenciárias, verdadeiras cidades da bandidagem que só servem para piorar o estágio dos detentos.

Sr. Presidente, venho a essa tribuna para propor uma alternativa racional, inteligente, economicamente barata para solucionar de vez a angustiante situação dos presídios brasileiros.

Estou particularmente convencido de que a ressocialização do sentenciado não será possível enquanto conviver nessas escolas da morte moldadas pelos grandes presídios. As organizações gigantescas deterioram a vida do preso, possuem custo elevado e colocam a sociedade sempre em alerta em relação ao próximo motim ou fuga em massa.

Estudiosos e especialistas têm apontado como meio moderno e avançado de reeducar os detentos a chamada municipalização da execução penal, operacionável por intermédio dos distritos prisionais.

Ou seja, em vez de gastar rios de dinheiro com a construção de novos presídios, o ideal seria alocar os investimentos para que as administrações municipais construam as suas prisões. Cada cidade ou comarca cuidaria de seus próprios infratores, seja para preveni-los, seja para puni-los.

O fenômeno da criminalidade é predominantemente social. Nada mais justo, portanto, que a própria comunidade que foi palco do crime seja responsável pela punição e recuperação dos seus agressores.

O que se propõe é uma tomada de posição firme e corajosa por parte do Governo Federal, direcionando recursos para que os Municípios construam as suas estruturas, descentralizando a execução das penas, desarmando a bomba representada pelos grandes presídios que são, na realidade, ambientes de degradação e promiscuidade.

Tratado pela própria sociedade que agrediu, o preso poderá ser educado a partir de preceitos cristãos, prestando serviços à população e tendo uma oportunidade para se reintegrar ao convívio social depois de pagar pelos seus erros. E ali, junto com seu familiares, ele com certeza terá maior interesse em voltar ao conviver normalmente com sua própria comunidade, com respeito dignidade e paz.

O tratamento local dos problemas locais significa, sobretudo, evitar os movimentos de massa provocados pela reunião de grande número de presos numa única área. A dispersão daria um fim às rebeliões. A sociedade se sentiria mais protegida. A responsabilidade seria igualmente distribuída. Prevaleceria, sobretudo, o tratamento humano e justo.



Pôr um fim ao inchaço dos presídios e estabelecer o trabalho obrigatório e a educação para os detentos são o caminho racional que devolve a paz ao sistema carcerário brasileiro. Para a segurança do povo, é imprescindível punir com rigor os que cometem delinqüência, mas não se pode permitir que os condenados retornem à sociedade ainda mais animalizados ou insensíveis depois de cumprida a pena.

É preciso mudar urgentemente. Municipalizar as prisões, estabelecer o distrito prisional é o jeito moderno e humano de lidar com os desajustes sociais, combatendo a violência a partir da reeducação daqueles que a praticam.

Alternativas e soluções concretas: é isso o que a sociedade brasileira reclama de nós, seus representantes legais. Construir a verdadeira civilização exige que adotemos uma política de segurança pública realmente eficiente, que coloque um freio na criminalidade em todas as suas dimensões. É a partir daí que podemos imaginar um ambiente de paz duradoura, devolvendo a tranqüilidade aos lares da famílias brasileiras.

Sr. Presidente, aproveito a oportunidade para fazer saudação muito especial a todas as mulheres no Dia Internacional da Mulher, citando a grande guerreira de Goiás Deputada Nair Xavier Lobo.

Era o que tinha a dizer.

Obrigado.



Documento 25/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-14:56

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4553 NELSON MARCHEZAN-PSDB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Relevância do Programa Bolsa-Escola.

O SR. NELSON MARCHEZAN (Bloco/PSDB-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste primeiro Dia Internacional da Mulher do século XXI e de um novo milênio, comemorado hoje, 8 de março, desejo associar-me às homenagens que estão sendo prestadas às mulheres e, em especial, como não poderia deixar de fazê-lo, às mulheres brasileiras.

Muitas conquistas têm sido por elas obtidas nos últimos anos, tanto na vida prática do dia-a-dia, na qual vão conquistando espaço, respeito e credibilidade pela sua atuação nos mais diversos campos de atividade, como pelo respaldo institucional que vêm recebendo no texto da Constituição e da legislação ordinária.



Creio, no entanto, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, que uma das mais contundentes e concretas homenagens que se poderia prestar às mulheres, de reconhecimento de sua importância no lar e de sua crescente conquista de espaço na sociedade, mesmo entre as classes de menor renda, foi a recente decisão do Poder Executivo, atendendo à recomendação feita pelo Seminário Nacional de Renda Mínima vinculada à Educação, realizado em novembro último e que tive a honra de coordenar, de que os recursos destinados às famílias inscritas no Programa fossem repassados à mulher — mãe das crianças beneficiárias, reconhecendo sua importância na educação, alimentação e cuidado com os filhos. O zelo das mães com relação às crianças é maior do que o dos pais. É forçoso reconhecer. Tal determinação está inscrita no § 2º de art. 4º da Medida Provisória nº 2.140, de 13 de fevereiro de 2001, que estendeu o Programa Nacional de Renda Mínima vinculado à Educação Bolsa-Escola a todos os Municípios brasileiros.

Trata-se, creio eu, de uma clara evidência do quanto se valoriza o papel e a responsabilidade da mulher como gestora dos recursos familiares. E não tenho dúvidas também, Sr. Presidente, de que são as mulheres que melhor entendem que ter os filhos estudando é um importante fator de dignidade e de segurança para essas famílias. A escola é a chave de emancipação para esses jovens, pois enseja condições para a melhoria da auto-estima individual e familiar, a possibilidade de uma melhor e mais justa distribuição de renda e, principalmente, de inclusão social, via educação de todas as nossas crianças. Foi e é via acesso à escola, à educação, por exemplo, que as mulheres estão cada vez mais se capacitando para assumir novos postos de trabalho, nas mais diversas profissões, distinguindo-se em suas ações, na elaboração e execução de planos, competindo cada vez em melhores condições e sobressaindo-se inclusive na chefia de importantes instituições e empresas.

São muitos os exemplos que aqui poderíamos citar da grande capacidade e coragem que as mulheres vêm demonstrando para enfrentar e superar as dificuldades do cotidiano, imprimindo maior praticidade na solução dos problemas e conflitos que diuturnamente têm de enfrentar. E é com grande satisfação que podemos observar que, mesmo rudes ou sofridas, de classes sociais mais favorecidas ou menos aquinhoadas, as mulheres brasileiras vêm conquistando seu espaço, sem abrir mão da ternura e cheias de esperança de dias melhores.

Com este registro, deixo minha singela, mas sincera homenagem à mulher brasileira num dia tão significativo, com os votos de muitas conquistas mais e que sua valorização seja uma constante em nossa sociedade.

Obrigado.



Documento 26/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-16:04

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4576 EDIR OLIVEIRA-PTB -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE GRANDE EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Saudação às mulheres brasileiras, especialmente às Parlamentares e às servidoras da Casa, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. EDIR OLIVEIRA (Bloco/PTB-RS. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nossa saudação a todas as mulheres pelo dia 8 de março, Dia Internacional da Mulher. Saudamos a bancada feminina no Congresso, as funcionárias desta Casa e as mulheres brasileiras que nos assistem pela TV Câmara.

Após o pronunciamento da Deputada Nair Xavier Lobo, seguramente ninguém mais ousaria assomar à tribuna para falar às mulheres. S.Exa. foi completa, perfeita, muito competente na abordagem e, com isso, rendemo-lhe nossa homenagem.



A Deputada teve, como disse no início de seu pronunciamento, um grande desafio: sendo mulher, falar como mulher, no Grande Expediente, em homenagem às mulheres. E saiu-se muito bem. Temos certeza de que neste momento as mulheres estão vibrando, orgulhosas e satisfeitas, porque ouviram uma guerreira, uma Deputada que soube muito bem representá-las. Parabéns, Deputada.

A história reservou o dia 8 de março — Dia Internacional da Mulher — para lembrar o trágico acontecimento de 1857, nos Estados Unidos, quando 129 operárias morreram queimadas por patrões e policiais durante uma greve em protesto contra a jornada de trabalho de dezesseis horas e por melhores salários.

Quase 150 anos depois, é indiscutível poder afirmar que nesse tempo as mulheres conquistaram em saltos enormes posições que sempre foram privilégio masculino.

Especialmente nesses últimos cem anos, as mulheres alcançaram níveis de liberação e participação tão marcantes e significativos que podemos arriscar a prever que os historiadores poderão registrar o século XX como o século das mulheres.

A organização feminina fez surgir uma legislação que representou, para as mulheres, o reconhecimento de direitos como cidadã, ao poder votar e ser votada, ao conquistar garantias de plena autonomia civil; abrindo caminhos e espaços para sua participação nas transformações políticas, econômicas, sociais, culturais e familiares.

O mercado de trabalho ganha todos os anos um maior número de mulheres, que se firmam com extraordinária competência profissional, assegurando sua independência financeira, muitas vezes até a chefia da família como único sustento ou contribuição necessária para sua manutenção, uma vez que, mesmo tendo uma jornada externa, é ainda a mulher a responsável pelas funções de administradora da casa.

Mesmo assim, continuam existindo enormes preconceitos e muitas atitudes imorais, ilegais e indignas contra a mulher, mostrando ainda estar longe a ambicionada igualdade. É pequena a participação das mulheres nas esferas públicas de poder e decisão, como nos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. O combate à violência contra as mulheres apresenta estatísticas ainda desanimadoras: uma em cada três mulheres já sofreu alguma forma de agressão. E poucos são os mecanismos instituídos para eliminar essa condição que maltrata, humilha e fere.

Apesar de sua privilegiada capacidade de rápida assimilação e desenvolvimento no campo profissional, desempenhando desde as funções mais elementares do sistema produtivo até o desenvolvimento das mais complexas tecnologias, a diferença salarial ainda se mantém entre homens e mulheres, bem como a



discriminação nas oportunidades de ascensão aos postos considerados de maior responsabilidade e decisão.

E mesmo com muitas batalhas vencidas no século passado, a mulher começa o século XXI com enormes lutas a serem conquistadas, o que nos mostra que essa guerra ainda não está vencida.

Não queremos a dominação de um sexo sobre o outro, a simplificada e pejorativa guerra entre os sexos. Queremos, sim, tempo de hegemonia do ser humano, em que homens e mulheres, em absoluta igualdade de condições e de direitos, respeitadas suas diferenças fundamentais, serão capazes de responder pelo exercício pleno de sua cidadania.

Não mais apenas a mulher companheira do homem, mas também o homem companheiro da mulher, dividindo responsabilidades, direitos e deveres, combatendo juntos uma guerra contra um mundo cada vez mais competitivo e desigual.

E que chegue logo o tempo em que os 365 dias do ano sejam os dias de todos os homens e de todas as mulheres.

Sr. Presidente, cabe citar trecho da jornalista Martha de Medeiros na crônica alusiva ao Dia Internacional da Mulher:

A gente sabe que toda mulher é guerreira e já não precisa de uma data especial para ser lembrada. Ser mulher está na ordem do dia, de todos os dias. Nota dez para a mulher empresária, que comanda sua vida dentro e fora de casa, assim como nota dez para a mulher pobre que não tem nada, e ainda assim segue digna e forte, acordando toda manhã para uma batalha que envolve filhos, comida, emprego, solidão e desprezo. A maioria das mulheres merece nota máxima em todos os quesitos.

Muito obrigado.



Documento 27/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-14:58

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4555 SAULO PEDROSA-PSDB -BA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Alerta sobre possíveis prejuízos à economia nacional em decorrência de denúncias contra membros do Senado Federal. Necessidade de apuração de acusações contra Senadores. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Manifestação de pesar pelo falecimento do Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo.

O SR. SAULO PEDROSA (Bloco/PSDB-BA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não há bem que sempre dure, nem mal que nunca se acabe. Com esse dito popular, gostaria de tecer algumas considerações a respeito do momento que estamos vivendo. Há duas ou três semanas que a mídia cuida, em tempo integral, da situação por que passa nosso País, da briga no Senado Federal e da troca de amabilidades entre os Senadores.

Não sei se há fundamento nessas acusações, mas o certo é que a irresponsabilidade institucionalizada no Congresso Nacional certamente está



causando prejuízos econômicos incalculáveis para o País. O Deputado Roberto Jefferson falou há pouco sobre os danos provocados na Turquia por um bate-boca. Situação semelhante nos cerca.

Felizmente, depois de um longo e tenebroso inverno, parece que o problema está chegando ao fim. O Senador ACM está em real queda livre. Acredito em Deus que essa chaga será extirpada do nosso País e tudo voltará à normalidade, com o crescimento da economia que prevê o Orçamento e calculam as pessoas que cuidam desse setor.

Se há denúncias, que elas sejam investigadas até o fim. O que preocupa são acusações unilaterais. Se é preciso investigar o Banco do Pará, por que não se solicita ao Banco Central o relatório sobre o BANEBA, onde o Senador ACM é a personalidade central? Um sobrinho de ACM, Paulo Magalhães, é citado em cerca de cinco páginas desse documento, em virtude do seu comportamento em relação à empresa Bahia Pesca, ao Sr. Castor de Andrade e a tantas outras coisas. Se é para investigar, então, que se investigue tudo.

Sr. Presidente, quero ainda fazer dois registros.

Em primeiro lugar, parabênizo as mulheres pelo seu dia. As companheiras, imprescindíveis ao homem, devem avançar cada vez mais nas suas conquistas. Estaremos acompanhando pari passu esse grande caminho que ainda têm pela frente.

Finalmente, manifesto minhas condolências pelo passamento do nosso tucano maior, o Governador Mário Covas.

A nosso ver, a família perde um grande pai; o País perde um grande político; e o PSDB perde a sua grande referência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 28/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-14:28

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4544 WALDOMIRO FIORAVANTE-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Situação socioeconômica brasileira. Apoio à instauração de Comissão Parlamentar de Inquérito para investigação de denúncias de corrupção no Governo Federal. Apresentação de projeto de lei sobre afixação em lugar visível, pelos Cartórios de Registro Civil, de tabelas de custos de serviços.

O SR. WALDOMIRO FIORAVANTE (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, inicio meu pronunciamento parabenizando as mulheres neste Dia Internacional da Mulher e lembrando as mulheres trabalhadores rurais brasileiras, que nesta semana realizam mobilizações nos Estados e nesta Capital, reivindicando direitos que lhes são negados ou lhes foram tirados.

Lembro que na próxima semana o Movimento dos Atingidos por Barragens — MAB realizará mobilização nesta Capital, solicitando que ao menos, por intermédio



do Governo Federal, principal responsável pela situação de abandono desses trabalhadores, sejam reabertas as negociações com as empresas construtoras de hidrelétricas, para que sejam supridas as necessidades das milhares de famílias brasileiras atingidas impiedosamente pelo suposto progresso.

Essas duas informações, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, comparadas com as informações, divulgadas ontem pelo Ministério da Previdência e Assistência Social, de que o trabalhador brasileiro está sem carteira e com remuneração menor, dão um retrato das conseqüências nefastas da política neoliberal implantada no País pelo Presidente cassado Fernando Collor de Mello e seguida de maneira ainda mais submissa pelo Sr. Fernando Henrique Cardoso.

Trabalhadores de todas as atividades produtivas nacionais sofrem — alguns calados, outros não — as agruras de um sistema excludente, injusto e hipócrita. O próprio Governo apresenta os números que demonstram a exclusão socioeconômica e, por conseqüência, cultural de milhões de trabalhadores brasileiros. O trabalho informal cresceu, a renda diminuiu.

O Ministério da Previdência e, por conseguinte, o Governo Federal, curiosamente, vêem como normal a diminuição do emprego formal e, com isso, a redução da remuneração dos trabalhadores e a perda de direitos. Nada a estranhar em se tratando de um Governo cuja característica principal tem sido arrancar dos trabalhadores, em obediência à cartilha do FMI, os direitos conquistados em décadas de lutas e mobilizações.

Outras contradições mostram-se a partir dos números que o próprio Governo apresenta e que esclarecem ainda mais sua hipocrisia e seus verdadeiros interesses políticos. As pequenas e médias empresas, completamente esquecidas pelas políticas governamentais, são as que respondem por 58% dos empregos no País.

Mas o Governo promete compensar essas perdas melhorando os investimentos na área social. Depois de deixar o setor agonizando durante seis anos, período em que os investimentos sequer cresceram conforme o crescimento populacional, FHC tenta redimir-se, tendo em vista a eleição presidencial do próximo ano. Mais um ato hipócrita e demagogo de um Governo cuja inegável prioridade é remeter recursos para os especuladores internacionais e para o pagamento da dívida externa — para o Fundo Monetário Internacional, especificamente, como ficou claro na declaração do seu presidente, que afirmou que o Fundo precisa de trouxas como o Brasil, que paguem contas já pagas, para que os acionistas e especuladores possam ter lucros exorbitantes.

Registro aqui, Sr. Presidente, minha indignação com a hipocrisia reinante, a corrupção disseminada e as denúncias interesseiras dentro do próprio Governo, feitas por quem era, até há pouco, umbilicalmente ligado a ele.



Pelos motivos que apontei — o desrespeito ao trabalhador brasileiro e às pequenas e médias indústrias nacionais, a submissão aos interesses do capital especulativo, os investimentos sociais com fins eleitorais por parte do Governo, a prioridade à dívida externa em detrimento do povo brasileiro — e pelo meu compromisso com as trabalhadoras e os trabalhadores brasileiros, afirmo que devemos, nós, os Parlamentares sérios e responsáveis deste País, criar uma CPI que investigue a corrupção no Governo Federal, sem acobertar aqueles que estiveram até há pouco aliados a esse mesmo Governo para que nos apoiem.

Peço a divulgação deste meu pronunciamento nos órgãos de comunicação desta Casa.

Sr. Presidente, aproveito para solicitar a V.Exa. o registro de um projeto de lei que apresentamos à Casa para obrigar os Cartórios de Registro Civil a colocarem em lugar visível a tabela de custos, incluindo as devidas isenções.

Agradeço a V.Exa. a atenção.



Documento 29/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-15:26

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4561 ANTÔNIO JORGE-PTB -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Luta da classe feminina contra a opressão. Discriminação sofrida pelas mulheres no mercado de trabalho. Repúdio à realização de simpósio sobre proteção de bens em paraísos fiscais.

O SR. ANTÔNIO JORGE (Bloco/PTB-TO. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, há 91 anos foi instituído o Dia Internacional da Mulher, comemorado sempre na data de 8 de março de cada ano.

Desde que essa importante efeméride foi implantada, por proposta da ativista alemã Clara Zetkin, houve muita luta, muito suor e muito sangue para que a mulher conseguisse importantes conquistas em seu justo objetivo de desfrutar dos mesmos direitos atribuídos aos homens. Mas todos sabemos que muito ainda resta a ser feito para que a mulher alcance sua plena emancipação.



É notório que, a partir do século XIX, que se notabilizou pelo surgimento da Revolução Industrial na Inglaterra, a força de trabalho da mulher passou a ser explorada com desumanidade e, em conseqüência, passaram as trabalhadoras a exigir mudanças, a fim de que seus direitos não apenas como obreiras, mas como seres humanos, fossem respeitados.

Foram muitas as batalhas em que, com coragem, se envolveram as mulheres, seja contra a opressão no trabalho e até no lar, seja na busca de direitos como o de votar e de ter reconhecido seu acesso à cultura, à educação, ao mercado de trabalho e à sua completa emancipação política.

No Brasil contemporâneo, vê-se que a mulher conquistou muitos espaços, seja no mercado de trabalho, seja no reconhecimento de seus direitos civis, seja na vida política nacional. Mas, como dissemos anteriormente, muito ainda resta a ser feito.

É que, por exemplo, conquanto as mulheres ocupem percentual de 43% como chefes de famílias, elas ainda sofrem muita discriminação no trabalho. Seus salários quase sempre são inferiores aos dos homens, para o exercício das mesmas atividades laborativas.

É uma situação absurda, pois as mulheres, ainda que haja aumentado sua participação no mercado de trabalho, configurando, já em 1999, um contingente de 32,8 milhões de trabalhadoras, o que corresponde a 41,4% da população economicamente ativa (dados do IBGE), recebem apenas 60,7% dos rendimentos pagos aos homens.

Na vida pública nacional a participação da mulher, infelizmente, ainda é pequena. Dizemos infelizmente porque temos plena convicção de que, no dia em que tivermos uma mulher na Presidência da República, este País sofrerá imensas transformações positivas, pois uma Presidenta será muito mais sensível às reais necessidades da população e ao interesse público.

No entanto, não podemos esquecer que, no Brasil, o direito das mulheres em se candidatarem a cargos eletivos só foi admitido a partir da Constituinte de 1937, e hoje o sistema de quotas possibilita maior participação feminina no contexto político brasileiro.

Temos certeza de que neste novo século a mulher conquistará plenamente todos os direitos a que faz jus, e, desta tribuna, desejamos nos congratular com todas as mulheres brasileiras, mães, donas de casa, trabalhadoras, cientistas, políticas, esportistas, enfim, seres humanos que, com seu amor e seu trabalho, permitem que este País se torne cada vez mais humanizado e desenvolvido.

Sr. Presidente, gostaria ainda de registrar que recebi hoje um jornal contendo artigo sobre simpósio que ensina a proteger bens em paraísos fiscais. É um



absurdo! Vamos acabar com isso. O Banco Central e o Ministério da Fazenda têm de prestar atenção ao fato: seminário para tirar divisas do País, ensinando como levar dinheiro para as Bahamas, para os paraísos fiscais, o que é ilegal.

Muito obrigado, Sr. Presidente.



Documento 30/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-15:28

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4561 PAULO PAIM-PT -RS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Retrospectiva histórica sobre os direitos da classe feminina no País e no mundo.

O SR. PAULO PAIM (PT-RS. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com satisfação, cumpre-nos reconhecer o significado especial que assume o Dia Internacional da Mulher para selar o apoio à luta pela afirmação plena dos direitos femininos. Solidarizamos-nos, pois, com a mobilização da bancada feminina no Congresso Nacional, sob o lema "Nenhum direito a menos. Direitos a mais. Por um século de igualdade."

Desde os tempos mais remotos, as mulheres têm sido vítimas de discriminações. Assim, não faltaram também, ao longo da história da humanidade, correntes filosóficas e religiosas que, a exemplo do Cristianismo primitivo, defenderam a dignidade e os direitos da mulher. Contudo, foi principalmente, a partir do século XVIII que se acentuaram os movimentos nesse sentido.



A Revolução Francesa, em 1789, ao propor mudanças no sistema político e social, viria ensejar uma série de propostas destinadas a livrar as mulheres da sujeição em que eram mantidas, sujeição esta que se verificava em todas as esferas: jurídica, política, econômica, educacional etc. Desde o início, a revolução contou com intensa participação das mulheres. Foram criados, então, numerosos grupos de ativistas femininas.

Em 1792, uma delegação encabeçada por Etta Palm reivindicou perante a Assembléia o direito de acesso das mulheres ao serviço público e às forças armadas. O pleito não foi atendido, e o movimento feminino acabou sendo suprimido pelo terror. Robespierre proibiu que as mulheres se associassem a clubes e determinou o arquivamento do projeto de igualdade política. Mesmo assim, o papel da Revolução Francesa foi crucial para a campanha que se prolongaria nos séculos seguintes.

Entre as iniciativas que marcaram o ressurgimento do feminismo na França, cabe citar: o jornal *Gazette de Femmes*, criado em 1836, e que tinha por plataforma a igualdade jurídica entre homens e mulheres; e, em 1868, a organização ainda incipiente do movimento feminista, com base em outro jornal, *Le Droit des Femmes*. Apesar das dificuldades enfrentadas, foi possível organizar um primeiro congresso internacional de mulheres. O movimento socialista passou a defender também as reivindicações das mulheres. Surgia, naquela época, a sociedade *Le Suffrage des Femmes* (O Voto das Mulheres). Em 1882, um segundo congresso foi promovido por diversas organizações femininas, tendo contado já com o apoio de importantes figuras da vida cultural francesa, como Victor Hugo e Alexandre Dumas, criador do termo feminismo. Somente em 1949 as mulheres francesas conquistaram o direito de voto.

Na Inglaterra e nos Estados Unidos, foram também notáveis, a partir do início do século XIX, os movimentos tendo como objetivo principal a conquista de direitos civis, como o voto e o acesso ao ensino superior. Em 1920, as mulheres americanas, finalmente, alcançaram seu direito ao voto. No Reino Unido, o direito parcial de voto foi conquistado em 1919, mas só em 1928 as britânicas conseguiram acesso irrestrito às urnas e ao Parlamento.

Também entre nós tem sido extremamente árdua a luta para assegurar e ampliar os direitos da mulher. Nessa trajetória, cabe lembrar contribuições decisivas como a de Berta Lutz, pioneira na luta pelo voto feminino e pela igualdade de direitos entre homens e mulheres no Brasil. Filha do cientista Adolfo Lutz, tornou-se ela também renomada cientista. Em 1922, fundou a Federação Brasileira para o Progresso Feminino. Em 1936, quatro anos depois de o Presidente Getúlio Vargas ter estabelecido, por decreto-lei, o voto feminino, Berta Lutz assumiria uma cadeira de Deputada na Câmara Federal. Durante o seu mandato, defendeu a mudança da legislação referente ao trabalho da mulher e do menor, propondo a igualdade salarial, a licença de três meses para a gestante e a redução da jornada de trabalho, então de 13 horas.



Embora nossa legislação, desde a Constituição de 1934, contenha dispositivos proibindo, para o mesmo trabalho, diferença de salário entre homens e mulheres, a realidade mostra que permanece ainda hoje essa desigualdade, como também se sabe que as mulheres continuam sendo vítimas de tantos outros preconceitos e violências em casa, no âmbito do trabalho, nas escolas etc.

Por iniciativa das Nações Unidas, 1975 foi declarado Ano Internacional da Mulher, tendo sido este também um marco no estabelecimento de planos de ação para promover a ascensão social e pessoal da mulher em todo o mundo.

Representantes de 180 países reunidas, em 1995, na Conferência de Pequim, promovida pela ONU, assinaram um documento denunciando os abusos cometidos contra as mulheres: a miséria, os estupros, os casamentos forçados, a exploração sexual, a circuncisão feminina, a seleção pré-natal por sexo e a violência doméstica. Sugeriu ainda o documento, entre outras medidas, a revisão das leis que prevêm punições às mulheres que fazem abortos.

Nos últimos quarenta anos, em todo o mundo, tornaram-se, de fato, mais amplas as reivindicações das mulheres, com atenção crescente em relação a temas como a sexualidade e a igualdade com os homens no mercado de trabalho. Assiste-se hoje ao progresso dos movimentos em defesa dos direitos da mulher, incorporando aos direitos civis reivindicações como a interrupção voluntária da gravidez, a efetiva igualdade de salários e o acesso a postos de direção.

Lembrando a criação do Movimento Feminino pela Anistia e do Centro da Mulher Brasileira, além de jornais como Brasil Mulher e Nós, Mulheres, há que se assinalar ainda a importância da participação do movimento feminista, inclusive, nas lutas que conduziram à restauração democrática do País.

Como prova de avanço na esfera pública, foi fundado, em 1985, o Conselho Nacional da Condição Feminina, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

Com expressiva presença em diversas frentes, o CFEMEA (Centro Feminista de Estudos e Assessoria) distingue-se pela atuação elogiável em termos de articulação e orientação das mulheres brasileiras na defesa de seus direitos.

Ao prestar merecida reverência às muitas mulheres que se sacrificaram, lutaram e cumpriram papel relevante para a afirmação dos direitos femininos, não podemos deixar de exaltar a fibra e o talento de grandes personalidades como Chiquinha Gonzaga, Olga Benário, Raquel de Queiroz, Nélide Piñon, Fernanda Montenegro, Lygia Fagundes Telles.

Não podemos esquecer o exemplo da companheira Lélia Abramo, atriz corajosa e lutadora, que está sendo homenageada pela Câmara Municipal de São Paulo neste Dia Internacional da Mulher.



Acima de tudo, Sr. Presidente, saudamos as muitas Marias, donas de casa, as mulheres negras, mães, provedoras do lar, policiais, empresárias, trabalhadoras, aposentadas, servidoras públicas e todas as mulheres que, de uma forma ou outra, são excluídas do processo econômico e social. Todas, a exemplo da música "Maria, Maria", reúnem coragem, força, garra e gana para viver e ser respeitadas.

Concluindo, cabe reafirmar o apoio à causa feminina e, em particular, a solidariedade à bancada feminina no Congresso Nacional, com a consciência de que devemos continuar lutando contra as graves desigualdades e discriminações que persistem no País, de que devemos continuar trabalhando em busca da completa igualdade de oportunidades entre os indivíduos, independentemente de raça, idade, cor, religião ou sexo.

Sr. Presidente, peço que meu pronunciamento seja publicado e divulgado em todos os meios de comunicação da Casa.



Documento 31/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-16:42

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4585 PAULO MOURÃO-PSDB -TO

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES
COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Manifestação de pesar pelo falecimento do Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Pronunciamento do Ministro José Serra, da Saúde, sobre a atuação do Governo Federal no tocante à saúde da mulher brasileira.

O SR. PAULO MOURÃO (Bloco/PSDB-TO. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Parlamentares, há dois dias o Brasil passa por momento de luto, de tristeza. Há um vácuo imenso não somente no Estado de São Paulo, mas no Congresso Nacional, em especial neste plenário da Câmara dos Deputados, onde o Governador Mário Covas tão bem sempre representou a sociedade brasileira e a sociedade paulista. Foi Vereador, Prefeito, Deputado Federal, Senador e Governador.

O Governador Mário Covas, acima de tudo, era uma grande referência no que diz respeito a política, homem público, ética, respeitabilidade, honradez e



determinação. O Governador Mário Covas soube ganhar o respeito com suas posições, com suas ações e pensamentos. Era um político que não só discursava, mas que fazia de suas palavras o seu dia-a-dia, suas ações. Foi com isso que ganhou o respeito dos tucanos. O PSDB se sente hoje enlutado, assim como todo o Brasil.

Vimos nas palavras embargadas do Presidente Fernando Henrique Cardoso o sentimento da falta, da saudade antecipada do Governador Mário Covas que já sente o PSDB e o País. Vimos esse homem ser nossa referência partidária, nossa referência de ética, de altivez e de respeitabilidade, que passa a ser agora o símbolo não somente do PSDB. O Governador Mário Covas nos deixa um exemplo vivo de serviço prestado com ética ao Brasil, demonstrando que no processo democrático é possível, sim, divergir, discutir, debater idéias, porque é assim que se fortalece e se oxigena a democracia.

Em nome da bancada do Tocantins, do Governador Siqueira Campos e da sociedade tocantinense, deixamos registrados nossos sentimentos à família Covas, a todo o Estado de São Paulo e ao Brasil por essa lastimável perda.

Gostaria de dizer a V.Exa., Deputada Nair Xavier Lobo, que tão bem representa a Câmara dos Deputados e que é a representatividade da mulher goiana, da mulher destemida, da mulher obstinada, da mulher que luta em prol do atendimento à sociedade como um todo, que me sinto premiado por poder comemorar o Dia Internacional da Mulher, por poder parabenizar a mulher brasileira com V.Exa. presidindo esta sessão.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, hoje, num encontro no Ministério da Saúde, ouvi importantes palavras do Ministro José Serra, e não somente comemorativas ao Dia da Mulher. É importante comemorar e festejar este dia, porque as mulheres realmente têm sido de uma importância fundamental na história da civilização, muito mais neste momento contemporâneo, em que cada vez mais ocupam os lugares merecidamente, com denodo, serenidade, bom senso e altivez. O Ministro José Serra falava que, além de comemarmos este dia, é preciso também que o Governo explicita à sociedade a preocupação com a mulher. E nosso atual Ministro da Saúde passa pela história do País como aquele que tirou o setor de saúde da UTI. Mantém vigorosa não somente a saúde da mulher, mas também a da sociedade brasileira.

Assim se pronunciou o Ministro José Serra:

Investir na saúde da mulher é de certa forma minimizar o ônus das dificuldades que ela enfrenta em seu dia-a-dia, sobrecarregada por responsabilidades consigo mesma, com a família e com o trabalho. Por isso, iniciei minha gestão enfrentando problemas que perduram há anos. Saber que 7 mil mulheres morrem a cada ano por câncer de colo do útero, quando é possível descobrir cedo a doença e tratá-la, tornou indispensável realizar uma grande ação nacional para dar a oportunidade



de tratamento a milhares de mulheres. De fato, na campanha que realizamos em 98, das 3 milhões de mulheres que participaram, quase 1 milhão fizeram o exame preventivo pela primeira vez e mais de 8 mil que estavam doentes foram tratadas.

Outro fato me causou indignação: a maneira com que as mulheres são tratadas no momento do parto. É inaceitável que na hora de dar à luz a mulher precise procurar por uma vaga, sem a certeza de encontrá-la, e, pior, que seja tratada de modo desumano. Com determinação e medidas concretas, estamos trabalhando para humanizar o atendimento à gestante. Quando cheguei ao Ministério da Saúde, o SUS pagava R\$114,00 por um parto, e hoje esse valor é de R\$300,00, o que significa um aumento de 163%. Atendendo a outra antiga reivindicação das mulheres, autorizei a introdução do pagamento da anestesia durante o parto normal, pois é absurdo que nos dias de hoje as mulheres ainda tenham que sofrer como no passado. Para reduzir a mortalidade materna, investimos 100 milhões de reais para capacitar médicos e equipar serviços para o atendimento de mulheres com gestação de alto risco. Além disso, o Brasil se tornou o país campeão em taxa de cesáreas, submetendo milhares de mulheres e bebês a riscos cirúrgicos desnecessários. Por isto estamos estimulando o parto normal e limitamos o pagamento das cesarianas. Todas essas medidas já surtiram resultado. A taxa de cesarianas no SUS caiu de 32,5% em 97 para 25% em 2000 e o número de mortes maternas no parto, no SUS, diminuiu de 32 em cada 100 mil partos para 25.

A assistência durante a gestação também tem me preocupado. Apesar de o número de consultas de pré-natal ter triplicado nos últimos 5 anos, é preciso melhorar a qualidade do atendimento, garantir no mínimo 6 consultas a toda gestante e os exames necessários. Pensando nisso, lançamos um programa que assegura ao Município um pagamento adicional de R\$90,00 reais por mulher bem atendida no pré-natal e com vaga garantida na hora do parto. Foi destinado meio bilhão de reais para este fim.

Uma outra questão fundamental na vida das mulheres é poder planejar o melhor momento para ter filhos. No entanto, o acesso aos métodos de planejamento familiar ainda é difícil para uma parcela da população. Por esta razão, estamos fornecendo gratuitamente anticoncepcionais através do SUS, que beneficiaram quase 2 milhões de mulheres em 2000, e vamos atender a 5 milhões por ano até 2003. Além disso, o SUS passou a garantir o direito de a mulher realizar gratuitamente a esterilização, contemplando principalmente aquela que não pode arcar com esta despesa.

Infelizmente, não podemos esquecer que a violência contra a mulher ainda acontece. Para diminuir o sofrimento dessas mulheres e evitar novos agravos, estamos apoiando técnica e financeiramente a implementação de serviços de saúde capacitados para atender mulheres vítimas de violência. Até 1995, existiam no País apenas 8 desses serviços. Ao final do ano 2000, eles já totalizavam 44.



Estes resultados ainda iniciais demonstram que é possível resolver a maioria dos problemas que afetam a saúde da mulher. Determinação política só não basta. É preciso que cada profissional de saúde saiba da importância do seu trabalho e que a sociedade continue a participar, trazendo suas demandas e influenciando nas nossas decisões.

Sra. Presidenta, as palavras do Ministro José Serra demonstram a solidariedade do Governo em relação à mulher; demonstram, acima de tudo, a preocupação com o futuro deste País. É esta a política que o Presidente Fernando Henrique Cardoso define no seu governo, governando com os olhos postados no futuro. É esta política que o Ministro José Serra tão bem tem implementado no Ministério da Saúde, dando saúde aos brasileiros para que o Brasil possa ter um futuro garantido.

Sra. Presidenta Nair Xavier Lobo, na sua pessoa, parablenizo todas as mulheres brasileiras. Que elas tenham o vigor, a vontade, a determinação de luta que V.Exa. sempre teve, demonstrados no plenário desta Casa.

Muito obrigado.



Documento 32/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-14:22

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4543 DR. BENEDITO DIAS-PPB -AP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. DR. BENEDITO DIAS (PPB-PA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em determinadas datas e ocasiões a mulher é louvada, festejada, paparicada. Isso talvez se deva mais ao nosso sentimento de culpa por tê-las tratado tão mal ao longo da nossa história.

Durante séculos e milênios possivelmente a mulher foi tão-somente escrava do homem. Na Grécia antiga, de cultura e valores éticos ímpares, a mulher não teve seus direitos civis reconhecidos, embora estivesse muito à frente do que veríamos nas civilizações asiáticas, africanas e européias.

O homem vestiu-se da condição de provedor e relegou a mulher a um segundo e distante plano, o que em hipótese alguma lhe fez ou faz justiça. Enquanto fazíamos a guerra, elas traziam a paz aos nossos corações; enquanto nos



preocupávamos em dominar o mundo, elas criavam nossas crianças, colocavam ordem no lar, cuidavam das nossas enfermidades, rezavam, cantavam e choravam por nós. Sorriam com nossas vitórias e se entristeciam com nossas derrotas.

O tempo passava, os costumes mudavam, e elas lá, imutáveis, sombras das nossas sombras. E nós, tolos, não percebíamos que a elas é que tudo devíamos. Não percebemos, ao longo desta jornada sobre a Terra, que elas cresciam, se projetavam, ocupavam mais e mais espaços, até chegarem à posição que desfrutam hoje, que, se ainda não é a ideal — com certeza não é —, pelo menos já representa grande avanço em relação ao que existia antes. De tal modo que, no mundo, mulheres de grandeza ímpar gravaram seus nomes na história da saga humana. Só para citar algumas, Madame Quiri, Indira Ghandi, Madre Tereza de Calcutá e Joana D'Arc são nomes que tornam melhor e mais bela a história do mundo.

Mas há lugares em que a presença da mulher é tão vital que, sem ela, não seria possível imaginar um processo de ocupação humana, de implantação da civilização, de desenvolvimento econômico e até de alargamento das fronteiras nacionais. É o caso do Amapá, meu Estado. O Amapá é tão distante dos centros de decisão do Poder Nacional que não é incomum encontrar-se autoridades de alto coturno que sequer sabem, exatamente, onde fica aquele importante e rico pedaço do Brasil. Fica no extremo norte de nossa Pátria querida; faz fronteira com a Guiana Francesa, herança do processo de colonização do antigo império gaulês. É lá que começa o platô das Guianas.

Lá está o maior banco camaroneiro do mundo; lá ficam as últimas grandes jazidas de minérios ainda por explorar em solo pátrio. Na beira dos rios, dos igarapés, no coração da mata amazônica, nos campos de cerrado — que os temos também —, nas aldeias indígenas, nos povoados, nas pequenas cidades, é onde a presença da mulher se faz tão importante, tão necessária. Não fossem elas, o Brasil não contaria como seu aquele importante e rico pedaço da terra verde e amarela.

Lá é que estão as mulheres lavadeiras, as agricultoras, as mineradoras, as pescadoras, as mães de famílias caboclas, as parteiras da floresta, as benzedoras, que ainda curam — ou tentam — com seus processos medicinais dos tempos em que o homem europeu sequer sonhava em ali por os pés. É para elas, Vereadoras municipais, diretoras escolares, professoras — abençoadas professoras —, merendeiras, garis, costureiras, doceiras, cozinheiras, garçonetes, as que ocupam fatias expressivas do Poder Estadual e Municipal Amapá a dentro é que vai sempre, hoje mais do que nunca, a homenagem, a nossa rendição às suas virtudes, o nosso vergar de joelhos, honrado-as e nos desculpando pelos erros passados e presentes.

O Amapá teve e tem grande mulheres. Mesmo correndo o risco de sermos injustos, pois a memória nos trai quando menos se espera, nunca é demais



lembrar os nomes de Deusolina Salles Farias, professora, Vereadora de renome e de honradez jamais colocada em dúvida, mãe de família, amiga e mãe de todos os que batiam à sua porta; Yolanda Guerra, salvo melhor juízo, a primeira Vereadora macapaense; Helena Guerra, Vereadora com grande trabalho no Município de Macapá; Deputadas Estaduais Janete Capiberibe, Raimunda Beirão, Edith Medeiros; Deputada Federal Fátima Pelaes... São tantas as mulheres que têm e tiveram ação destacada na política local que não é possível citá-las todas. A elas o nosso reconhecimento pelo trabalho realizado, principalmente porque, por serem mulheres, têm, muitas vezes, que lutar em dobro para conseguir seus intentos.

Sr. Presidente, no Dia Internacional da Mulher, nossa maior gratidão às funcionárias públicas, às empresárias, às secretárias, às vendedoras, às assessoras, às jornalistas e a todas aquelas que tanto fazem para que o Amapá seja um grande Estado do Brasil.

Este é o nosso reconhecimento àquelas mulheres do Amapá.

Muito obrigado.



Documento 33/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-16:54

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4587 REGIS CAVALCANTE-PPS -AL

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES
COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Encaminhamento ao Presidente da República, pelo Partido Popular Socialista, de pedido de prorrogação do prazo de apresentação de emendas ao projeto de lei sobre a política de saneamento básico. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. REGIS CAVALCANTE (Bloco/PPS-AL. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, esse ato do Presidente Aécio Neves foi motivado por carta que o PPS encaminhou ao Presidente da República solicitando a prorrogação do prazo para apresentação de emendas ao referido projeto. Foi uma decisão importante do Governo acatar o pedido do nosso partido, com isso reforçando a necessidade da discussão desse projeto de saneamento.

Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, a homenagem que se faz hoje, mundialmente, a todas as mulheres pela passagem do dia que lhes é



internacionalmente consagrado não cumpre apenas esse papel simbólico de reconhecimento da relevância da data.

É também a oportunidade para fazer reflexões e um balanço da situação geral da qualidade de vida das mulheres do mundo todo, bem como a oportunidade de aproveitar a data para transformá-la em jornada de luta para que as grandes reivindicações do movimento das mulheres, que são muitas ainda, continuem tendo eco cada vez maior na sociedade.

Todos nós sabemos que as mulheres têm conseguido conquistas civilizatórias extraordinárias nas últimas décadas na busca de uma sociedade absolutamente equilibrada no plano dos direitos e deveres de homens e mulheres, indistintamente.

Porém, sabemos também que essas conquistas não atingiram por igual as mulheres do mundo todo, tampouco as mulheres do nosso próprio País. Há situações até, em determinadas regiões do planeta e em determinados segmentos sociais do Brasil, nas quais não há sequer o que comemorar se o assunto for o tema dos direitos da mulher.

Portanto, se temos razões de sobra para demonstrar uma profunda satisfação com o novo perfil da mulher brasileira, por exemplo, que a cada dia ocupa posições de importância decisiva no mercado de trabalho, no mundo da cultura e do trabalho e no mundo da política, temos, todavia, motivos para nos lamentar de situações deploráveis que continuam a afligir a maioria trabalhadora e excluída da nossa população, com reflexos ainda mais perversos para as mulheres e para os segmentos fragilizados da população, como é o caso das crianças, dos idosos e dos portadores de deficiência.

Chamo a atenção de todos para o fato de que na Capital do Estado de Alagoas, Maceió, que é minha cidade natal, muitas mulheres continuam parindo nas ruas e nas portas da delegacias de polícia, por falência das políticas de acompanhamento pré-natal e por negativa de acesso aos hospitais em decorrência da falência da política de saúde em todos os seus níveis.

E, mais insólito ainda, chamo a atenção de todos para o fato de que, até mesmo quando conseguem acesso aos hospitais públicos, mulheres continuam, em Maceió, tendo de dar à luz seus filhos no banheiro desses hospitais, por falta de leitos e outras deficiências inimagináveis em qualquer sociedade que queira apresentar padrões mínimos de civilização.

Essas e outras situações constrangedoras, como a prática disseminada do uso da violência contra as mulheres, às vezes até estimulada nos meios massivos da produção cultural de mau gosto, compõem um quadro, no Brasil, que temos a obrigação de denunciar e contra o qual nos rebelar diariamente, particularmente em ocasiões como esta.



Em nome do meu partido, o PPS, e em meu nome pessoal, queremos que este Dia Internacional da Mulher se transforme num dia de emoção especial e não naqueles dias rotineiros do calendário anual de eventos.

Há muito o que fazer para continuar combatendo sem tréguas a discriminação contra as mulheres e muito o que fazer para declarar tolerância zero para com a violência que se exerce contra elas das formas mais diversas.

Nosso País precisa continuar avançando com maior celeridade, para fazer chegar a todas as suas cidadãs o efeito das conquistas já obtidas no plano do respeito aos direitos da mulher, ao tempo em que precisa manter esse processo em andamento, para que essas conquistas cheguem ao ponto do equilíbrio total entre homens e mulheres em todos os aspectos da vida da sociedade.

Muita coisa há para ser feita nessa direção, e uma parte cabe indiscutivelmente à iniciativa parlamentar, que deve continuar atenta e não se contentar com o que já foi obtido até que a última mulher deixe de ser espancada, discriminada ou estuprada neste País.

Viva o Dia Internacional da Mulher!

A luta continua!



Documento 34/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-16:40

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4583 PEDRO FERNANDES-PFL -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS GRANDE EXPEDIENTE PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. PEDRO FERNANDES (Bloco/PFL-MA. Pela ordem. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, seria muito pouco uma única data para homenagear o verdadeiro sexo forte. Se hoje elas são maioria, por natureza são muito melhores que nós, homens. Na passagem do dia a elas dedicado, quero registrar o meu respeito, a minha admiração e a minha gratidão às mulheres do Maranhão. Mais que isso: o meu carinho. Sinto-me orgulhoso por ter vindo do meu Estado o exemplo de igualdade entre os gêneros masculino e feminino. Antes que se anteponha o estereótipo do conservadorismo nordestino, tão comum àqueles que ignoram a nossa realidade, digo aos menos avisados que no Maranhão elas já tomaram a fronteira há muito tempo. Não por acaso, a figura simbólica de maior destaque do nosso passado foi, eu diria melhor, é uma mulher: Ana Jansen. Em torno dessa senhora que um dia existiu em carne e osso construíram-se muitas lendas, algumas assustadoras, quem sabe até porque dispendo de um poder que não era usual nem às suas contemporâneas, nem às



suas antepassadas, inscreveu-se na história. Pela fibra, pela determinação, pelo poder.

Hoje, as mulheres, no Maranhão, assumem, pelo voto, o poder que buscaram e que merecem há muito tempo. Em que outro Estado um quarto da Assembléia Legislativa é formado por mulheres? Não fomos nós os primeiros a eleger uma mulher para o comando do Estado?

Qualquer preito, hoje, seria pouco. A mulher brasileira merece muito mais. Há muito ainda o que conquistar. A pobreza as atinge com maior contundência. A duplicidade de tarefas no binômio casa— trabalho exige que os companheiros sejam mais companheiros. A legislação avançou, mais ainda não o suficiente para mantê-las a salvo da exploração e do trabalho semi-escravo. A gravidez na adolescência, fruto da falta de informação, é um mal que atinge com maior contundência mães e filhas. Se há o que avançar, avancemos, pois.

Parabéns às mulheres brasileiras. Disponham deste meu mandato para seguir adiante, em suas lutas, em suas reivindicações. Viva o dia 8 de março! Vivam as mulheres brasileiras, todos os dias do ano, cada vez mais!



Documento 35/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-14:06

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4537 JOSÉ ANTONIO ALMEIDA-PSB -MA

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Artigo "Repensando o Estado com enfoque de gênero", da escritora Rose Marie Muraro, publicado pelo Correio Braziliense. Protesto contra o veto apostado pela Governadora Roseana Sarney, do Estado do Maranhão, ao Projeto de Lei 11 de 1999, sobre regulamentação do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Artigo "Conselho da Mulher: Não faço nem deixo fazer", de autoria do orador, publicado no Jornal Pequeno.

O SR. JOSÉ ANTONIO ALMEIDA (Bloco/PSB-MA. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, Dia Internacional da Mulher, não poderíamos deixar de homenagear as mulheres, evocando o momento trágico em que operárias norte-americanas, num 8 de março, há mais de um século, foram vítimas de cruel repressão e tombaram mortas, quando buscavam igualdade de direitos com os homens.



Ao falarmos em igualdade de direitos, a que as mulheres fazem jus, temos de levar em conta o fato de que elas, ainda hoje, apesar de serem maioria da população, estão sub-representadas nos diversos segmentos da sociedade brasileira. O exemplo palpável desta Casa mostra isso: as mulheres são apenas 6% dos membros da Câmara dos Deputados.

Políticas públicas têm de ser pensadas nesse diapasão. A Lei Eleitoral, que determina uma cota para a candidatura de mulheres, foi objeto de muito questionamento quando de sua edição. Houve até quem a considerasse inconstitucional.

Tive oportunidade até de debater o assunto em livro, comentando a lei do ponto de vista do Direito Eleitoral, e defendi o que defendo hoje: essa medida busca atingir a igualdade, partindo da desigualdade. Essas diferenças são necessárias, para alcançarmos a igualdade.

Sr. Presidente, nesse sentido, registro artigo publicado hoje no Correio Braziliense, de autoria da escritora e fundadora do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, Rose Marie Muraro, intitulado "Repensando o Estado com enfoque de gênero", elencando várias providências de políticas públicas que poderiam ser levadas em conta, objetivando alcançar o almejado não apenas pelas mulheres, mas por todos nós, a fim de vivermos numa real democracia.

Sr. Presidente, Srs. Deputados e, especialmente, Sras. Deputadas, neste pouco tempo que me resta, vou lamentar fato que ainda ocorre no meu Estado.

No Maranhão, governado por uma mulher, até hoje o Conselho Estadual dos Direitos da Mulher não foi instalado. Criado em 1989, pela Constituição Estadual, mas dependendo de lei de iniciativa do Executivo, esse Conselho até o momento não foi instalado, apesar de ter sido criado há mais de onze anos e de há seis anos ser o Executivo dirigido por uma mulher — é o assunto de que trato em artigo publicado hoje no Jornal Pequeno, sob o título "Conselho da Mulher: Não faço nem deixo fazer", cuja transcrição nos Anais requero a V.Exa., Sr. Presidente.

A Governadora vetou integralmente o Projeto nº 11/99, de autoria da Deputada Estadual Mara Jorge, que regulamentava disposição constitucional estabelecendo as atribuições e a composição do Conselho Estadual da Mulher. A Governadora, repito, vetou esse projeto com base no princípio da iniciativa reservada, visto que somente dela poderia ser a iniciativa de tal proposta. Pode ser, como digo no meu artigo, que S.Exa. tenha até razão do ponto de vista jurídico, embora não deixe de estar cometendo uma inconstitucionalidade por omissão. Mas, do ponto de vista político, é inaceitável que, passados mais de onze anos da promulgação da Constituição Estadual de 1989, ainda não tenha sido instalado no Maranhão, por omissão da atual Governadora dos governantes anteriores, o Conselho Estadual



dos Direitos da Mulher, um instrumento a mais na luta pela igualdade entre homens e mulheres.

Sr. Presidente, era este o registro que queria fazer em homenagem às mulheres neste 8 de março.

Muito obrigado.

ARTIGOS A QUE SE REFERE O ORADOR



Documento 36/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-14:16

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4541 MARÇAL FILHO-PMDB -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PELA ORDEM

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. MARÇAL FILHO (PMDB-MS. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o sexo frágil não tem medo de nada, dá sentença com a toga do juiz, comanda empresas gigantes, maneja o bisturi, a cada dia avança sobre feudos masculinos tradicionais, já aparece em tropas de choque da PM, comanda boeing, constrói prédios. A mulher encontra-se na ponta de um processo que está transformando a sociedade brasileira.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, comemoramos hoje o transcurso do Dia Internacional da Mulher, referência obrigatória de uma guerra vitoriosa, ocorrida no dia 8 de março de 1857, quando 129 operárias de uma fábrica têxtil de Nova Iorque paralisaram o trabalho reivindicando salário igual para função igual exercida por homem. Os patrões trancaram e criminosamente incendiaram a fábrica, matando carbonizadas as 129 operárias.



A data, 8 de março, foi, então, escolhida pela UNESCO, assinalando a primeira manifestação de mulheres organizadas em torno de reivindicações especificamente femininas, e foi batizada como Dia Internacional da Mulher, contando com eventos por todos os quadrantes da terra, trazendo à tona a questão feminina como ponto de discussões e polêmicas.

Sr. Presidente, as 80 milhões de mulheres brasileiras já representam mais de 50% da população brasileira, 51% do eleitorado, 90% dos educadores do País e 43% da força de trabalho nacional.

O tempo passou, os costumes evoluíram, e hoje um quarto, 25% das famílias brasileiras têm mulheres como chefes e fonte de renda única.

Mas, vergonhosamente, as mulheres ainda hoje são tratadas como minoria, são discriminadas, violentadas e desrespeitadas em casa, no trabalho e na rua, constituindo uma realidade humilhante, não obstante todas as conquistas das últimas décadas.

Até a década de 70, Sr. Presidente, a violência contra a mulher era tida como natural, fazia parte do cotidiano brasileiro. Nas últimas duas décadas, esta violência passou a significar um problema social, e foram criadas quase trezentas delegacias de mulheres em nosso País, com o ápice desta guinada feminina no Brasil sendo a campanha "Quem ama não mata". E, com tristeza, Sr. Presidente, registro que apenas a Delegacia da Mulher de Campo Grande, no meu Estado, registrou em todo o ano de 2000 1.898 casos de ameaça, estupro e agressão contra mulheres.

E vale ainda registro, Sr. Presidente, o fato de o estupro estar sendo crescentemente utilizado como arma de guerra, com as mulheres sendo violentadas sexualmente para humilhar, intimidar e derrotar o grupo inimigo a que pertencem, de acordo com recente estudo realizado pelo Comitê Internacional da Cruz Vermelha, num total desrespeito às regras humanitárias internacionais.

Mas, apesar de sua vulnerabilidade, as mulheres enfrentam melhor do que os homens as dificuldades e, com a emancipação das mulheres, o mais importante movimento social do século XX, Sr. Presidente, passaram a conquistar e ocupar espaços, disputar e entrar maciçamente no mercado de trabalho, acumulando bravamente a dupla jornada de trabalho, uma vez que quase sempre continuam responsáveis pelos afazeres domésticos e assumindo importante papel na mudança e no progresso da sociedade ao longo dos séculos.

No limiar do terceiro milênio, Sr. Presidente, as mulheres se apresentam com cara própria, sendo importante parceiras na construção do novo tempo em que homens e mulheres tenham, na prática, direito iguais garantidos e respeitados.



E, desta Casa, na qual apenas 35 Parlamentares são mulheres, num universo de 513, o que representa apenas 6,8% do total, registro as minhas homenagens às mulheres brasileiras e em especial às queridas mulheres do meu Estado, Mato Grosso do Sul, homenageando não só as mulheres de hoje, mas todas aquelas que fizeram história pelo tempo e pelo mundo afora, constituindo famílias e sociedades, lutando por conquistas, defendendo seus espaços e conquistando uma nova relação entre homens e mulheres, ficando para trás o tempo de relações de poder e posse.

Parabéns, mulher! Parabéns, mulher branca, mulher negra, mulher mulata, mulher índia! Parabéns, mulher das lavouras, dos canaviais, dos garimpos, dos campos e das cidades!

Parabéns, mulher mãe, mulher esposa, irmã, filha!

Mulher que está à beira do leito de um filho doente, assando o bolo do café da manhã, mulher que está nas escolas a formar mentes e consciências, a despertar o encanto da leitura e o prazer da escrita.

Parabéns, mulher que não escreve e que sequer recebeu instrução formal!

Parabéns, mulher que luta pelo direito à terra, pelo direito ao emprego, pelo direito à moradia e pelo direito à cidadania!

Parabéns, mulher que luta contra a miséria, contra a fome, contra a violência, maus-tratos, abusos e discriminação, com muito esforço e desprendimento.

Parabéns, mulher corajosa, mulher flexível, mulher forte!

Mulher... Luta, força, sensibilidade, intuição, emoção, conquista.

Parabéns, mulher: você tem nas mãos o poder da vida!



Documento 37/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-15:08

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4556 WILSON SANTOS-PMDB -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Solicitação às autoridades governamentais de providências para elucidação do assassinato de Padre Nazareno Lanciotti, no Município de Jauru, Estado do Mato Grosso. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Solidariedade aos familiares do Governador Mário Covas, do Estado de São Paulo.

O SR. WILSON SANTOS (PMDB-MT. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, quero falar da morte de um grande homem, que, nascido em Roma, durante 29 anos viveu no Brasil, e foi barbaramente assassinado no último dia 11 de janeiro, no Município de Jauru.

Padre Nazareno Lanciotti chegou ao Brasil em dezembro de 1971 e viveu 29 anos na pequenina cidade de Jauru, na Grande Cáceres, Mato Grosso, nas proximidades da divisa com a Bolívia. Padre Nazareno foi um dos líderes nacionais do Movimento Sacerdotal Mariano da Igreja Católica brasileira, que reúne milhões de fiéis no Brasil e no mundo afora.



O Movimento Mariano foi fundado no dia 8 de maio de 1972, na Itália, por Padre Góbbi. Foi quando Padre Góbbi rezava na Capelinha das Aparições, em Fátima, que Nossa Senhora o inspirou a conduzir os sacerdotes e fiéis ao seguro refúgio do seu coração imaculado.

No Brasil, Padre Nazareno Lanciotti, na pequenina Jauru, no Estado do Mato Grosso, praticamente fez tudo que aquela cidade possui. Foi o principal responsável pela construção do Hospital Nossa Senhora do Amparo e liderou a construção da primeira escola em Jauru, da Igreja Nossa Senhora do Pilar, do Santuário de Nossa Senhora de Fátima, do Abrigo dos Velhos. Dava assistência a mais de 57 comunidades rurais.

Foi esse padre, Sr. Presidente, que impediu que mais pessoas fossem assassinadas num dos mais sangrentos conflitos pela terra no Brasil, no episódio conhecido em Mato Grosso e no Brasil como Gleba de Mirassolzinho, que se caracterizou pela disputa de fazendas de propriedade de empresários paulistas que adquiriram aquelas terras e jamais as cultivaram, transformando-as em latifúndios improdutivos. De meados dos anos 70 até meados dos anos 80, camponeses organizaram-se e lutaram por aquele pedaço de terra. Mais de 200 pessoas foram assassinadas naqueles conflitos. O padre foi preso, espancado, mas era nele que os camponeses e as lideranças democráticas em meu Estado encontravam o primeiro, o segundo e o último refúgio.

O Papa João Paulo II já pediu ao Presidente Fernando Henrique Cardoso que apure esse episódio. Desta tribuna, quero solicitar ao Congresso Nacional que acelere as providências para a investigação desse crime. Já solicitei uma audiência ao Ministro da Justiça José Gregori, para tratar desse caso.

Não é possível, Sr. Presidente, que no início de um novo milênio assassinem um padre que nunca fez mal a ninguém. O Padre Nazareno foi assassinado dentro da casa paroquial por dois homens encapuzados, na presença de mais oito pessoas.

Ao encerrar meu discurso, quero também levar meu abraço a todas as mulheres do Brasil.

Em nome de uma negra africana que liderou um dos mais importantes quilombos deste País, Teresa de Benguela, em nome dessa negra líder do Quilombo do Piolho, ou Quilombo de Quariterê, em nome de toda aquela gente de Vila Bela, do meu amigo e ilustre Vereador Reinaldo Almeida, quero saudar as mulheres deste País.

Aproveito a oportunidade, Sr. Presidente, para mandar um abraço à família do Governador de São Paulo, Mário Covas, um dos mais completos homens públicos que o Brasil produziu, numa demonstração de que há muita gente boa e séria fazendo política.



Era o que tinha a dizer.



Documento 38/52

012.3.51.O Sessão Ordinária - CD 08/03/2001-15:32

Publ.: DCD - 09/03/2001 - 4566 LUIS BARBOSA-PFL -RR

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher ¼ 8 de março.

O SR. LUIS BARBOSA (Bloco/PFL-RR. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, não poderia deixar de registrar, nesta data, minhas sinceras e merecidas homenagens a todas as mulheres roraimenses e brasileiras pela passagem do Dia Internacional da Mulher.

Reverencio hoje a mulher, que sustenta, que busca, que luta, que já nasceu heroína e que, em todas as atividades, em todas as classes sociais, todos os dias, de todas as formas, nos ensina que é possível ser competente e firme sem perder a ternura, que é possível enfrentar os mais árduos desafios sem perder a suavidade.



A cada dia que passa, o papel da mulher em nossa sociedade se torna mais importante, imprescindível até. Não nos é mais possível imaginar, por exemplo, esta Casa sem a presença da mulher, seja a Parlamentar, seja a funcionária.

Gostaria de citar nomes de mulheres, roraimenses e brasileiras, que tiveram papel preponderante na história de nosso País, mulheres que alavancaram a luta pela igualdade de direitos, pela eliminação da discriminação de gênero e pela consolidação da plena cidadania das mulheres. Porém, temo que num deslize de minha memória me escape algum nome, e não posso cometer essa injustiça.

De toda forma, homenageio as mulheres deste imenso Brasil ao saudar as colegas Deputadas; as nossas colaboradoras nesta Casa; os órgãos de apoio e proteção à mulher, como o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, que conduz com coerência e eficiência seus trabalhos; e as delegacias da mulher, que combatem com zelo e firmeza os crimes e violências contra a mulher.

Esta Casa pode continuar a prestar verdadeiras homenagens à mulher cumprindo sua prerrogativa de legislar em favor da mulher brasileira, garantindo uma sociedade mais humana e igualitária.

Muito obrigado.



Documento 39/52

014.3.51.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2001-15:12

Publ.: DCD - 13/03/2001 - 4740 INOCÊNCIO OLIVEIRA-PFL -PE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. INOCÊNCIO OLIVEIRA (Bloco/PFL-PE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 8, transcorreu em todo o mundo o Dia Internacional da Mulher, e hoje, embora com algum atraso, quero trazer meu testemunho de apoio à luta pela sua emancipação política e igualdade civil.

Lembro as palavras da ex-Primeira-Dama e, na atualidade, Senadora dos Estados Unidos, Hillary Clinton, pronunciadas a 5 de setembro de 1995, em Beijing, por ocasião da IV Conferência Mundial das Nações Unidas sobre a Mulher: "Dê voz àquelas mulheres, em toda parte, cujas palavras seguem despercebidas."



E por que as mulheres em nossos dias constituem metade da população mundial e ainda hoje representam 70% da comunidade pobre e dois terços daqueles que ainda não aprenderam a ler e escrever?

Mãe, esposa, companheira, filha, irmã, educadora, operária, cidadã e líder, a mulher é matriz e fonte de toda a nossa vida.

No passado, quer no Ocidente, quer no Oriente, seu papel restringia-se ao lar e às atividades essencialmente domésticas. Nessa função, mantinha a unidade do núcleo familiar, contribuía para aumentar a renda da família, distribuía funções, educava os filhos.

A partir do século passado, os movimentos feministas, com a ação das chamadas "sufragistas" — defensoras do sufrágio universal — ganharam dimensão na Europa e nos Estados Unidos e repercutiram, intensamente, na América Latina, para garantir o acesso da mulher aos direitos políticos, de modo a proporcionar-lhe, através do voto, o acesso completo à vida pública.

Em 1873, Susan Anthony, condenada a pagar multa de 100 dólares por ter votado, "ilegalmente", nas eleições presidenciais norte-americanas, fez um discurso inflamado, no qual citava Webster, Worcester e Bouvier, intelectuais que definiam como cidadão, nos Estados Unidos, e de acordo com a Constituição, "uma pessoa que fosse habilitada a votar e assumir um cargo público". E perguntava, então, a sufragista americana: "Não são as mulheres, pessoas?"

A emancipação da mulher começara bem antes dos movimentos pela reivindicação do direito ao voto. Tivera início com a Revolução Industrial, na Grã-Bretanha, em meados do século XIX. Seu status social subiu e ela passou a disputar com o homem o mercado de trabalho, na regra — ainda hoje não totalmente aplicada — de "para trabalho igual, salário igual".

Abriram-se-lhe as portas das universidades, dos bancos, das companhias de seguros, das empresas privadas em geral, do serviço público. As duas Grandes Guerras — 14/19 e 39/45 — consolidaram definitivamente o novo papel da Mulher na sociedade, econômica e politicamente. Já não eram as mulheres casos raros e isolados de gênios na política, Eleanor Roosevelt; na ciência, Madame Curie; na literatura, Gertrude Stein, Virginia Wolf, Gabriela Mistral, Rachel de Queiroz; ou no magistério, mas talentos femininos que brotavam no dia-a-dia em todos os setores da atividade humana.

A sociedade pós-industrial e de informação, na qual vivemos, consagrou inegavelmente a mulher na linha de vanguarda da eficiência, produtividade e responsabilidade profissional, em todos os campos da atividade humana.



É bem verdade que a condição feminina ainda está, lamentavelmente, sujeita e subordinada a rígidos ditames legais em muitos países da África, Ásia e Médio e Próximo Oriente, por força de preconceitos religiosos e costumes inerentes a algumas culturas milenares, que insistem em degradar e rebaixar a mulher.

Numerosas organizações internacionais, como a World Watch e a própria Anistia Internacional, têm se empenhado em denunciar esse fato — inclusive as mutilações genitais — e o problema vem sendo amplamente debatido nos organismos das Nações Unidas, na UNESCO e na Organização Mundial de Saúde (OMS).

No Brasil, o trabalho infantil feminino vem sendo combatido. projetos como o Criança-Cidadã, em Pernambuco, conduzido por essa figura admirável que é o Dr. Nildo Nery dos Santos, Presidente do Tribunal de Justiça do Estado, têm ajudado a conscientizar a população na repulsa a qualquer forma de sujeição da menina, dentro ou fora de casa, em busca de sua recuperação e reinserção social.

Estou certo de que os novos programas sociais do Governo Federal, com ênfase no Bolsa-Escola, servirão a esse objetivo, com resultados a curto prazo.

Sr. Presidente, por mais que a mulher tenha conquistado novo status no seio da sociedade — na política, na economia, nas artes — , ela continua com a imagem indelével de companheira natural e complementar do homem. Poetas e escritores, ao longo do tempo, dedicaram-lhe páginas de ardente lirismo, como Lamartine, Byron, Victor Hugo, Almeida Garret, Machado de Assis, Cruz e Souza, Drummond, Mauro Mota, para citar, aleatoriamente, alguns nomes que me vêm à memória.

Era o que tinha a dizer.



Documento 40/52

014.3.51.O Sessão Ordinária - CD 12/03/2001-14:16

Publ.: DCD - 13/03/2001 - 4731 LUCI CHOINACKI-PT -SC

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Saudação às funcionárias da Casa ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Reivindicações da classe feminina.

A SRA. LUCI CHOINACKI (PT-SC. Sem revisão da oradora.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, cumprimento as funcionárias deste Poder Legislativo, que dia a dia prestam seu trabalho, muitas vezes despercebidas. Sem elas não haveria água nem café, não seriam divulgadas notícias, enfim, esta Casa não funcionaria. Ao lembrar o Dia Internacional da Mulher, 8 de março, deixo um carinhoso abraço a todas as mulheres que trabalham nesta Casa.

Lembro que a comemoração que ocorre no dia 8 de março surgiu a partir de um fato muito grave que aconteceu em 1857, quando 129 operárias foram queimadas vivas porque haviam reivindicado a diminuição de sua jornada de trabalho. Por essa luta, os senhores patrões atearam fogo na empresa e as queimaram.



Por coincidência ou não isso aconteceu na cidade de Chicago, nos Estados Unidos, país que hoje domina o Brasil e a América Latina, onde as mulheres ainda são oprimidas e se grita contra a violência que atinge o povo e as mulheres trabalhadoras.

Sr. Presidente, a partir dessa data, as mulheres de esquerda, lutadoras, intelectuais começaram a defender que seria necessário um dia internacional dedicado às mulheres para lembrar a violência, o crime cometido naquele 8 de março, e para que o fato não fosse esquecido em nenhum lugar do mundo.

A partir de então começamos a comemorar o dia 8 de março por três aspectos.

Primeiro, para denunciar a violência cometida contra as mulheres e a impunidade. Não é só nos Estados Unidos que se matam mulheres todo dia, mas também no Brasil. Até hoje os assassinos de Margarida Alves não foram punidos. Várias são as mulheres assassinadas diariamente. São mortas até por amor. Belo amor esse que justifica o assassinato de mulheres! Noventa e cinco por cento da violência cometida contra as mulheres é doméstica, ou seja, praticada por maridos, companheiros, namorados ou ex-namorados, e por vezes pelos próprios filhos, graças à impunidade.

Segundo, para lembrar que nós, mulheres brasileiras trabalhadoras e lutadoras, obtivemos conquistas. Há bem pouco tempo, em 1934, conquistamos o direito de votar e de nos candidatar. Conquistamos também o direito ao salário-maternidade e à aposentadoria. Mas isso ainda não basta. Nesta virada do milênio, neste começo do século XXI, precisamos estabelecer outros paradigmas, outros valores. Em primeiro lugar, é preciso parar de ver a mulher como mercadoria. Ela é um ser humano, tem corpo, coração, alma e uma cabeça capaz de pensar. A mulher não pode continuar a ser tratada como objeto. Acredito que a violência será banida a partir do momento em que ela for olhada como ser humano.

Precisamos travar uma grande luta contra os governos autoritários que nos querem tirar o salário-maternidade e a aposentadoria, um direito sagrado e universal. A aposentadoria não é só para os ricos.

Portanto, Sr. Presidente, no dia 8 de março, fomos às ruas lutar por um milênio sem opressão, pela cidadania da mulher e por um mundo de cooperação, humano, solidário, sem violência e sem a utilização da mulher para vender cerveja, carro de luxo, ou para ser exposta ao ridículo nas músicas que incentivam a violência.

Precisamos mudar, senão a espécie humana vai extinguir-se.

Esse é o chamamento que faço às mulheres e aos homens que entenderam que têm de participar dessa grande virada em prol da espécie humana.



Documento 41/52

016.3.51.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2001-15:20

Publ.: DCD - 14/03/2001 - 4902 LUIZ BITTENCOURT-PMDB -GO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Despropósito do banimento do uso do amianto no Estado do Mato Grosso do Sul e na União Européia. Elogio ao economista Luís Estevam, da Universidade Federal de Goiás, pelo depoimento sobre os embargos impostos ao uso do amianto no País. Conseqüências, para a economia do Município de Minaçu, Estado de Goiás, dos embargos à comercialização do amianto. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Assunção da Presidência do Tribunal Superior Eleitoral pelo Ministro Maurício Corrêa, do Supremo Tribunal Federal.

O SR. LUIZ BITTENCOURT (PMDB-GO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a guerra fria do amianto está movimentando as atenções da classe política de Goiás e já mereceu sucessivos pronunciamentos do eminente Senador Iris Rezende.

No Senado da República, esse líder do PMDB do meu Estado, partido ao qual também pertenco com muita honra, condenou o banimento do uso desse mineral,



fato que prejudica sensivelmente o Município goiano de Minaçu, onde estão localizadas talvez as maiores jazidas em território brasileiro.

O economista Luís Estevam, da Universidade Federal de Goiás, doutor em Economia pela UNICAMP, em depoimento publicado pela imprensa de Goiânia, classifica o embargo ao amianto como uma das facetas dessa nova estratégia de angariar vantagens econômicas a qualquer custo, tanto que existe algo de estranho na campanha contra o uso do mineral, e as opiniões divulgadas pela mídia provocam mais dúvidas do que esclarecimentos.

Diz o Sr. Luís Estevam que há muito a utilização do amianto é evitada em países europeus, porém a decisão do Governo de Mato Grosso do Sul de banir a comercialização do produto naquele Estado reacendeu uma velha discussão. Mostrou que a guerra fria está perigosamente se aproximando de Goiás, Estado responsável pela exploração da maior mina de amianto crisolita no País. A reserva goiana é a terceira do mundo, superada apenas pelas reservas da Rússia e do Canadá, com vida útil de meio século de produção nos moldes atuais.

Segundo afirma o economista Luís Estevam, a União Européia estipulou recentemente prazo para o banimento total de materiais de amianto nos países daquele bloco, alegando que a medida assegura melhores condições de saúde para seus habitantes e principalmente para os trabalhadores que lidam com o mineral.

De fato, a Organização Mundial de Saúde recomenda limites para inalação da poeira da fibra na ordem de 0,5 fibra/cm³, referência superada, evidentemente, nos canteiros de escavação das rochas de amianto. Mesmo assim, custa-me acreditar que a União Européia esteja de fato preocupada com os trabalhadores de Minaçu ou de outras jazidas de amianto do planeta. Seria, inclusive, fora de propósito, dado que as minas de carvão mineral ao Norte da Grã-Bretanha e nos vales carvoeiros da Alemanha — secularmente condenadas pelas doenças de inalação corrosiva — continuam operando, apesar de, segundo alguns especialistas, o risco de contaminação no interior delas ser muito grande, como as estatísticas históricas comprovam abertamente.

Diferentemente, os operários que trabalham nas cavas de amianto em Minaçu não têm contato direto com as fibras, e o processamento é realizado através de sistemas enclausurados, obedecendo a normas internacionais de segurança, além do que a empresa opera há mais de 30 anos na mesma atividade sem denúncia de contaminação generalizada.

Como se sabe, existe uma cadeia econômica de transformação do amianto no Brasil, com cerca de quinze empresas operando na industrialização do mineral em caixas d'água, telhas onduladas, placas de revestimento, tubos, pastilhas, painéis divisórios, lonas de freio e discos de embreagem, gerando mais de 200 mil empregos diretos e indiretos. Evidente que o banimento da utilização do mineral



pode anular o risco de contaminação dos envolvidos no processo. Mas saúde significa também condições de sobrevivência, garantia de emprego e bem-estar, principalmente em situação que envolve dezenas de milhares de famílias.

Sirvo-me, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de argumentos defendidos pelo economista Luís Estevam, mestre e doutor em Economia, que dirige um importante departamento de estudos da Universidade Federal de Goiás. Ele também levanta a tese de que o mais intrigante de tudo é a questão primordial da saúde pública e se pergunta: "Por que não levar em conta — ou mesmo questionar — os relatórios de pesquisa das reconhecidas universidades brasileiras que apontaram risco mínimo no processamento do mineral?" Ao contrário, o relatório que o Governo do Mato Grosso do Sul apresentou trata o amianto como se fosse material radioativo. Cita, como exemplo, o perigo enfrentado pelo mecânico que, durante a troca de pastilha do freio, "entra em contato com o pó que é produzido na frenagem". Nada que uma máscara de proteção adequada não resolvesse. Nessa lógica, banir o fumo, dada a altíssima incidência de câncer pulmonar, seria certamente mais eficaz para a saúde da população daquele Estado.

Na opinião do economista Luís Estevam, tudo indica que o embargo ao amianto tem caráter eminentemente econômico e seu banimento é uma das facetas do jogo comercial não-tarifário do novo século.

O prazo estipulado pela União Européia acaba incentivando a criação e a organização de empresas voltadas para a produção de substitutivos, seja de PVC, demais derivados do petróleo ou mesmo celulose. Afinal, um imenso mercado consumidor encontra-se à espera. Quem não se utiliza de materiais de amianto dia-a-dia? Na América Latina e na Ásia praticamente todos, do mais rico ao mais pobre cidadão.

Contudo, o mais importante é que Goiás pode ser um dos perdedores, embora não seja o único, dada a extensa cadeia de transformação do amianto no País. No caso de embargo nacional, em tese, o Estado continuará com o mercado externo, já que 60% da produção goiana continuam sendo exportados e somente o restante industrializado na região sudeste brasileira. A produção de 300 mil toneladas cairia para 120 mil anuais ou, em caso extremo, seria totalmente eliminada.

Vale ressaltar que a Organização Mundial do Comércio está perdendo, ao que parece, o comando das relações de troca entre as nações. Os acordos alfandegários e mesmo as barreiras tarifárias pouco significam diante dos boicotes não-tarifários. Acusações de subsídios ilegais, de monopolização, de produtos nocivos à saúde ou que prejudicam o meio ambiente tornaram-se argumentos impeditivos do livre comércio internacional. Incentivos governamentais à produção de aviões no Brasil e no Canadá, por exemplo, originaram retaliações em cadeia, culminando em acusações de contaminação do rebanho brasileiro com a doença



da vaca louca. Sem dúvida, essa é uma das características que marcaram o século passado no registro do embate entre o socialismo e o capitalismo.

O novo século inaugurou outra forma de guerra entre nações, desta feita de caráter friamente comercial. E é o que está acontecendo no momento: ações de retaliação, como as do Canadá, interferindo na economia interna do Brasil e criando dificuldades ao nosso livre comércio com os países do mundo.

Tem razão o economista Luís Estevam quando, em seu depoimento sobre a questão do banimento do amianto, muito bem situa a posição dos goianos em face do momentoso problema. Há, inquestionavelmente, um vigoroso lobby em funcionamento contra os interesses de Goiás. A sociedade organizada vai participar desse debate, e a empresa que explora o amianto em Minaçu terá relevante papel nessa luta, porque irá mostrar as precauções que toma na operação e no processamento do mineral.

Por tudo isso, louvo e aplaudo o testemunho que, em boa hora, o economista Luís Estevam, doutor pela UNICAMP, oferece à nação sobre o banimento do amianto da cidade de Minaçu no meu Estado, Goiás. Que fique nos anais da Câmara Federal como um alerta à Nação e às futuras gerações.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, permitam-me, sem embargo da tardança, pois deveria ter-me pronunciado a respeito durante a sessão da Câmara Federal realizada no dia 8 do mês em curso, tributar minha homenagem à mulher, sobretudo à mulher brasileira, especialmente à de Goiás, meu Estado natal, mulher valente e guerreira que se tem destacado no exercício das mais variadas atividades.

De início, destaco a figura de Damiana da Cunha, neta do cacique Angraiochá e de Xinerequá, nascida em 1779 e falecida em 1831. Dócil, viva e inteligente, cresceu em ambiente fidalgo, despertou a admiração de Saint'Hilaire, que nela reconheceu coragem, retidão de caráter, personalidade e firmeza da raça. Foi uma índia de Goiás que dividiu sua existência entre o sertão e o mundo civilizado, que uniu o seu destino ao do homem branco, mas que antes da iminência do perigo de sua gente, se punha nua, pintava o corpo e se embrenhava pela floresta com os seus e pelos seus.

Biografada pela escritora Célia Coutinho Seixo de Brito, no livro "A Mulher, a História e Goiás", ela foi "uma heróica filha das florestas e expirou lutando pela civilização e liberdade dos seus irmãos silvícolas que tanto soube compreender e amar".

Reverenciando a memória dessa admirável mulher brasileira, uma índia de Goiás, não me furto também ao dever de prestar a minha homenagem à poetisa Cora Coralina, a magistral doceira de Vila Boa, que encantou o Brasil com os seus belos versos, sempre impregnados de forte acento social em defesa dos excluídos



e marginalizados da sociedade. Como ela, no plano da literatura, estão as luminárias figuras de Regina Lacerda, estudiosa de nosso folclore, pesquisadora e mulher de fulgurante talento de projeção nacional, que merece o maior respeito e o melhor apreço de todos os goianos. E ainda, no mesmo segmento cultural, está a personalidade marcante de Nelly Alves de Almeida, recentemente falecida, autora de livros de análise crítico-pedagógica sobre a obra de Guimarães Rosa, Mário Palmério, Carmo Bernardes, Eli Brasiliense e Bernardo Élis.

O Estado de Goiás dispõe de uma Academia Feminina de Letras e Artes, hoje presidida pela escritora Ana Braga, em cujo programa de ação se insere o objetivo permanente de promover a difusão cultural dos talentos femininos. Da instituição participam mulheres do estofa de Nice Monteiro Daher, Augusta Faro Fleury de Melo, Marilda Godói de Carvalho, Célia Siqueira Arantes, Áurea Cordeiro de Menezes, Lena Castelo Branco Ferreira Freitas, Maria Augusta Callado, Gilka Vasconcelos Ferreira, Maria Narcisa de Abreu Cordeiro Pires, Lygia Rassi e muitas outras de inegável inteligência a serviço das letras e das artes, além de musicistas da categoria internacional de Belkiss Spenciere Carneiro Mendonça, laureada no Brasil e no exterior, merecedora inclusive de constantes missões de intercâmbio cultural atribuídas pelo Itamaraty. Como historiadora, artista plástica e cronista, destaca-se, do mesmo modo, a vilaboense Célia Coutinho Seixo de Britto, esposa do ex-Deputado Estadual e ex-Prefeito de Goiânia, o médico Hélio Seixo de Britto, uma das mais respeitáveis personalidades goianas, hoje contando com a idade de 91 anos.

Três mulheres integram a bancada de Goiás na Câmara Federal, nossas ilustres companheiras Nair Xavier Lobo, Lúcia Vânia e Lidia Quinan, Parlamentares que exercem com espírito público os seus deveres políticos e sociais. E na Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, ocupando cadeiras em diferentes partidos, estão sete mulheres que representam o seu eleitorado e defendem as suas convicções com todo o vigor do idealismo político. Por isso, nesta tarde, com breves palavras, faço a minha justa homenagem à mulher de Goiás, mulher que honra as nossas tradições, dignifica o Brasil e se orgulha da sua condição de guerreira autêntica na luta pela liberdade, pela democracia e pelo respeito continuado aos valores ético-morais inerentes à dignidade da pessoa humana.

Assim, deixo registrada nos Anais desta augusta Casa minha homenagem à valorosa mulher goiana, evocando a individualidade firme da índia Damiana da Cunha, a primeira brasileira a defender os irmãos de raça, heroína que marcou sua vida com gestos e atitudes capazes de assegurar seu lugar na galeria das mais notáveis figuras de nosso País.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, por fim, com muita honra e por dever de justiça, quero registrar a assunção do eminente Ministro Maurício José Corrêa à Presidência do Tribunal Superior Eleitoral, onde tem assento na qualidade de integrante da Corte Suprema do País.



Jurista ilustre, nascido em Minas Gerais, por longo tempo exerceu em Brasília a atividade forense, militando em sua nobilitante profissão de advogado. Foi S.Exa., no continuado ofício de sua atuante advocacia, intemorato defensor das liberdades civis, constante intérprete das aspirações comuns, pioneiro da nova Capital da República e operoso servidor da comunidade, sempre à frente de iniciativas e promoções de caráter social.

O Ministro Maurício José Corrêa chegou ao Supremo Tribunal Federal no Governo do ex-Presidente Itamar Franco, depois de haver exercido o mandato de Senador pelo Distrito Federal. Teve, no Congresso Nacional, brilhante atuação, sobretudo no desempenho de importantes atividades na Comissão de Constituição e Justiça, da qual foi um dos mais ilustres membros. Na Constituinte de 1988 participou de longas discussões a respeito de relevantes problemas de natureza jurídica, contribuindo com sua abalizada opinião para a definição de várias questões polêmicas, afinal dirimidas e inseridas no texto da Magna Carta em vigor.

Jurista de alto coturno, bastante experiente na lida cotidiana dos códigos e das leis imperantes, homem de extraordinária visão e que muito bem sabe dimensionar o Direito e adequá-lo à Justiça, o Ministro Maurício José Corrêa, formado à luz do ensino de mestres consagrados na sua área, tem sabido orientar com inteireza sua missão em nosso Pretório Excelso, sem dúvida contribuindo na fixação de doutrina e jurisprudência, eis que a seu tempo de cátedra judiciária sempre se dedicou e foi afeito ao estudo de lições daqueles que estão à frente da produção do Direito e das normas. S.Exa. consagra, assim, é verdade, a tradição jurídico-política de Minas Gerais, que tem oferecido ao País vultos insignes considerados exemplos para a história do pensamento brasileiro.

Ministro da Justiça e Senador da República, com retidão e elevada postura cívica, o jurista Maurício José Corrêa aportou ao Supremo Tribunal Federal com uma folha de assinalados serviços prestados ao Brasil, especialmente no campo da defesa intemorata da sua classe, dirigente que foi da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção do Distrito Federal. Foi, por assim dizer, um homem público de exemplar postura, dado que portador de virtudes qualificadoras de sua boa cidadania a serviço dos interesses do País.

Escolhido pelos seus pares para presidir o Tribunal Superior Eleitoral, o Ministro Maurício José Corrêa certamente prestará inestimável colaboração a essa Corte de Justiça de que participam homens do Direito e da Lei da mais absoluta integridade, profundos conhecedores do sistema vigente, juízes que enobrecem sua toga e se impõem ao respeito da Nação. Felicito, pois, o eminente jurista que, tendo sido parlamentar e militante cotidiano da advocacia, reúne efetivas condições de inteligência e de valor pessoal para mais ainda dignificar o referido colégio judiciário.

Que os Anais da Câmara Federal acolham este meu registro sobre a assunção do Ministro Maurício José Corrêa ao mais alto posto da nossa Justiça Eleitoral,



registro que faço em homenagem a um homem do Direito e da Lei que merece a nossa admiração mais respeitosa.

Era o que tinha a dizer.



Documento 42/52

016.3.51.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2001-14:52

Publ.: DCD - 14/03/2001 - 4880 DAMIÃO FELICIANO-PMDB -PB

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Homenagem à Presidenta da Federação Paraibana de Futebol, Rosilene Gomes, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Preocupação com a possível extinção da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

O SR. DAMIÃO FELICIANO (PMDB-PB. Sem revisão do orador.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho à tribuna para falar sobre dois assuntos. Primeiro, em função da passagem do dia em que se fazem respeitáveis alusões à mulher, quero homenagear a Dra. Rosilene Gomes, Presidente da Federação Paraibana de Futebol.

Primeira presidente de uma federação de futebol no mundo e a única no Brasil, a Dra. Rosilene Gomes está há mais de dez anos à frente da Federação Paraibana de Futebol. Como integrante de delegações brasileiras, já visitou 38 países, é madrinha dos clubes amadores do Estado e, com nosso apoio, mas, acima de



tudo, por sua força e determinação, conseguiu levar novamente à Paraíba a Copa dos Campeões, que será realizada em junho deste ano.

Por isso, neste momento em que tanto se chama a atenção para o crescimento, desenvolvimento e progresso da mulher na sociedade brasileira e mundial, quero tomar como protótipo a Presidente da Federação Paraibana de Futebol e dizer-lhe para continuar com seu trabalho que tanto alegra e, acima de tudo, orgulha o povo paraibano.

Sras. e Srs. Deputados, quero chamar a atenção para um outro assunto de fundamental importância. Ainda há pouco, vários colegas falaram desta tribuna sobre atos de corrupção que estão ocorrendo em todo o País. Daqui a pouco, outros também falarão sobre esse mesmo assunto. Entretanto, estou perplexo — e olhem que faço parte da base governista — com o seguinte. O Ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que é meu amigo, detectou corrupção na SUDAM e simplesmente mandou fechar o órgão para transformá-lo numa agência. Estou preocupado. Esse é um assunto que interessa a nós, nordestinos, porque há suspeição também sobre a SUDENE — Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

Ora, o Nordeste já é uma região castigada, discriminada no que se refere à questão orçamentária, à alocação de recursos. Se há suspeita de corrupção, é necessário, Sr. Ministro — e apelo também ao Presidente da República —, que ela seja apurada e que se punam os culpados, mas não o órgão, que é uma referência importante para a região.

Por que acabar com a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste? Sr. Ministro, se acabarmos com todos os órgãos suspeitos de corrupção, onde iremos parar?

Portanto, solicito à bancada do Nordeste que não deixe fechar esse órgão. Precisamos de recursos para que o Nordeste se desenvolva, para diminuir o fosso existente entre os dois Brasis: o Sul Maravilha e o Nordeste que sofre à mercê desses recursos.

Sr. Ministro, não feche a SUDENE. Apure as denúncias de corrupção, puna os culpados e envie recursos para o Nordeste, porque ele precisa.

Muito obrigado.



Documento 43/52

016.3.51.O Sessão Ordinária - CD 13/03/2001-15:04

Publ.: DCD - 14/03/2001 - 4881 MANOEL VITÓRIO-PT -MS

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Oportunidade de reflexão acerca de discriminações salariais praticadas contra a classe feminina no País, ao ensejo do transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Impunidade dos responsáveis pelo assassinato da ex-Prefeita Dorcelina Folador, do Município de Mundo Novo, Estado de Mato Grosso do Sul. Encaminhamento de indicação ao Ministério dos Transportes para adoção de medidas de proteção à fauna e à flora nas áreas atingidas pela construção de rodovias federais no Pantanal Sul-Mato-Grossense. Apresentação de projeto de lei sobre alteração de dispositivo do Código de Trânsito Brasileiro.

O SR. MANOEL VITÓRIO (PT-MS. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no Brasil, embora as mulheres já possuam nível de instrução superior ao dos homens, persiste a discriminação e sua remuneração é inferior tanto no comércio quanto na indústria, tanto na área de serviços quanto na administração pública.



Não se pode negar um aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, em todas as profissões, mas sua inserção é desigual, pois o emprego feminino tem remuneração inferior ao masculino.

Neste 8 de março, dia dedicado à luta da mulher, é importante que todos façamos uma reflexão sobre o grave problema da segregação por gênero. As diferenças consideráveis entre a remuneração dos homens e a das mulheres são questões de direitos humanos que têm conseqüências na economia como um todo. E todos perdem.

Homens e mulheres têm que ter os mesmos direitos. Têm que ter igual acesso à educação, ao trabalho, à propriedade e ao crédito. É isso que fortalece a economia. É isso que fortalece a democracia.

Sr. Presidente, gostaria também de fazer referência a Dorcelina Folador, Prefeita de Mundo Novo, no nosso Estado, Mato Grosso do Sul, assassinada em 1999. Nenhuma homenagem à mulher pode esquecer que seus assassinos continuam impunes. O processo aberto pelo Ministério Público de Mundo Novo já conta com 4,1 mil páginas. Passado um ano e quatro meses do crime, os culpados ainda não foram a julgamento devido às constantes solicitações de arrolagem de novas testemunhas, exigidas pelos advogados dos acusados nesse bárbaro crime cometido contra uma mulher e Prefeita de Mundo Novo. Já decorreu tempo suficiente para que a Justiça defina a pena de todos os implicados no crime.

Na semana passada, as companheiras integrantes do Núcleo das Mulheres do PT, de Mato Grosso do Sul, apresentaram um abaixo-assinado exigindo que o crime não caia no esquecimento e cobrando o julgamento. O Comitê Dorcelina Vive, criado após sua morte, também cobra mais agilidade da Justiça no caso. Em carta aberta à população o Comitê lembrou a luta política e social de Dorcelina, deficiente física, fundadora do Partido dos Trabalhadores em Mundo Novo e defensora dos direitos da mulher.

Nessa homenagem à mulher por sua luta não poderia deixar de evocar a memória da companheira Dorcelina Folador. É preciso fazer justiça e punir os assassinos da companheira.

Sr. Presidente, peço vênias a V.Exa. — uma vez que terei compromisso logo mais com a comunidade indígena de nosso Estado e de outras regiões do País, juntamente com a bancada do Partido dos Trabalhadores — para encaminhar à Mesa requerimento de minha autoria sobre o envio de indicação ao Ministério dos Transportes relativo à implantação de medidas de proteção à fauna nas rodovias que atravessam o Pantanal Sul-Mato-Grossense. Temos cerca de 20% de todas as espécies conhecidas, segundo nossas justificativas.



O Brasil é seguramente um dos países de maior biodiversidade do planeta. São 522 espécies de mamíferos, 1.622 de aves, 516 de anfíbios e 468 de répteis. Só os primatas perfazem 55 espécies, o que corresponde a 24% do total mundial.

Sr. Presidente, não vou ler o requerimento na totalidade, porque há também o encaminhamento de projeto de lei, que considero de muita importância para o País, que altera a redação do inciso II do art. 143 da Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro.

É fundamental aprovarmos esse projeto de lei. Solicitarei apoio a todos os Deputados e Senadores para sua aprovação. Não há sequer um cidadão no Brasil que não tenha irmão, primo, parente, amigo, um ente querido que não sofreu com a verdadeira guerra que é o trânsito no Brasil. No ano passado, pelo menos 6.525 pessoas morreram em acidentes nos 56 mil quilômetros de rodovias federais. Outras 20.593 pessoas vítimas de acidentes graves ficaram mutiladas. Ocorreram 110.146 acidentes em todo o país.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. divulgação nos órgãos de comunicação da Casa não só do meu pronunciamento com relação à mulher, pela sua importância, mas também das duas proposições que estou encaminhando à Mesa: uma sobre a proteção à fauna e à flora nas rodovias do Pantanal e outra sobre a proteção à vida humana no trânsito brasileiro.

Era o que tinha a dizer.



Documento 44/52

017.3.51.O Sessão Ordinária - CD 14/03/2001-15:16

Publ.: DCD - 15/03/2001 - 5096 RITA CAMATA-PMDB -ES

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Desrespeito ao Estatuto da Criança e do Adolescente nas unidades da Fundação Estadual do Bem-Estar do Menor - FEBEM no Estado de São Paulo. Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. RITA CAMATA (PMDB-ES. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, em setembro de 1999, após uma série de rebeliões amplamente divulgadas pela imprensa, Comissão Externa composta por membros da Comissão de Direitos Humanos desta Casa e da Frente Parlamentar pela Criança e pelo Adolescente visitou as Unidades da FEBEM de São Paulo Imigrantes — já extinta — e Tatuapé.

Após as visitas, encaminhamos ao Governo do Estado de São Paulo, à Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo (Comissão de Direitos Humanos), ao Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente — Conanda, ao Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente de São Paulo, ao



Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de São Paulo, ao Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de São Paulo, à Comissão Nacional de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil, à Secretaria de Estado dos Direitos Humanos do Ministério da Justiça e ao Departamento Nacional da Criança e do Adolescente do Ministério da Justiça um relatório contendo análise da situação e um rol de propostas para solucionar o problema.

Mais de um ano se passou e infelizmente a situação continua estarrecedora. Das medidas propostas pela Comissão, somente a desativação da Unidade da FEBEM Imigrantes foi atendida.

Esta semana mais uma vez a violência no sistema FEBEM ocupa as primeiras páginas dos jornais. Desta feita, foi a violenta rebelião na Unidade de Franco da Rocha, que resultou na morte de um monitor e em inúmeros adolescentes feridos.

Já passou da hora de se dar um basta a isso. Todos sabemos que o sistema FEBEM é ilegal, desrespeita todas as normas jurídicas vigentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente determina em seu art. 259, parágrafo único, que compete aos Estados e Municípios promoverem a adaptação de seus órgãos e programas às diretrizes e princípios estabelecidos na lei. Isso não ocorreu no Estado de São Paulo. A FEBEM/SP funciona embasada em legislação da década de 70.

Passados mais de dez anos da promulgação do ECA, o Estado ainda não se adequou à lei no que diz respeito às unidades de internação para adolescentes autores de atos infracionais.

A estrutura em forma de presídio das unidades da FEBEM, que tem 53% de todo o contingente nacional de adolescentes infratores sentenciados, desrespeita o Estatuto da Criança e do Adolescente, que trata em seu art. 123 da necessidade de rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração e da obrigatoriedade de atividades pedagógicas.

É tão absurdo e desproporcional esse número, como é inadmissível e absurda a forma pela qual esses jovens são amontoados como animais nas unidades de internação.

O mais grave é que apenas 10,5% de um contingente de quase 4 mil adolescentes infratores paulistas internados cometeram infrações sujeitas a sentença de internação.

A FEBEM desrespeita a Resolução nº 46, de 1996, do CONANDA, que regulamenta o art. 88 do ECA, o qual dispõe sobre a medida socioeducativa de internação. Essa resolução é clara ao determinar que nas unidades de internação



será atendido um número de adolescentes não superior a quarenta; que em cada Estado essas unidades devem ter uma distribuição regionalizada e que cada unidade deverá estar integrada a serviços setoriais de atendimento de educação, saúde, esporte e lazer, assistência social, profissionalização, cultura e segurança, bem como atendimento jurídico continuado, orientação sociopedagógica e identificação civil.

É compreensível que a sociedade, por desinformação e medo, clame por medidas duras contra esses adolescentes, mas a forma correta de se enfrentar o problema é exigir das autoridades competentes o integral respeito e cumprimento da lei.

Infelizmente, no Brasil, as causas que levam crianças e adolescentes a cometer infrações só recebem maior atenção por parte da sociedade, governantes e da própria imprensa nos momentos de comoção e tensão social, quando nos sentimos ameaçados por jovens, que, de vítimas de uma estrutura socialmente injusta, se transformam em vitimadores.

Por diversas vezes já ocupei esta tribuna para discutir com os colegas esta questão, e por muitas vezes ainda, enquanto detiver um mandato, voltarei a insistir neste tema, sempre lembrando a esta Casa, ao Governo Federal e aos Governos Estaduais e Municipais da responsabilidade que temos para com a infância e a adolescência brasileiras e sempre lutando ao lado daqueles que diuturnamente se empenham em favor dos meninos e meninas do Brasil.

Queremos viver num país com segurança, com políticas preventivas, que evitem que jovens muitas vezes desprovidos de família e do convívio comunitário caiam na vida infratora. Agora, caso isso aconteça, desejamos que tenham instituições educativas onde possam ser orientados e ressocializados, para a reintegração na sociedade. Para isso, é preciso agir, mas agir cumprindo a lei. E infelizmente isso não vem ocorrendo.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, ainda quero tratar de outro tema. Tenho ouvido nos últimos dias que não é justo um dia especial para as mulheres, que esse dia não se justifica, porque as mulheres já conseguiram conquistar todos os espaços que queriam, que deveria haver um dia internacional para os homens, etc., etc.

A despeito de não pesar grande coisa esse tipo de comentário jocoso, um certo comichão de incômodo foi crescendo, e, como toda mulher que se preza, resolvi "chutar o balde".

Em primeiro lugar, podemos dizer a grosso modo que desde sempre todos os dias são dias do homem; em segundo lugar, a comemoração do 8 de Março não é uma concessão às mulheres, não se configura como uma espécie de cavalheirismo dos donos do calendário. Na verdade, nesta data mulheres morreram assassinadas, de forma truculenta, lutando por um mínimo de dignidade e condições decentes de



trabalho, e por isso se tornou um marco. Essa data é de luta! Em terceiro lugar, nós ainda não conquistamos tudo o que queremos. E mais, o 8 de março não é uma data temporária, que existirá apenas enquanto houver reivindicações e objetivos a conquistar.

Mas brindemos, pois, ao século que passou, em que, sem desmerecer as grandes lutas sociais desenvolvidas em nosso País, nenhum movimento social obteve mais vitórias que a emancipação feminina: somos 80 milhões; 11 milhões de mulheres sustentam a família sozinhas, 25% do total das famílias brasileiras; o nível de escolaridade aumenta, e em quinze anos dobrou no País o número de mulheres diplomadas em curso superior; dia a dia ocupamos espaços estratégicos até recentemente proibidos para as mulheres.

Ainda ganhamos menos exercendo as mesmas funções que os homens, e ainda sentimos a mão pesada da opressão. Infelizmente, 65% dos casos de violência contra a mulher acontecem entre parentes e têm como vítimas meninas, mães, esposas e namoradas. Mas, apesar da violência que ainda persiste contra as mulheres, homicidas ciumentos já não matam com desembaraço como no passado. Hoje, os agressores temem a cadeia, e as mulheres denunciam: entre 1993 e 1997, as denúncias aumentaram 600% em relação ao período entre 1987 e 1992.

Queremos a paz, a igualdade, queremos um mundo onde, em vez do olhar direcionado para as variações da bolsa, tenhamos o olhar feminino, guardião da vida, interessado em melhorar os índices de desenvolvimento humano, de emprego, de educação, de saúde.

Não queremos ser mais que os homens, não admitimos ser menos. Somos diferentes, fisicamente diferentes, assumimos isso e queremos respeito por isso. O respeito pela diferença. Mas somos iguais intelectualmente, e queremos a garantia dessa igualdade!

Ao comemorarmos mais uma vez o Dia Internacional da Mulher, ao brindarmos por conquistas alcançadas no século 20, ao nos prepararmos para as lutas que virão neste século XXI, sem deixar de lado as que ainda não terminaram, vêm-me com toda a intensidade e beleza as palavras de Cora Coralina:

Eu sou aquela mulher a quem o tempo muito me ensinou. Ensinou a amar a vida e não desistir da luta, recomeçar na derrota, renunciar a palavras e pensamentos negativos. Acreditar nos valores humanos e ser otimista. Creio na força imanente que vai gerando a família humana, numa corrente luminosa de fraternidade universal. Creio na solidariedade humana, na superação dos erros e angústias do presente. Aprendi que mais vale lutar do que recolher tudo fácil. Antes acreditar do que duvidar.



Documento 45/52

017.3.51.O Sessão Ordinária - CD 14/03/2001-15:16

Publ.: DCD - 15/03/2001 - 5094 EUNÍCIO OLIVEIRA-PMDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, fazendo menção ao dia 8 de março, dedicado internacionalmente à mulher, faço o meu registro de combate à discriminação da mulher no mercado de trabalho.

Reafirmando as transformações iniciadas no começo da década, entre 1994 e 1998, o mercado de trabalho passou por alterações expressivas. As informações da Pesquisa de Condições de Vida, realizada pela Fundação Seade, mostram que essas mudanças tiveram intensidade e, por vezes, sentidos diferentes para mulheres e homens. Como decorrência, aumentou a importância da parcela feminina na dinâmica do mercado de trabalho. Além disso, houve a inserção produtiva desse segmento.



No âmbito das mudanças, podem ser destacadas a intensificação da participação das mulheres na força de trabalho; o aumento continuado e intenso do grau de instrução da população feminina, tornando seu perfil de escolaridade mais favorável que o dos homens; o melhor desempenho do nível ocupacional, mostrando que as oportunidades têm sido maiores para elas do que para os homens; e um estreitamento da diferença de rendimentos entre mulheres e homens.

Entre as permanências, chamam a atenção a existência de uma taxa de desemprego muito mais elevada para as mulheres; a persistência de nichos ocupacionais e a obtenção de uma renda mais baixa pelas mulheres, qualquer que seja a forma de inserção.

A combinação desses processos indica que os diferenciais de gênero no mercado de trabalho tenderão a ser reduzidos se for possível transformar essas mudanças em instrumentos para romper as continuidades.

O momento é de incentivar os Conselhos dos Direitos da Mulher a formular diretrizes e promover políticas em todos os níveis da administração pública direta e indireta, visando à eliminação da discriminação que atinge a mulher; prestar assessoria ao Poder Executivo emitindo pareceres, acompanhando e controlando a elaboração e execução de programas no âmbito federal, estadual e municipal nas questões que atingem as mulheres; estimular, apoiar e desenvolver estudos e debates sobre a condição da mulher, bem como propor medidas de governo objetivando eliminar todas as formas de discriminação; sugerir ao Governador de cada Estado elaboração de projetos de lei que visem a assegurar os direitos da mulher, assim como eliminar legislação de conteúdo discriminatório; fiscalizar e exigir o cumprimento da legislação que assegura os direitos da mulher; promover intercâmbio e firmar convênios com organismos nacionais e estrangeiros, públicos e particulares, com o objetivo de implementar as políticas e os programas de conselho; receber e examinar denúncias relativas à discriminação da mulher e encaminhá-las aos órgãos competentes, exigindo providências efetivas; manter canais permanentes de relação com movimentos de mulheres, apoiando o desenvolvimento de atividades de grupos autônomos, sem interferir no conteúdo e orientação de suas atividades; desenvolver programas e projetos em diferentes áreas de atuação, especialmente programas de geração de emprego e renda; e incentivar e promover a participação e integração social e política da mulher.

A passagem do 8 de Março, Dia Internacional da Mulher, recorrentemente suscita a questão do papel que ela vem assumindo na sociedade brasileira. Do questionamento da função quase exclusiva de mantenedora da organização doméstica e cuidado dos filhos a problemas mais graves de abuso e assédio sexual e maiores e melhores condições de trabalho, a discussão da condição feminina está na ordem do dia.



É preciso propor um conjunto de ações visando a promover a igualdade de oportunidades entre mulheres e homens na função pública. Tal comprometimento origina-se na obrigação de cumprir e aperfeiçoar mandamento de preceito constitucional. A Constituição Federal de 1988, no seu art. 3º, IV, já estatui como um dos objetivos principais da República Federativa do Brasil "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação"; e o art. 5º, I, estabelece que "homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações, nos termos desta Constituição".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, é importante dizer ainda que muito deve ser feito. Um número cada vez maior de mulheres está assumindo a chefia das famílias brasileiras. Mesmo nas famílias constituídas dentro do modelo convencional, pai, mãe e filhos, a necessidade de colaborar nas despesas da casa acaba por exigir a participação de ambos os pais no mercado de trabalho. Isso obriga a grande maioria das mulheres a cumprir uma jornada desumana de trabalho, ao mesmo tempo em que a legislação vigente, no que tange aos mecanismos de apoio à mulher trabalhadora, não é devidamente cumprida ou fiscalizada.

Um exemplo é a questão da importância do aleitamento materno, que tem sido abordado principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento da criança nos aspectos nutricionais, imunológicos e psicossociais. Frequentemente essa divulgação é realizada por pediatras, obstetras, enfermeiras, psicólogos e até mesmo por órgãos mundiais ligados à saúde como o UNICEF e a Organização Mundial da Saúde. O que nos remete à questão do descumprimento da legislação: como a mulher trabalhadora pode contribuir com as campanhas de aleitamento materno se lhe faltam as condições básicas para tanto, tais como horários especiais ou creches?

Outra questão que muito nos preocupa é a prevenção de doenças nas mulheres. O que nos leva àquele que talvez seja um dos nossos maiores problemas de saúde pública. É inaceitável, com os avanços obtidos pela ciência médica nos dias de hoje, que mulheres ainda sejam vítimas fatais do câncer de mama e do câncer de colo uterino. O desafio oncológico para o século XXI é o fosso entre tudo o que podemos e o pouco que fazemos. É um paradoxo. Ou como disse Leonardo da Vinci: "A suprema desgraça ocorre quando a teoria ultrapassa a prática".

A síntese do passado, os vazios dramáticos e as descobertas científicas apontam fortemente para a direção necessária: saltar esse fosso. Devemos nos valer de um ramo da ciência médica nem sempre muito valorizado: a pesquisa operacional, que significa a busca do modo inteligente de organizar nossos conhecimentos, técnicas, instrumentos, fluxo de pacientes etc. para obter os melhores resultados.

Em outras palavras, devemos buscar a contínua otimização, tentar exaustivamente tirar os obstáculos que dificultam o processo de oferecer a todos as melhores condições de saúde, dentro de estratégias economicamente viáveis.



E isso é possível, mesmo com recursos escassos, quando há conhecimento, vontade política e continuidade.

Todos esses fatos nos direcionam para a estratégia do futuro: oferecer atendimento especializado a todas as pacientes com câncer, evitando erros no processo terapêutico; aumentar experiências clínicas controladas que constituem a forma moderna de tratar câncer e incluir um número cada vez maior de mulheres; garantir a abordagem por meio de equipes multidisciplinares; treinar novos especialistas formados como médicos e cientistas.

Mas, acima de tudo, oferecer acesso universal da atenção primária, com um atendimento integrado que inclua a solução dos sintomas, a prevenção e detecção das neoplasias mais comuns e graves em cada faixa etária. Assim, poderemos, em uma década, diminuir pela metade a mortalidade das mulheres brasileiras por câncer. Será um bom começo de milênio.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, a igualdade entre mulheres e homens não se realiza pela simples criação de leis ou convenções antidiscriminatórias. Não é fácil reduzir a diferença entre o Direito e a vida.

Dois aspectos têm suscitado preocupações recentes: o baixo nível de participação das mulheres nos órgãos de representação e decisão política; e o claro predomínio do trabalho feminino nas tarefas domésticas da vida familiar.

Penso que a questão igualdade versus diferença, que forma um dos centros dos debates feministas contemporâneos, pode ser glosada a propósito desta questão. Nomeadamente: as mulheres serão titulares dos mesmos direitos humanos que os homens, ou vice-versa? Serão vítimas das mesmas violações de direitos humanos que os seus parceiros masculinos? Está implícita, naturalmente, a verificação de que a norma, ou a neutralidade, é dada pelo homem; a possível exceção ou o desvio, pela mulher. Historicamente, é esta e a sua identidade que são de fato construídas como o outro, e o discurso jurídico, entre vários, ajudou decisivamente à segregação dessa atitude de alteridade. Ainda hoje a lei fala em geral de pessoas, só especificando o sexo quando se trata de mulheres.

Deverão os textos legais, por outras palavras, especificar injunções ou proibições de atos que adquirem diverso sentido consoante o gênero feminino ou masculino a que pertencem os seus autores ou as suas vítimas?

Quem sabe se um dia tudo isso parecerá tão natural e tão ultrapassado? No Dia Internacional da Mulher, ocorre refletir sobre os avanços da luta que as mulheres vêm desenvolvendo ao longo de séculos, sempre norteadas, quaisquer que sejam as formas através das quais se manifestam, por ideais de liberdade, justiça e igualdade.



Os ganhos são notáveis se nos contentarmos com o reconhecimento formal de direitos, com uma política de pacificação apostada em esbater os conflitos e a discriminação por meio de "recomendações" e "declarações".

Mas são irrisórios se pensarmos no grau de participação que temos na gestão da vida política e na condução da sociedade que somos.

E é inquietante a percepção de que as condições de vida se degradam e de que urge encontrar o equilíbrio, um equilíbrio que passa pelo esforço conjugado e empenhado de todos.

Nesta perspectiva, o Dia Internacional da Mulher simboliza justamente a luta pela igualdade de direitos entre homens e mulheres. E não se pode dizer que se trate de uma luta do passado. Apesar dos muitos avanços verificados durante este século, subsiste a distância entre a situação ideal e a situação real da mulher, como reconheceram todos os representantes de 189 países na 4ª Conferência Mundial das Nações Unidas sobre as Mulheres, em Pequim, no ano de 1995.

A necessidade de adotar medidas tendentes à proteção da mulher assenta na constatação objetiva e inquestionável de que a mulher é maltratada e não respeitada na sua dignidade enquanto pessoa.

Precisamos rever essa perspectiva.

Muito obrigado.



Documento 46/52

017.3.51.O Sessão Ordinária - CD 14/03/2001-14:36

Publ.: DCD - 15/03/2001 - 5079 LÉO ALCÂNTARA-PSDB -CE

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Participação da categoria feminina no cenário político-social. Importância da atuação da Comissão Parlamentar de Inquérito da Mortalidade Materna, da Casa.

O SR. LÉO ALCÂNTARA (Bloco/PSDB-CE. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, semana passada comemorou-se no mundo todo o Dia Internacional da Mulher, data que nos instiga a refletir sobre o papel do Congresso Nacional na defesa de uma agenda política de inclusão das mulheres no cenário político e social do País.

Certamente que o ideal seria que tal preocupação fosse desnecessária, isto é, que a participação da mulher na sociedade estivesse garantida e reconhecida naturalmente, mas não é isso ainda o que percebemos nas estatísticas econômicas e sociais. As mulheres do século XXI continuam sendo discriminadas, não obstante serem tão sujeitos da construção da história humana quanto os



homens. Apesar disso, ou talvez por isso, no mundo todo, as mulheres têm mostrado uma enorme capacidade de luta e de resistência.

E as mulheres têm conseguido boas parcerias na sua luta. A exemplo, uma análise da agenda do Congresso Nacional mostra que a apresentação de proposições de interesse das mulheres não é desprezível. De acordo com o Jornal Fêmea de fevereiro deste ano, no ano 2000 tramitavam 273 projetos de lei na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. A mesma publicação afirma que houve avanço na posição de 47 dessas propostas.

Um dado que chama a atenção nas estatísticas apresentadas pelo referido jornal é o seguinte: entre as proposições de iniciativa parlamentar, 73% são de Parlamentares do sexo masculino, o que permite supor que a questão feminina não é exclusiva da agenda das nossas colegas. Podemos concluir que a tendência no Congresso Nacional — e espero que em toda a sociedade — é de um processo de parceria entre os gêneros, o que torna a luta das mulheres muito mais profícua.

Ainda é muito pequena a representação feminina no Congresso Nacional — apenas 6% dos Congressistas são mulheres — , apesar de sabermos que o eleitorado feminino representa quase 50% do total de votantes no País. Tenho certeza de que a tendência dessa representação é a de crescimento, mas, enquanto esse processo não se efetiva, e sem perder de vista que uma representação mais equânime é vital, a estratégia de sensibilização dos Parlamentares masculinos para as causas femininas é, sem dúvida, muito importante.

Outro dado relevante na matéria do já citado Jornal Fêmea é o que trata da distribuição das propostas por áreas temáticas. Trabalho e previdência lideram com 32% das proposições, seguidos pelas áreas de saúde (22%), violência (15%) e direitos civis (13%). A maioria dos projetos da área de trabalho diz respeito a regulamentação ou ampliação de direitos trabalhistas e previdenciários, o que sugere que o processo de inclusão das mulheres no mercado de trabalho está assumindo uma trajetória adequada. Essa sempre foi uma área de imensas desigualdades e objeto de críticas e reivindicações dos movimentos feministas. Avanços são, portanto, muito bem-vindos.

Na área de saúde, o grande acontecimento foi certamente a CPI da Mortalidade Materna, antiga reivindicação dos movimentos das mulheres frente à alta incidência de morte materna no País. Instalada em abril de 2000 e, originalmente, com funcionamento previsto até o final deste mês, essa CPI está pedindo prorrogação de prazo exatamente pela complexidade e importância dos temas de que tem tratado. Durante as audiências públicas realizadas, foram ouvidas representantes do Ministério e de Secretarias de Saúde, dos Conselhos de Medicina, Promotoras de Justiça, professores universitários e usuárias dos serviços de saúde.



A CPI trouxe a público informações assustadoras sobre as causas de mortes maternas, destacando, entre as mais importantes, crises hipertensivas, hemorragias, complicações do aborto e infecções pós-parto. Constatou que a modificação do atual quadro de mortes está associado principalmente à melhoria da infra-estrutura hospitalar e ao ensino médico. Apesar dos consideráveis avanços dos últimos seis anos, ainda há muito para se fazer na área de políticas públicas de saúde com ênfase na mulher.

Na área de trabalho e previdência, vale destacar a proposição que garante licença-gestante às mães adotivas, bem como a luta das mulheres pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.626/89, que cria a categoria de empregada doméstica.

Finalmente, na área de direitos civis, eu ressaltaria as proposições que tornam gratuito o exame de DNA para investigação de paternidade para pessoas carentes. Não é preciso justificar a importância dessa matéria para a população feminina e, mais ainda, para um desconhecido exército de crianças que sofrem a discriminação de serem filhos sem pai. Já era hora de se estabelecerem limites ao sexo irresponsável.

Concluindo, Sr. Presidente e nobres Deputados, quero cumprimentar e homenagear todas as mulheres brasileiras, tão bem representadas aqui pelas minhas colegas Parlamentares, e reiterar meu compromisso com as causas femininas que contribuam para a redução da discriminação no Brasil.

Era o que tinha a dizer.



Documento 47/52

017.3.51.O Sessão Ordinária - CD 14/03/2001-14:56

Publ.: DCD - 15/03/2001 - 5085 CELCITA PINHEIRO-PFL -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. CELCITA PINHEIRO (Bloco/PFL-MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no último dia 8, tivemos comemorações em toda parte do Brasil e do mundo homenageando o Dia Internacional da Mulher. E hoje o Congresso Nacional fez uma sessão solene em homenagem a todas essas mulheres.

Queremos também, nesta oportunidade, homenagear as mulheres que serviram para alertar a humanidade sobre as desigualdades ainda existentes entre homem e mulher em todo o planeta. Em alguns lugares, com mais excesso e, infelizmente, nosso País está nesse contexto.



As leis dizem que os direitos devem ser iguais. Isso, no entanto, está ainda muito longe de se tornar realidade. Em toda parte a mulher continua sendo subjugada, humilhada e explorada.

Precisamos e devemos lutar para mudar esse quadro. Hoje temos no Congresso Nacional uma bancada feminina que vem trabalhando a fim de que haja direitos a mais para as mulheres e não direitos a menos.

É verdade que a mulher tem conquistado maior espaço na vida pública, nas universidades e na iniciativa privada. No entanto, continua, além da sua maior responsabilidade no processo de reprodução, com maior carga na administração da casa.

As pesquisas e dados estatísticos mostram que mesmo a mulher de maior poder aquisitivo e que tem auxiliares trabalha em média onze horas a mais por semana que os homens.

É até ridículo dizer-se isso, mas, independente do desempenho da economia, do nível de escolaridade e da função ou cargo exercido, as mulheres ganham menos que os homens. Temos registro de que, tomando-se por base a Grande São Paulo, principal referência do País, as mulheres ganham 70% dos salários dos homens.

Na indústria, a diferença está em torno de 56%. De acordo com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, em 1997, o PIB per capita das mulheres brasileiras era de 3.813 dólares, enquanto o dos homens foi de 9.205 dólares.

Não podemos conceber que sejam negados os direitos justos que as mulheres têm e não são respeitados, principalmente as das classes menos favorecidas, que sofrem todo tipo de violência.

Sabemos que há milhares de mulheres querendo estudar, mas não encontram oportunidade. Em Mato Grosso, meu Estado, muitas moças enfrentam filas para tentar uma vaga nas escolas e não conseguem porque o número de escolas é insuficiente.

De todos os direitos que as mulheres são privadas, o principal e mais grave deles é o direito à educação. Esse exemplo que acabo de citar sobre o que ocorre em Mato Grosso, temos certeza, acontece em todo o País.

E o que dizer do direito à saúde? É assustador o número de mulheres doentes por falta de um programa especial voltado para elas. Vemos um ou outro projeto aqui, outro acolá, mas, quando surgem, são apenas de medidas paliativas.



Falta um planejamento familiar mais eficaz e maiores esclarecimentos sobre o DST (Doenças Sexualmente Transmissíveis), onde se destaca também a AIDS.

E é por isso que muitos dos direitos das mulheres deixam de ser respeitados, e nosso tempo é pouco para enumerá-los. Como bem diz o tema deste Ano Internacional da Mulher: "Nenhum direito a menos! Direitos a mais".

Concluindo, Sr. Presidente, Sras e Srs. Deputados, quero registrar que o Dia Internacional da Mulher foi muito comemorado em meu Estado, Mato Grosso, com homenagens em vários Municípios lembrando todas aquelas grandes mulheres que participaram desse grande trabalho; com um encontro promovido pelo jornal Rosa Choque, onde todas as mulheres puderam expor seu trabalho.

Desta tribuna, quero prestar homenagem especial à mulher mato-grossense, principalmente àquelas que fazem trabalho voluntário, prestando relevantes serviços à comunidade.

Muito obrigada.



Documento 48/52

017.3.51.O Sessão Ordinária - CD 14/03/2001-15:16

Publ.: DCD - 15/03/2001 - 5102 ARY KARA-PPB -SP

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Comemoração do aniversário de emancipação político-administrativa do Município de Cachoeira Paulista, no Estado de São Paulo. Transcurso do Dia do Repórter - 16 de fevereiro.

O SR. ARY KARA (PPB-SP. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste mês de março comemorou-se, com muita justiça, o Dia Internacional da Mulher. Assim, parabenizamos todas as mulheres brasileiras, pelo muito que representam em matéria de luta, dignidade e dedicação em prol de uma sociedade mais solidária.

São inúmeros os exemplos de destacadas mulheres que, com seu trabalho e exemplo de vida, modificaram para melhor o curso da história. Poderíamos, nesta oportunidade, lembrar os heróicos acontecimentos ocorridos no ano de 1857, quando centenas de operárias norte-americanas morreram queimadas por



policiais em uma fábrica têxtil de Nova Iorque, pelo fato de estarem reivindicando a redução da jornada de trabalho e o direito à licença-maternidade.

Se hoje esses direitos sociais estão consagrados e fazem parte das relações trabalhistas, devemos essa conquista à coragem daquele grupo de valorosas mulheres. E foi exatamente em homenagem àquelas vítimas que no ano de 1911 foi instituída a comemoração, no dia de 8 de março, do Dia Internacional da Mulher.

De lá para cá, Sras. e Srs. Deputados, as mulheres tiveram inúmeras outras conquistas em todas as áreas sociais, aliando tais avanços com suas prerrogativas de mãe, irmã, amiga e confidente. Destacamos ainda a luta da mulher na sociedade, alcançando cada vez mais a igualdade de direitos. Mulheres que se dedicam às causas públicas, cotidianamente, defendendo as camadas populares.

Assim, queremos reafirmar neste momento a nossa disposição de continuar apoiando, no Congresso Nacional, as lutas e as causas das mulheres brasileiras, que se vêm destacando em todos os setores da sociedade, lutando intransigentemente pela valorização do ser humano e contra as desigualdades sociais, pelo respeito às liberdades individuais e pela valorização da família, a *cellula mater* da sociedade.

Só viveremos em uma sociedade realmente mais justa e mais solidária quando homens e mulheres tiverem oportunidades iguais em todos os setores, destacadamente nas atividades educacionais e profissionais, sem quaisquer discriminações ou favorecimentos por sexo, religião, nacionalidade. Essas são a nossa crença e a nossa esperança, que manifestamos da tribuna da Câmara Federal, ao parabenizar todas as mulheres brasileiras, no transcurso do Dia Internacional da Mulher 8 de março.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, abordarei agora outro assunto.

Aniversariou no dia 4 de março uma das mais simpáticas cidades do Vale do Paraíba: Cachoeira Paulista. Ela tem como padroeiro Santo Antônio, que lhe deu nome, quando era ainda uma freguesia.

Um dos mais prósperos Municípios paulistas, a querida Cachoeira Paulista, mantém vivas suas mais autênticas tradições, como a realização da festa religiosa dedicada a seu padroeiro, que atrai turistas de todos os quadrantes de nosso País.

Cachoeira Paulista, Sras. e Srs. Parlamentares, surgiu por volta de 1780, sendo considerado seu fundador o Capitão Manoel da Silva Caldas, português que viveu na Vila de Lorena. O núcleo primitivo foi uma capela construída em 1785, por onde



passavam as tropas que seguiam para Minas Gerais. Tornou-se freguesia em 29 de março de 1876, com o nome de Santo Antônio da Cachoeira, e vila em 9 de março de 1880, como Santo Antônio da Bocaina. Foi elevada à condição de cidade em 15 de maio de 1895, e em 30 de novembro de 1944 passou a chamar-se Valparaíba, recebendo sua denominação atual em 24 de dezembro de 1948.

Durante a Revolução Constitucionalista de 1932, Cachoeira Paulista foi praça de guerra e posto de abastecimento do famoso Trem Blindado. Hoje, passados todos esses anos, boa parte de sua renda vem da lavoura arroz, feijão, milho e mandioca e do seu numeroso rebanho de gado holandês. Possui também algumas indústrias de roupas, cerâmicas artísticas e telhas.

Suas principais atrações, além da tradicional Festa de Santo Antônio, são o Rio Paraíba, que divide a cidade em duas, tendo boa parte navegável e formando inúmeras ilhas; a Estação da antiga Estrada de D. Pedro II, construída em 1877 e uma das maiores existentes no Brasil, com 370 metros quadrados; a ponte metálica sobre o Paraíba, datada de 1875; o Museu Histórico e Pedagógico Dr. Costa Júnior; a Igreja Matriz de Santo Antônio e a de São Sebastião; e o Cachoeirão da Bocaina, com 80 metros de extensão e 20 metros de desnível.

Sr. Presidente, é com muita alegria e satisfação que fazemos este registro para os Anais da Câmara dos Deputados, cumprimentando todos os moradores, lideranças e autoridades de Cachoeira Paulista pelo transcurso de seu aniversário, no dia 4 de março.

Nossas sinceras congratulações à população desse aprazível Município, que vem unindo desenvolvimento e preservação de suas mais ricas tradições, firmando-se na região do Vale do Paraíba como localidade próspera, porém conservadora de sua história e de seu passado, motivo de orgulho para todos nós.

Parabéns, Cachoeira Paulista!

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, nesta oportunidade, quero dizer também que a notícia, como bem definiu Wilbur Schramm, é o básico da comunicação de massas. É o denominador comum que congrega pessoas diferentes em torno de questões de interesse geral. É a principal janela para a modernização das sociedades tradicionais e isoladas. É a senha para o conhecimento dos fatos pelo público, para a propagação de um acontecimento, desde algo banal até o que afetará a vida de milhões de pessoas.

E atrás de cada fato que se transforma em notícia, seja em um jornal, seja em uma emissora de rádio, seja nas telas da televisão, seja nos sites da Internet, está um profissional que não aparece, apesar de ser o constante coadjuvante de tudo quanto está ocorrendo em todo o mundo, virando informação a ser levada freneticamente para um público cada vez mais ávido por absorver mais e mais conhecimento: o repórter.



O jornalista, como bem disse Serge Tchakhotine, é um engenheiro de almas. Para ele, na complicada geografia do espírito, a imprensa exerce influência decisiva. Pode conduzir o homem para o despenhadeiro ou para uma eminência. Por isso é que continuam cada vez mais atualizadas estas palavras do eminente jurista brasileiro Rui Barbosa: "Cada jornalista é, para o comum do povo, ao mesmo tempo, um mestre de primeiras letras e um catedrático de democracia em ação. Bebidas com o primeiro pão do dia, as suas lições penetram até o fundo das consciências inexperatas, onde vão elaborar a moral usual, os sentimentos e os impulsos, de que depende a sorte dos governos e das nações".

A atividade de repórter, pela legislação brasileira, é inerente à profissão de jornalista, devidamente reconhecida pelo Ministério do Trabalho, e de formação acadêmica. Ser repórter, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, como relatam os mais conceituados jornalistas, é uma atividade que esses profissionais desempenham com grande prazer. Na labuta diária das redações, cumprindo pauta nos mais variados setores, correndo atrás da notícia e dos grandes furos, o jornalista se realiza como profissional.

Por isso gostaríamos, nesta oportunidade, da tribuna da Câmara Federal, de nos congratular com todos os jornalistas brasileiros pelo transcurso do Dia do Repórter, comemorado no dia 16 de fevereiro último. É o nosso reconhecimento a esses valorosos profissionais que militam em nossa imprensa e trabalham arduamente atrás dos fatos, para que possamos, ao ler um jornal ou uma revista, assistir televisão ou acessar a Internet, nos informar acerca de tudo quanto ocorre em nossa cidade, em nosso País e em todo o mundo.

Parabéns a você, repórter, pelo desempenho dessa profissão tão importante dentro da Comunicação Social, que é a de nos informar e ajudar na formação da opinião pública acerca dos fatos que ocorrem a cada momento, e que se perderiam ao sabor dos acontecimentos não fosse o trabalho do repórter, coletando dados, redigindo suas notas, registrando essas ocorrências, perpetuando-as como história viva, da qual todos nós somos coadjuvantes ou meros espectadores.



Documento 49/52

017.3.51.O Sessão Ordinária - CD 14/03/2001-18:58

Publ.: DCD - 15/03/2001 - 5196 TETÉ BEZERRA-PMDB -MT

CÂMARA DOS DEPUTADOS COMUNICAÇÕES PARLAMENTARES
COMUNICAÇÃO PARLAMENTAR

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março. Defesa de implantação de curso de enfermagem no campus da Universidade Federal de Mato Grosso no Município de Rondonópolis.

A SRA. TETÉ BEZERRA (PMDB-MT. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, neste dia de hoje, em que o Congresso Nacional realizou sessão solene para comemorar o Dia Internacional da Mulher, não poderia deixar de demonstrar minha satisfação por algumas conquistas que a mulher tem alcançado na vida brasileira.

Uma delas foi a garantia da participação mais igualitária na vida pública brasileira. Graças à Lei de Cotas, aprovada pelo Congresso Nacional há alguns anos, tivemos, nas últimas eleições municipais, grande avanço com relação à representação feminina nas Câmaras de Vereadoras.



Sr. Presidente, em 1992 havia pouco mais de 1.600 Vereadoras em todo o Brasil. Após a aprovação da Lei de Quotas, há hoje mais de 11 mil mulheres representando o povo nas Câmaras Municipais e Assembléias Legislativas, o que possibilitou participação mais efetiva da mulher na vida pública brasileira.

Sr. Presidente, desejo salientar que o Município mato-grossense de Guarantã do Norte, muito pequeno e ainda jovem, a mais de mil quilômetros distante da Capital, Cuiabá, na divisa com o Estado do Pará, possui na Câmara de Vereadores Municipal onze Vereadores. Desses, seis são mulheres. Acredito ser talvez o único Município brasileiro onde há maior participação de mulheres do que de homens.

Parabenizo as mulheres brasileiras por esse avanço. Teremos muitos a realizar com relação à violência que a mulher enfrenta no seu dia-a-dia, como também a sua qualificação para o ingresso no mercado de trabalho e em tantos outros aspectos.

Outra questão que eu queria abordar, Sr. Presidente, é que na segunda-feira foi realizada em Cuiabá, na Secretaria Estadual de Saúde, reunião com a presença do Prof. Paulo Speller, Reitor da Universidade Federal de Mato Grosso, do Secretário de Saúde Estadual, Júlio Müller, do Secretário de Saúde do Município de Rondonópolis, Sr. Francisco Lagos, do Deputado Estadual José Carlos do Pátio e outras autoridades, ocasião em que foi discutida a possibilidade da implantação de curso de enfermagem no campus da Universidade Federal de Mato Grosso no Município de Rondonópolis.

A implantação de mais cursos naquele campus avançado é grande anseio da população de Rondonópolis e de todos os Municípios circunvizinhos.

O Estado de Mato Grosso, assim como outros, tem encontrado dificuldades para colocar em prática programa extremamente interessante do Ministério da Saúde, o PSF, que, com certeza, vem atender o cidadão na sua necessidade básica, fazendo com que a saúde pública seja priorizada nos Municípios. E um dos maiores obstáculos que temos encontrado para montar as equipes, para o atendimento do PSF, é não dispormos de profissionais na área de enfermagem para compô-las.

Sr. Presidente, dessa reunião foi tirada proposta de elaborar projeto para sensibilizar tanto o Ministro da Saúde, José Serra, quanto o Ministro da Educação, Paulo Renato, e o Governo Federal, para que mais vagas sejam abertas na Universidade de Mato Grosso e, conseqüentemente, dirigidas ao Município de Rondonópolis, onde será implantado o curso de enfermagem.

Era o que tinha a dizer.



Documento 50/52

019.3.51.O Sessão Ordinária - CD 15/03/2001-15:18

Publ.: DCD - 16/03/2001 - 5509 NILTON CAPIXABA-PTB -RO

CÂMARA DOS DEPUTADOS PEQUENO EXPEDIENTE PEQUENO
EXPEDIENTE

DISCURSO

Sumário

Menção ao livro "Megatrends 2000", de autoria dos economistas norte-americanos John Naisbitt e Patricia Aburdene, sobre o avanço da presença da mulher nas posições de liderança no mundo político e econômico. Potencial da mulher contemporânea. Baixo índice de mulheres ocupantes de cargos públicos de destaque e de postos executivos empresariais no Estado de Rondônia. Homenagem às familiares do orador e às mulheres brasileiras pelo Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. NILTON CAPIXABA (Bloco/PTB-RO. Pronuncia o seguinte discurso.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, leio trecho do livro "Megatrends 2000", de autoria dos economistas norte-americanos John Naisbitt e Patricia Aburdene.

Depois de duas décadas de preparação silenciosa, depois de ganharem experiência e sentirem frustração com o predomínio masculino, as mulheres que trabalham estão à beira de uma mudança revolucionária. Mais velhas, mais



sensatas, mais numerosas e bem representadas em setores de ponta como a computação, finanças e publicidade, as mulheres estão prontas para romper as barreiras que as impediam de chegar ao topo. À medida que a década de 90 progrediu, o senso comum admitiu que mulheres e homens atuem igualmente como líderes de trabalho, e as mulheres alcançaram as posições de liderança que lhes foram negadas no passado.

É bom lembrar, Sr. Presidente, que as empresas, em sua origem, foram criadas por homens e para homens. No entanto, desde a Segunda Guerra Mundial, o número de mulheres que trabalham aumentou 300%. O princípio dominante da organização deixou de ser a gerência com o objetivo de controlar a empresa, e passou a ser a liderança com o objetivo de extrair das pessoas o que elas têm de melhor e de reagir rapidamente às mudanças. As tarefas das empresas mudaram e o mesmo aconteceu com a sua força de trabalho. Esta é talvez a principal razão pela qual o princípio orientador dos negócios mudou da gerência tradicional para a liderança, abrindo as portas para as mulheres.

Não é demais lembrar que a capacidade das mulheres extraírem das pessoas o que elas têm de melhor resulta, no meu entendimento, da milenar sabedoria posta em prática, no dia-a-dia, no ambiente do lar. A experiência vêm desde a acolhida no útero materno, passando pelo período da amamentação e dos cuidados dispensados na primeira infância. Haverá alguma dúvida sobre como as nossas mães exerceram influência sobre nossas infâncias e adolescências, e de como as nossas esposas o fazem nos dias atuais, com os nossos filhos, na formação de novos caracteres e na administração do lar? E os dias de hoje, aliás, são muito mais difíceis e tumultuados. A essência do ser mulher, de ser mãe, no dizer do poeta, "...é desdobrar fibra por fibra o coração".

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, com a economia de informação dominando o mundo desenvolvido, o contexto de trabalho é totalmente diferente. Se o homem foi o protótipo do trabalhador industrial, o trabalhador da era da informação é tipicamente uma mulher. E, neste aspecto, as mulheres dominam a sociedade da informação: 84% das mulheres que trabalham fazem parte do setor de informação e serviço.

As mulheres atingiram uma massa crítica nas profissões intelectuais. Elas já não são uma minoria simbólica. Seus valores e estilos de administração são mais próximos dos demandados pela era da informação. As mulheres podem ter saído perdendo na era industrial, mas já se estabeleceram nos setores do futuro. Tanto é que já estão liderando suas próprias empresas; e o número de empresas que estão sendo abertas por mulheres é mais que o dobro daquelas que estão sendo abertas por homens.

As mulheres podem e devem se orgulhar de serem protagonistas do Dia Internacional da Mulher, comemorado no dia 8 de março, e, no dia 13 de março, comemorado em sessão solene na Câmara dos Deputados. Há um estudo do



Banco Mundial que justifica este orgulho. Segundo este estudo, quanto maior a participação feminina nos contextos nacionais melhor é o país. A faixa desta participação é ampla, e vai da redução da corrupção, passando pela diminuição dos índices de pobreza até a aceleração do crescimento econômico.

A recíproca é verdadeira. Quando há maiores desigualdades em educação, emprego e direitos civis que são áreas estratégicas são maiores os índices de desnutrição, mortalidade infantil, corrupção, etc.

Nos últimos tempos as mulheres vêm quebrando quase todos os tabus, em praticamente todas as atividades. Eles respondem por 40% da força de trabalho mundial, mas ocupam apenas 20% dos postos de direção das empresas. Nos escalões mais altos esta participação ainda é menor. A média mundial de mulheres com assento nos parlamentos é de 14%, mas na África é de apenas 4%.

Nos Estados Unidos, segundo a Anistia Internacional, a cada 15 segundos uma mulher é espancada. Elas são mais perseguidas pelo desemprego, sobretudo na América Latina e na África. E assim por diante.

Confirmando o estudo do Banco Mundial, as desigualdades entre homens e mulheres são maiores nos países pobres, tendência que se sobressai ainda mais entre os mais pobres. Em contrapartida, cada ano a mais de escolaridade entre as mulheres resulta em melhor desempenho das crianças em compreensão de textos e testes de matemática, conforme constatação nos Estados Unidos.

Hoje em dia, em todos os países e em todas as atividades as mulheres sabem o que querem, e suas reivindicações, como no caso do Brasil, incluem prevenção à violência, legalização do aborto, fim das discriminações em locais de trabalho e até mesmo reivindicações de sem terra.

Resta a questão do trabalho doméstico, que dá às mulheres que trabalham fora dupla responsabilidade. A grande massa de mulheres, dedicada apenas aos afazeres domésticos, ver escapar-lhes a possibilidade de concorrer com os homens na vida profissional defasagem que desaparece à medida que assumem tarefas na vida profissional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, seria por demais cansativo, tantos foram os discursos de ontem sobre o tema, falar das conquistas que a mulher brasileira alcançou nas últimas décadas. No plano político, pela primeira vez tem o Brasil uma mulher governando um Estado: Roseane Sarney, no Maranhão. A maior cidade brasileira, São Paulo, já por duas foi governada por mulheres: Luiza Erundina e, agora, Martha Suplicy.

Vou concluir a minha fala, dizendo como ainda é pobre e pouco expressiva a presença da mulher de Rondônia à frente das áreas administrativas, de



representação política, da justiça e empresarial. Na rol de uma vintena de secretarias estaduais apenas duas estão sendo dirigidas por mulheres: a Secretaria de Estado da Educação e a Fundação de Amparo ao Menor Carente e Ação Social de Rondônia FASER, que tem nível de Secretaria.

Na administração dos 52 Municípios de Rondônia, apenas 4 são governados por mulheres: Cacoal, Sueli Aragão; Pimenta Bueno; Inês Zanol; Espigão do Oeste, Lúcia Tereza; Alta Floresta; Darcília Cassol.

Na Assembléia Legislativa Estadual, a presença da mulher está marcada pela presença da Deputada Milene Mota, que tem base política no Município de Rolim de Moura. Claro que haverá um número de mulheres, que não determino, de vereadoras nas Câmaras Municipais de meu Estado.

Ao finalizar o meu discurso nesta homenagem que faço às mulheres, gostaria de trazer à lembrança o Banco Grameen, ou Banco Rural, fundado por Mohamad Yunus. Tem hoje 1.100 agências e 12 mil funcionários em Bangladesh, e tem nas mulheres a sua maior clientela. A quase totalidade dos empréstimos é feita a mulheres (94%), e isso num país muçulmano! A explicação é simples, relata o ex-Ministro Rubens Ricupero: "(...) as mulheres são mais responsáveis, querem melhorar a vida das crianças e, por isso, adotam planos de longo prazo para garantir o futuro da família. Os homens não ligam para isso."

Concluindo o meu discurso, homenageio minha querida mãe, D. Ernestina, minha esposa Lucimar, companheira de todas as horas e de todas as lutas, e minha filha Natielly. Assim como elas, estou homenageando todas as mulheres brasileiras, em especial as do meu Estado de Rondônia.



Documento 51/52

018.3.51.O Sessão Extraordinária - CD 15/03/2001-10:24

Publ.: DCD - 16/03/2001 - 5410 MARIA DO CARMO LARA-PT -MG

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

A SRA. MARIA DO CARMO LARA (PT-MG. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho hoje à tribuna desta casa para homenagear o Dia Internacional da Mulher, celebrado no dia 8 de março último. Esta é, sem dúvida, uma oportunidade preciosa para refletir sobre a situação política, social e cultural das mulheres da nossa sociedade.

Inicio a minha reflexão fazendo coro a milhares de mulheres vindas de mais de cem países diferentes, das mais variadas etnias, que participaram do Fórum Social Mundial, realizado em janeiro, em Porto Alegre. Neste momento, associo-me a essas mulheres para dizer não à globalização capitalista e neoliberal e sim às alternativas de solidariedade, que pouco a pouco vão acabando com história muito antiga da exclusão feminina do verdadeiro exercício da cidadania.



Como diz o manifesto do Fórum Mundial, "um outro mundo é possível, mas construído com igualdade entre mulheres e homens". E se a globalização atual, além de neoliberal, é sexista, devemos lembrar-nos de que a luta pela liberação das mulheres é parte essencial da luta anticapitalista.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, devemos dizer não à divisão sexual do trabalho, à tripla jornada imposta às mulheres que, apesar de ocuparem postos importantes na iniciativa privada, nas artes e nos movimentos organizados, ainda recebem salários inferiores aos dos homens.

Como primeira presidenta do PT de Minas Gerais, aproveito a oportunidade para ressaltar a contribuição do meu partido para o fortalecimento das mulheres, para a expansão da cidadania feminina e para o aprofundamento da democracia, que, em sua essência, pressupõe a igualdade de direitos. Afinal, no nosso País, o movimento feminista surgiu nas reuniões dos partidos de Esquerda. Embaladas pelo sonho de um país mais justo, as militantes socialistas levantaram com coragem a bandeira da anistia, em defesa dos direitos humanos, da moradia e saneamento, e também da autonomia sexual, profissional e política das mulheres.

Confirmando a sua ousadia, Sr. Presidente, o PT foi o primeiro partido a assegurar a cota de 30% para as mulheres em todas as eleições, uma determinação adotada em 1991, que, felizmente, está servindo de inspiração para outros partidos.

Debatendo os direitos sociais e individuais com a sociedade e com espaço garantido nas eleições, as mulheres vêm conquistando importantes espaços de poder. Nas Câmaras, Assembléias e Senado, lideranças construídas no movimento popular, sindical e religioso trazem novas palavras para o dicionário político do País, combatendo a violência e promovendo a verdadeira revolução.

Trinta anos após o início da luta feminista no Brasil, as mulheres têm muito a comemorar. Se, por um lado, oprimidas pela ditadura e pela cultura patriarcal, nunca chegaram a queimar sutiãs em praça pública, por outro, vão rapidamente conquistando o seu lugar ao sol. Com isso, ganham as mulheres que deixam de ser vistas cidadãs de segunda classe e passam a ter plenos direitos e também ganha toda a sociedade que deixa de ser privada do olhar diferenciado da mulher, que possibilita uma infinidade de novas conquistas.

Por fim, Sr. Presidente, quero ressaltar que hoje as mulheres já são, também, reconhecidas pela população por sua eficiência e honestidade. Nas Prefeituras e primeiro escalão do Governo, as mulheres ampliam os espaços de cidadania, liderando programas dirigidos às gestantes, crianças desnutridas, de combate à violência, e defendendo a creche como direito da mãe trabalhadora.

No entanto, apesar das conquistas inegáveis das mulheres ao longo do século XX, há muito que avançar. Tais conquistas atingem uma parcela importante mas ainda minoritária de mulheres, mais especificamente atingem as mulheres de classe



média que têm mínimo acesso às informações, e conquistaram um mínimo de consciência feminista.

Portanto, como afirma a companheira Sandra Starling, em entrevista ao jornal Hoje em Dia, Caderno Minas, de 12 de março do corrente, à pág. 5, que o fato de algumas mulheres já estarem ocupando postos de relevância no Executivo e no Legislativo nem sempre significa avanço na luta da mulher. O Brasil real, de milhões de mulheres que continuam esfregando a barriga no tanque, fazendo comida, trabalhando fora, sofrendo violência dentro de casa, do pai, do irmão, do próprio marido, reflete a realidade da nossa sociedade que é profundamente marcada pela exclusão.

Essa posição é compartilhada também pelo antropólogo e professor da PUC MINAS, José Márcio Barros, que na mesma matéria do referido jornal mineiro afirma:

A emancipação da mulher reproduz as contradições mais estruturais da sociedade. Por isso, algumas mulheres venceram mais que outras. As conquistas políticas e culturais das mulheres procuraram incidir sobre a condição da mulher independentemente de sua classe social. Entretanto, elas são realidade para as que possuem maior independência econômica, são bem menores para as que vivem na pobreza, e parecem sequer existir para as que saem da miséria.

Por isso entendemos que há muito o que conquistar para todas as mulheres brasileiras.

Finalizando, solicito que este pronunciamento seja publicado no Jornal da Câmara e divulgado no programa A Voz do Brasil.

Era o que tinha a dizer.

Muito Obrigada.



Documento 52/52

018.3.51.O Sessão Extraordinária - CD 15/03/2001-11:12

Publ.: DCD - 16/03/2001 - 5423 SIMÃO SESSIM-PPB -RJ

CÂMARA DOS DEPUTADOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES
COMUNICAÇÕES

DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Internacional da Mulher - 8 de março.

O SR. SIMÃO SESSIM (PPBRJ. Pronuncia o seguinte discurso.) Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, se uma das culminâncias históricas do século XX, sem dúvida, foi a ascensão social da mulher brasileira, o século XXI, que mal começou, já se anuncia como o da consolidação da presença feminina em todos os setores da vida nacional.

Nos bancos das universidades e nas mais importantes funções do serviço público, na diretoria das grandes empresas e no pódio reservado aos que brilham nas profissões liberais, é cada vez maior e mais significativo o número de mulheres, cujo êxito advém da formação teórica e da competência profissional com que se fazem dignas do respeito dos seus superiores e da admiração dos colegas. Justas, assim, as homenagens que prestamos às mulheres no dia 8 de março,



data que lhes é consagrada, dando voz ao sentimento e à afeição com que as distingue o povo brasileiro.

Impressiona, de fato, a firmeza com que a mulher se fez senhora do papel que lhe cumpre exercer em nossa estrutura social. Da condição submissa e irrelevante a que se sujeitou por séculos, a brasileira, em poucos mais de cinquenta anos, assumiu os mais valiosos encargos administrativos, econômicos e políticos do panorama nacional. Não há hoje ofício em que as mulheres não ombreiem com os homens na formação acadêmica e no sucesso profissional.

Núcleos que se mantiveram sempre como feudos masculinos deixaram de dizer "não" às mulheres que lhes batem à porta. No Brasil, já não podemos imaginar setores sem a participação substancial da força de trabalho feminina. Não por coincidência, empossou-se no Supremo Tribunal Federal a Ministra Ellen Gracie Northfleet, primeira brasileira a ingressar na mais alta Corte Judiciária do País.

Não nos esqueçamos, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, de que essas grandes mulheres, a par do brilhantismo profissional, não descuidam dos afazeres domésticos, das cobranças do lar, da dedicação aos filhos — incumbências que só as enobrecem como seres humanos e as dignificam como trabalhadoras. A todos os homens, dão elas, contínua e silenciosamente, admirável testemunho de amor ao trabalho e de devoção ao próximo.

Mesmo assim, são essas incansáveis brasileiras vítimas de problemas que vão do recebimento de salários menores às infrações trabalhistas, da discriminação sexual às afrontas morais, expedientes preconceituosos que apenas milhões de trabalhadoras em todo o País. Vezo empresarial obtuso e retrógrado de patrões que ainda vêem na mulher não uma profissional a respeitar, mas uma trabalhadora a enganar, uma empregada a explorar.

Pior do que essa realidade aviltante é a das brasileiras a quem não se permite o direito ao trabalho, o acesso a um emprego, condenadas a fazer maior e mais miserável a legião dos sem-saúde, dos sem-educação, dos sem-terra — dos sem-dignidade, enfim. O dia que hoje festejamos é também e sobretudo dessas mulheres postas à margem da vida pela incompetência dos governos e pela indiferença da sociedade.

Com esse sentimento de alegria e de tristeza, de júbilo e de frustração, registramos o transcurso do Dia Internacional da Mulher. Que possamos, daqui a pouco, festejá-lo mais intensamente, orgulhosos da dignidade humana, do respeito profissional e da justiça social que se devem a todas as mulheres brasileiras.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

